



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Jorge Fernando Silva Teixeira

2º Ciclo de Estudos em História e Património, Ramo de Mediação Patrimonial

**Projecto de Centro Interpretativo da Cultura Kwanyama
(Cuanhama)**

2014

Orientador: Professora Doutora Alice Duarte
Co-Orientador: Professor Doutor Maciel Santos

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/

Projeto/IPP:

Versão definitiva

Projeto de Centro Interpretativo da Cultura Kwanyama (Cuanhama)

Resumo

A presente dissertação, intitulada: Centro Interpretativo da Cultura Kwanyama, surgiu como parte de um projeto de investigação conduzido pelo CEUAP. Esta linha de investigação desenvolveu-se também em resposta face a algumas necessidades e intenções locais. Para que tal fosse possível, recorreu-se ao estudo da região geográfica do sul de Angola, cuanhama, da sua morfologia, demografia, história e património cultural. Numa primeira fase investigou-se a região como elemento geográfico, clima, fauna e flora. Posteriormente foi estudado os kwanyamas, o seu *eumbo*, as suas atividades e organização social, a *razia*, e os seus contatos com a potência colonizadora. E por fim, concretizou-se a nossa proposta de mediação, um planeamento de um Centro Interpretativo para a Sociedade Kwanyama, onde será empregue todo o conhecimento adquirido ao longo da investigação. Este será encarado como um polo dinamizador da região e da história local.

Palavras-chave

História de Angola

Kwanyama

Centro Interpretativo

Abstract

The present dissertation, entitled: Interpreter Centre of the Kwanyama Culture, developed as part of a scientific investigation lead by CEAUP. This line of investigation was developed also in response to some needs and locals intentions. For that to become a reality, a serious study of the geographic region of the south of Angola, the cuanhama, its morphology, demographics, history and cultural heritage, was conducted. To complement this study, another one was conducted, it focused on the kwanyamas, the *eumbo*, and its social activities and hierarchy, the *razia*, and their contact with the colonization powerhouse. With this study, we were able to make a mediation proposal, an Interpreter Centre for the Kwanyama Society, were all of the knowledge gathered in the study, will put to use. Thus this centre will be a dynamic centre for the region and for its history.

Key-Words

Angola History

Kwanyama

Interpreter Centre

Résumé

La présente thèse s'intitule: Centre d'Interprétation de la Culture Kwanyama. Cette recherche émerge d'un projet d'investigation menée par CEUAP. Le projet a été également développé à partir des besoins et intentions locales. La zone géographique du sud d'Angola est le domaine de l'étude: Cuanhama, leur morphologie, démographie, histoire et patrimoine culturel. Dans une première étape, la région a été étudiée comme un élément géographique, climatique, faune et la flore. Postérieurement, les kwanyamas ont été l'objet de la recherche, son eumbo, leurs activités et leur organisation sociale, le raid, et leurs contacts avec le pouvoir colonial. Finalement, la proposition de la médiation se réalise: la planification d'un centre d'interprétatif pour la société Kwanyama se produit, où toutes les connaissances acquises de l'enquête seront appliquées. Ce centre peut être considéré comme un pôle dynamique de la région et de l'histoire locale.

Mots-clés:

Histoire de l'Angola

Kwanyama

Centre d'interprétation

Agradecimentos

A realização desta dissertação só foi possível devido ao incansável apoio, auxílio e constante incentivo de algumas pessoas, como tal deixo aqui umas breves palavras de apreço e agradecimento. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais pela educação e formação que me transmitiram ao longo de toda a vida. Por nunca me cortarem as asas! Por me terem apoiado nos meus momentos de maiores incertezas, e por compreenderem e incentivarem a minha busca pelos meus sonhos. Deixo aqui também uma palavra de apreço aos meus irmãos Hélder e Ricardo e também ao meu primo João Pedro, pelo constante incentivo e pelas horas que perdemos a falar, sobre tudo e sobre nada. Aos meus primos Bruno e Tiago. Aos meus familiares Marina Pinhal, seus filhos e marido pelo seu incentivo e encorajamento.

Em segundo lugar gostaria de aqui deixar o meu agradecimento à Doutora Alice Duarte por ter me ter orientado, por me ter incentivado e por acreditar que eu conseguiria mais e melhor. E por ter ajudado a suprimir as minhas dúvidas e por ter, muitas vezes, me ter chamado “à terra”, aquando dos meus momentos de divagação. Gostaria de agradecer ao meu co-orientador, Doutor Maciel Santos, que incentivou o desenvolvimento deste projeto, como uma nova linha de investigação, dentro do projeto de arqueologia em Angola, a ser desenvolvido no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Agradeço também ao Doutor Maciel Santos por me ter introduzido ao mundo da história de África. À minha equipa de trabalho André Serdoura e Jorge Guimarães.

A toda a minha turma de mestrado, mas em especial à Sara Godinho, Ana Faria, Stephanie Cruz, Joana Amoroso, Fabíola Franco Pires, Mariana Pinto e à Mónica Salgado.

Aos meus amigos: Márcia Jesus, pelas suas constantes críticas e incentivos, e pelas horas que perdemos a estudar e a rever os textos. À Sandra Santos, ao Marco Nunes, à Ana Santos, ao Fábio Silva, ao Rúben Soares, à Marina Araújo, à Ana Patrícia Ramalho, ao Sr. Jorge Mendes, à Rute Sacramento, à Jéssica Rodrigues, à Francisca Pinheiro, ao Tiago Ferreira, ao Bruno Resende, à Diana Serdoura, ao Alfredo Palmeira, ao Diogo Duarte e à Carina Oliveira por me terem incentivado e encorajado, aos seus conselhos, pareceres, sugestões e opiniões, que em muito contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Dedicatória

A ti que partiste demasiado cedo, espero que estejas orgulhoso.

Índice

Resumo.....	III
Abstract.....	IV
Résumé.....	V
Índice de imagens	IX
Introdução.....	1
Capítulo I. Conceitos e Teorias	6
1. Cultura e Património	7
1.1. Cultura.....	7
2. Património	12
2.1. Património	21
2.2. Património Material vs Matrimónio Imaterial?.....	26
Capítulo II. Estudo da Cultura Kwanyama e da Região Cuanhama	30
1. Apresentação do caso de estudo.....	31
1.1. Cuanhama como Região Geográfica.....	33
1.1.1. Clima.....	35
1.1.2. Fauna.....	36
1.1.3. Flora natural e flora "aproveitada" pelos kwanyamas	36
1.1.4. Atividade agro-pastoril.....	38
1.2. Kwanyama como Povo.....	41
1.2.1. O eumbo	42
1.2.2. Descrição da composição de um eumbo	44
1.2.3. Estrutura hierárquica do eumbo	47
1.2.4. Divisão do trabalho	48
1.2.5. Razia.....	49
1.2.6. Práticas Sociais.....	49
1.2.7. Organização social	51
2. A Ação Portuguesa.....	52
2.1. Angola, a nova fronteira.....	55
2.1.1. Metodologia de expansão: as Missões Religiosas.....	57
2.1.2. Os primeiros ensaios e os temores do avanço em direção ao sul e o estabelecimento da "Zona Neutra"	60
2.2. I Guerra Mundial em Angola	63
2.3. A estratégia e o Teatro de Operações da Campanha de 1915-1917	66
2.4. Início da Campanha de 1915-1917 e o caminho até Batalha da Môngua	67

Capítulo III. Proposta de Mediação	71
1. Proposta de Mediação	72
1.1. Património cultural e desenvolvimento local?	72
1.2. A cultura, o património e a mediação cultural	77
1.3. Mediação cultural	78
1.4. Interpretação patrimonial	81
2. Centros Interpretativos	87
2.1. Centro Interpretativo da Cultura Kwanyama	89
2.2. Proposta de organização da sala dedicada à atividade guerreira	94
Conclusão.....	96
Bibliografia	98
Recursos Online	102
Anexos	104
Glossário.....	116

Índice de imagens

Figura 1- Tabela com informação sobre sítios históricos classificados, na Província do Cunene90	
Figura 2- Localização Geral de Angola; Fonte: Google Earth	105
Figura 3- Fotografia de Satélite, Sul de Angola; Fonte: Google Earth,, Escala 1/146km	105
Figura 4- Mapa com a sobreposição das três grandes unidades administrativas: a linha azul representa os limites das Províncias; as linhas vermelhas representam os limites dos Municípios, e as linhas negras representam os limites das comunas. Fonte: http://www.ine-ao.com/ibep/AMOSTRAGEM_texto.htm retirado no dia 20/12/2012, às 20h21	106
Figura 5- Cunene (Chanas; Mufitos e Ecangos); Fonte: Google Earth, Escala 1/23,6 km	107
Figura 6 – A caldeira da Etocha. Fonte: (Silva,1975:pp.104).....	107
Figura 7-Chana e Mufito. Fonte: Google Earth- Escala:1/804m; Altitude de visualização: 4,74 Km	108
Figura 8- Map 1. Agricultural Macroregions and Regions of Angola, Fonte: (Carvalho,1974, pp. 204)	108
Figura 9-Mapa Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro); Fonte: (OLIVEIRA, 2011), consultado online no dia 23/02/2013.....	109
Figura 10-Eumbo Kwanyama, de um homem com quatro mulheres. Fonte: (Amaral, 2002:pp.73)	109

Figura 11-Eumbo kwanyama do Aimbódi, antigo chefe de uma mukunda. Um homem com nove mulheres. Fonte: (Amaral, 2002:pp.73)	110
Figura 12 – Esquema simplificado de uma Epata. Fonte (Silva, 1975:pp.105)	110
Figura 13- Esquema simplificado de Eumbo. Fonte: (Silva, 1975:pp.106).....	111
Figura 14- Forma organizativa do poder régio. Fonte: (Oliveira, 2011) consultado online no dia 23/02/2013	111
Figura 15- Forma organizativa do poder régio. Fonte: (Oliveira, 2011) consultado online no dia 23/02/2013	112
Figura 16- Maquete de um eumbo Fonte: http://torredahistoriaiberica.blogspot.pt/2010/08/cuanhamas-do-sul-de-angola-3-um-pouco.html	112
Figura 17- Teatro de Operações 1915- Ordens de marcha. Fonte: http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_01_03_Exercito.htm retirado no dia 27/12/2012 às 22h22	112
Figura 18- Tabela com a composição das colunas e trajetos	113
Figura 19- Carabina de Caçadores Kropatschek m/1886. Fotografia: André Serdoura; Peça: Museu Militar do Porto	114
Figura 20- Quadro da Môngua. Fonte: http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_01_03_Exercito.htm retirado às 23h45 do dia 26/12/20012	114
Figura 22- Planta proposta. Desenho Jorge Guimarães	115
Figura 21- Cidade de N’Giva/Ondjiva. Fonte: Google Earth, Escala:1/1086m, retirado no dia 03/02/2013 às 15h34	115

Introdução

O presente Projeto é o resultado final do trabalho de investigação desenvolvido durante os anos letivos de 2012/2013-2013/2014 no âmbito do Mestrado em História e Património, Ramo C: Mediação Patrimonial, orientado pela Professora Doutora Alice Duarte e co-orientado pelo Professor Doutor Maciel Santos, que tem como tema de fundo a projeção de um Centro Interpretativo da Cultura Kwanyama¹ (Cuanhama²).

Este Projeto desponta de um trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito de um Colóquio denominado: Trabalho Forçado Africano, levado a cabo pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), que se encontra a desenvolver um projecto de investigação para a região do Cunene, sul de Angola. Nessa investigação proceder-se-á ao levantamento arqueológico de toda a região, culminando com a atualização da Carta Arqueológica do Cunene. O projeto que aqui apresentamos corresponde a uma parte dessa linha de investigação centrando o seu foco na cultura kwanyama, um grupo étnico que ocupava parte do espaço geográfico da Província do Cunene.

O trabalho agora apresentado tem como principais objetivos dominar um vasto leque de conceitos e noções relativas a cultura, património, património imaterial/material e, levantando questões sobre estas noções, indicar se podemos ou não utilizar o património como meio de desenvolvimento económico-social. Depois do debate e assimilação dos conceitos e noções, passamos à apresentação do estudo realizado sobre a região e cultura kwanyama.

A intenção é que o Centro Interpretativo proposto sirva como um ponto de partida para futuros estudos sobre a região do Cunene, suas populações, seus costumes e tradições, alargando assim o seu espectro de ação. Com o intuito de dotar o Centro Interpretativo com um acervo próprio, de carácter arqueológico e etnográfico, serão realizadas, posteriormente, quer escavações e prospeções de índole arqueológicas em locais de interesse para o estudo da região, quer levantamentos de índole antropológica sobre o património material e imaterial que caracteriza as populações envolventes. Enquanto não for possível construir esse acervo, o Centro Interpretativo proposto ficará na

¹ Segundo a grafia Internacional

² Segundo a grafia Portuguesa

dependência de um outro museu, que funcionará como um museu-mãe, construindo o seu acervo a partir dele e estabelecendo desde a sua fundação redes com outras instituições.

Tendo em conta que o nosso caso de estudo e alvo do projeto de mediação são os kwanyamas, o estudo aqui apresentado enquadra-se no âmbito de um trabalho em ciências sociais. Procuramos atender ao grupo sociológico dos kwanyamas e nele identificar algumas dimensões potencialmente seleccionáveis como seu património. Para tal partimos da ideia de que as realidades culturais são construções e que o património implica um processo seletivo.

Primeiramente, devemos assimilar que cultura reporta aos sistemas de atribuição de significados e de sentidos presentes em todos os atos de um indivíduo, ou grupo de indivíduos. Os indivíduos e os grupos sociais são, neste sentido, produtores de significados e atribuem sentido aos objetos e práticas que produzem, e agem e orientam-se em torno dos significados atribuídos e com eles. Com isto em mente, conseguimos compreender que as realidades culturais são algo que se encontra para além de qualquer forma hierárquica e estanque. Trata-se de algo dinâmico, único e em constante negociação pelos indivíduos e grupos sociais. O Património é neste sentido uma parte de cultura. É uma porção selecionada de elementos culturais. Uma parte dinâmica, afetada pelos significados, sistemas de atribuição de significados, sentidos e emoções. Uma parte selecionada porque se reporta ao sentimento de pertença e identidade. É neste contexto teórico que iremos trabalhar.

O nosso contexto histórico reporta-se ao início do século XX, mais concretamente aos anos de 1915-1917. Em termos geográficos, focamo-nos sobre o sul de Angola, o espaço que hoje é a Província do Cunene. A escolha desse período cronológico e desse espaço geográfico específicos, aconteceu, não apenas por causa do projeto do CEAUP, mas também porque eles ilustram uma fase especialmente importante para a sociedade kwanyama, uma vez que será durante este período que será um dos agentes da história de África e de Angola em particular, ao envolver-se em confrontos com uma potência europeia, Portugal.

É indispensável compreender todo o processo que conduz a este confronto. O processo, começa com a Conferência de Berlim em 1884-1885. Nesta conferência foram

estipuladas as regras para a ocupação de África pelas potências europeias. Ainda durante esta Conferência houve disputas em relação às fronteiras, que quase culminaram em guerra entre Portugal e a Inglaterra.

Com o fim dos “direitos históricos” europeus, a aceitação do princípio da liberdade religiosa para África e a exigência da ocupação efetiva dos territórios, as várias potências colonizadoras, imbuídas pelo espírito da época, partiram para África com o intuito de anexar territórios pela via diplomática, através do estabelecimento de acordos políticos com os locais, mas tiveram de empregar muitas vezes a força dos seus exércitos. Todo este processo conduziu a uma relativa “pacificação” da resistência local através do uso da força militar por parte das potências europeias.

As pretensões colonialistas portuguesas no sul de Angola encontram oposição nas políticas colonialistas alemãs do Sudoeste Africano que tenta anexar aos seus territórios o território Cuanhama. Como consequência última desta política, aconteceram incidentes que conduziram a um confronto bélico entre as duas potências colonizadoras. Portugal vai sofrer uma importante derrota às mãos das forças alemãs do Sudoeste Africano, o que o obrigou a retirar de toda a região. Aproveitando toda a comoção desta derrota, todas as sociedades do sul de Angola se revoltam e olham para o, ainda livre, reino dos Kwanyamas, como uma fonte de inspiração e liderança. Pela primeira vez, uma potência colonial terá de combater com um reino africano quase de igual para igual. Este reino, sob a liderança de Mandume, vai permanecer uma constante ameaça às intenções coloniais portuguesas durante o período analisado.

Os Kwanyamas eram uma sociedade que se desenvolveu e cresceu num ambiente natural hostil, caracterizado por um clima tropical seco, influenciado pelo deserto do Calahari. Um meio ambiente pautado pela escassez de água e rigor climático. O Cuanhama era uma extensa planície sem acidentes geográficos, com uma vegetação típica de savana. Com muito poucos recursos naturais, esta sociedade, muito cedo se virou para a prática da transumância e para as atividades de Razia com as sociedades vizinhas, sendo esta característica uma marca identitária desta sociedade.

A sociedade kwanyama estava organizada como um reino centralizado, em torno de uma única figura, o rei. O reino de Mandume estava dividido em *mukundas*, que eram a maior unidade territorial, composta por conjuntos de *kubatas* ou *libatas*, que por sua vez

correspondiam a conjuntos de *eumbos*. O *eumbo* era a unidade básica de administração e era a unidade familiar base de toda a sociedade kwanyama. Esta mostrou ser uma sociedade que rapidamente se adaptou ao uso de tecnologia bélica, como ficou evidente nos confrontos militares contra a potência colonizadora, com o eficaz uso de armas de fogo.

Fazemos notar que todas as fontes consultadas são anteriores ao ano de 1974. A linguagem adotada nessas fontes reflete a mentalidade da época, ou seja, encontram-se escritas com uma linguagem colonialista e mitificadora do ideal imperial português. Isto requereu uma constante crítica da nossa parte, não apenas em relação à linguagem, mas também em relação aos dados que recolhemos. Outro problema com que nos confrontamos foi com a falta de fontes de origem recente, o que conduziu a que a literatura anterior aos anos 70 fosse a nossa principal fonte de informação, acrescentando os condicionalismos atrás descritos. Por fim, a nossa maior dificuldade foi a inexistência de fontes kwanyamas. Esta era uma sociedade de tradição oral, não havendo assim quaisquer relatos escritos produzidos por este povo. Isto impossibilitou uma comparação e confrontação dos dados recolhidos. Em resultado, os dados reunidos são parciais, apresentando uma única visão dos factos, a visão da potência colonizadora, Portugal. Para tentar reduzir esse problema, acedeu-se também a dados de fonte indireta através da consulta de fontes de origem britânica. Apesar dos condicionalismos previamente mencionados, essas fontes, possuem a mais-valia de terem sido recolhidas junto da comunidade kwanyama no terreno. Sendo que a principal falha que podemos avançar deste trabalho foi a nossa impossibilidade de nos deslocarmos ao campo, impossibilitando o contacto direto com a realidade local.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. Cada um desses capítulos destina-se à apresentação e debate de vários pontos de interesse para o Projeto. O Capítulo I, que está dividido em dois subcapítulos, realiza o debate e discussão dos conceitos e noções teóricas que são empregues ao longo da presente dissertação.

O Capítulo II destina-se exclusivamente à apresentação do estudo realizado sobre a região Cuanhama e a cultura Kwanyama. É a partir deste levantamento que conseguiremos compreender a realidade geográfica da região, a complexidade da cultura kwanyama no início do século XX, descritas por fontes europeias. Fazemos esta descrição com base em fontes, maioritariamente, dos anos 60 do século XX. Um dos

principais problemas que encontramos foi a parcialidade dessas fontes, uma vez que para o período estudado a cultura kwanyama não utilizava escrita, utilizando a transmissão por via oral, restando por isso apenas fontes europeias e sobretudo portuguesas. Este estudo permite estabelecer uma base para o discurso expositivo do Centro Interpretativo a propor. Assim sendo, o Capítulo II encontra-se dividido em três subcapítulos, cada um abordando temáticas e tópicos diferentes, mas todos relativos à região e sociedade kwanyama.

O último capítulo, o Capítulo III, procurando aplicar as noções e conceitos apresentados e debatidos no Capítulo I e a informação reunida no Capítulo II, tenta proceder à apresentação da nossa proposta de mediação na forma de um Centro Interpretativo da Cultura Kwanyama. Este capítulo encontra-se dividido em dois subcapítulos. No primeiro são discutidos algumas noções necessárias a uma melhor compreensão do que sejam a interpretação patrimonial e um centro interpretativo, sendo apresentada a proposta de mediação do Centro Interpretativo da Cultura Kwanyama. No segundo subcapítulo é proposta a mediação para uma das salas desse Centro Interpretativo.

Capítulo I. Conceitos e Teorias

1. Cultura e Património

Este primeiro capítulo destina-se à sustentação teórica, através do debate dos conceitos de cultura e património, essencialmente discutindo se se justifica uma visão separada e distinta entre património imaterial e património material. Este capítulo tenta desta forma, estabelecer a base da argumentação para a defesa do projecto de um Centro Interpretativo para a cultura kwanyama. Este capítulo encontra-se dividido em duas partes, a primeira destina-se à clarificação da noção de cultura, sendo que na segunda se desenvolvem as questões relativas à da noção de património.

1.1. Cultura

Na atualidade, uma vez que se tornou indiscutível que o “património” é um dos produtos da “indústria cultural”, importa encontrar a resposta à pergunta: o que é a cultura? Qual a sua relação com o património? Numa primeira abordagem, a noção coloca diversas dificuldades na sua definição, o que, obriga, portanto, a uma compreensão do que se entendeu e entende por cultura.

A primeira utilização desta noção, fez-se durante o Iluminismo, com a ideia da *cultura do espírito*. No seguimento disso, a cultura surge como o saber acumulado das Humanidades, nas suas expressões literárias e artísticas, nomeadamente na pintura, escultura e arquitetura. Não é este o sentido de cultura aplicado neste trabalho, mas importa mencioná-lo uma vez que ainda é uma das utilizações possíveis para o termo.

Essa visão iluminista é uma visão limitadora da noção de cultura, mas é uma das maiores manifestações do pensamento ocidental. Tem implícita a ideia de que cultura é adquirida, através da instrução socialmente instituída e aceite³. Esta está ligada aos cânones clássicos, criando assim a noção de uma cultura elitista, hierarquizada, que não é acessível a todos. É uma cultura destinada às elites sociais, uma vez que são estas as únicas que têm os meios capitais necessários para aceder às instituições que a transmitem, como por exemplo as Universidades. Convém ficar claro que não é este o sentido da noção de cultura utilizado neste trabalho; tal sentido irá ser clarificado posteriormente.

³Embora saibamos que para a época instrução instituída e aceite é também a instrução transmitida nos mais variados ofícios, tais como pedreiro, joelheiro, ourives, escultores, pintores, arquitetos... a *cultura do espírito* reportava-se unicamente ao Ensino Universitário

Neste período uma das razões para a elitização da cultura, reside não apenas na dificuldade em aceder às instituições de transmissão, mas principalmente na língua em que o conhecimento se encontrava inscrito e transmitido. Considerada como uma língua nobre, até à valorização das línguas vernaculares, o latim dominava todos os meios de difusão escrita. As elites sociais eram as únicas também que se encontravam habilitadas a ler e a escrever em latim.

A Reforma Protestante no centro e norte da Europa deu início ao movimento que levaria à afirmação das línguas vernaculares, mas o grande passo dado, foi a imprensa. Aquele elitismo começa a ser contestado no século XVI, graças a Martinho Lutero que começou a traduzir a Bíblia para alemão, uma língua vernacular. A tradução para línguas populares do mais sagrado livro do ocidente europeu possibilitou a massificação da sua leitura, privilegiando-se as línguas vernaculares e novos leitores. Isso abre o caminho para a massificação do conhecimento, não apenas literário mas também científico.

Com o aparecimento e desenvolvimento das novas ciências durante o século XIX, e em particular da Antropologia, desenvolveu-se uma nova visão do Mundo, que veio alargar a visão limitadora da noção de cultura das Humanidades. Ao inverso da noção iluminista, que apenas considerava como cultura as expressões artístico-literárias, os defensores desta nova visão tentam abarcar a generalidade dos conhecimentos, os modos de vida e formas de raciocinar e expressar dos atores sociais, deixando de considerar apenas e exclusivamente os cânones clássicos.

A noção de cultura passa a remeter para a atribuição de significados e de sentidos presentes em todos os atos de um indivíduo, ou grupo de indivíduos. Neste sentido, todos os seres humanos são essencialmente seres de cultura, na perspetiva de que são seres produtores de significados, atribuindo sentido aos objetos que produzem, agindo e orientando-se em torno dos significados atribuídos e com eles. Nessa aceção não há uma hierarquização dos elementos que compõem a cultura. Apesar de continuar a subsistir a noção proveniente do período iluminista, na noção defendida pelas ciências sociais, e sobretudo pela antropologia, deixa de haver cânones e hierarquizações, e principalmente, deixa de ser entendida como algo que separa os atores sociais entre detentores e não-detentores de cultura. É este o sentido de cultura, o das ciências

sociais, que subscrevemos, defendemos e utilizaremos ao longo deste projeto de Centro Interpretativo.

A realidade cultural apresenta-se, não como algo estanque, mas sim como algo fluido, variável no tempo e no espaço, é adaptável, e até criada, pelas diferentes realidades sociais, pelos diferentes atores sociais, pelos diferentes grupos sociais e pelos confrontos entre atores, atores e grupos sociais, e entre grupos sociais. A cultura não é um dado adquirido e retransmitido de forma inalterada. A cultura é uma construção quotidiana, assim como é uma construção histórica. É um processo dinamicamente construído no tempo e no espaço, e que se alarga a cada confronto social. A cultura nasce, renasce, é interpretada e reinterpretada sempre que dois ou mais atores/grupos sociais se confrontam, desde o nível local ao nível internacional, numa cadeia de troca e avaliação sem princípio e sem fim.

Uma vez que as relações sociais são sempre relações de poder, e nem sempre igualitárias, podemos afirmar que a cultura é assim uma constante troca entre indivíduos e/ou grupos sociais. Este confronto proporciona aos atores sociais uma oportunidade de avaliarem os seus sistemas de valores, de atribuições de valor, de emoções, através da comparação com os demais grupos em confronto. Destes confrontos resultarão maiores ou menores mudanças nos sistemas de valores, de atribuições de emoções, devido à assimilação parcial ou total de vários elementos dos demais grupos sociais

Por isso, é possível afirmar que a cultura é um produto da atividade humana e que toda a atividade humana é cultura. A realidade cultural traduz a aplicação e atribuição de valores positivos e/ou negativos a algo pelos atores sociais, enquanto elementos singulares e enquanto grupos. Podemos também afirmar que as diferentes realidades sociais afetam de forma direta a cultura, uma vez que a principal atividade humana baseia-se na troca e no confronto social. O confronto social encontra-se presente desde o confronto político-partidário à simples troca de argumentos e nas atividades mais mundanas, como a afirmação pessoal de um grupo por contraposto a um outro grupo. Assim não podemos falar de diferentes graus de cultura, mas sim de diferentes perspetivas culturais.

Um outro aspeto que podemos referir é que a cultura não corresponde, portanto, a ter um grau académico ou escolar. A produção de significados ocorre em todos os níveis sociais, incluindo os níveis sociais ditos mais baixos, ou com baixos índices escolares ou de escolaridade. O facto de se pertencer a um destes grupos, não implica que se deixe de ter, produzir e atribuir significados. Estes ocorrem sempre uma vez que são intrínsecos à atividade humana. A produção dos sistemas de valores, de atribuições de valor e de emoções não deixa de existir por parte de nenhum grupo social, ainda que possa ocorrer segundo diferentes perspetivas. Estas diferenças resultam das constantes produções, trocas e confrontos, não só entre grupos do mesmo estatuto social, mas também com grupos de diferentes estatutos sociais.

“Podemos resumir isto da seguinte forma: não vale a pena encarar a cultura como substancia, é melhor encará-la como uma dimensão dos fenómenos, uma dimensão que releva da diferença situada e concretizada” (Appadurai, 2004: 26)

Constatamos, então, que cultura é a base que sustenta todas as formas de expressão material e imaterial de um determinado grupo, num determinado espaço, e num determinado tempo *“Sugiro, portanto, que a cultura é uma dimensão penetrante do discurso humano que explora a diferença para gerar diversas concepções da identidade de grupo”* (Appadurai, 2004: 27).

Os referentes culturais são as práticas, as produções e os significados permeáveis e mutáveis, que são socialmente transmitidos e/ou produzidos e que variam no tempo e no espaço. Trata-se dos sistemas de valores, de atribuições de valor, e emoções, criados, interpretados e reinterpretados consoantes os contextos históricos, políticos e ideológicos em que vive ou se forma um determinado grupo social, num determinado espaço e num determinado tempo. É algo que não se delimita por balizas estanques, como cânones e regras mestras, nem se encontra estritamente ligada a movimentos e a espaços concretos e bem delimitados (Appadurai, 2004).

O mundo atual encontra-se dominado por uma crescente alteração das paisagens sociais devido à grande mobilidade espacial sempre crescente. Esta mobilidade caracteriza-se por grandes migrações internas e externas, ocasionais ou perpétuas⁴, de grandes

⁴ O termo perpétuo é utilizado com o sentido de uma estadia prolongada, acima dos 24 meses

quantidades de pessoas. As migrações perpétuas traduzem a procura pelos atores/grupos sociais de novos locais para habitar, movidos pela procura de melhores condições sociais-económicas, mais e melhores meios de comunicação, etc... As migrações ocasionais são originadas por motivos ocasionais e de lazer. Estes motivos conduzem os atores/grupos sociais a deslocações em busca de algo, que não encontram, ou que não existe, no espaço em que habitam, normalmente conduzidos por razões lúdicas ou simples curiosidade.

Tais movimentações conduziram a um único desfecho, que é o fim do isomorfismo entre cultura e lugar (Appadurai, 2004). A fácil possibilidade de movimentação entre muitos locais encurtou as distâncias, abrindo e facilitando as conexões e os confrontos, dos atores e dos grupos sociais com novas realidades, novas interpretações e novos modelos de atribuição de significados e emoções. O fim do isomorfismo entre cultura e lugar permitiu que várias perspetivas culturais fossem exploradas e reexploradas. Transportando as suas perspetivas culturais consigo quando se deslocam, os atores/grupos sociais são os principais promotores desta nova realidade, promovendo o fim do isolamento cultural e da estrita relação da cultura com o seu local de origem e/ou desenvolvimento. Ainda por cima este fenómeno não ocorre apenas no dito mundo físico. O ciberespaço e as novas realidades tecnológicas contribuíram de uma forma ainda mais cabal para o fim dos isolamentos culturais, promovendo de forma ativa a comparação, a troca e o conflito dos atores/grupos sociais com ainda mais realidades.

Em suma

“A cultura é um conjunto de ideias comuns a determinado grupo que são retrabalhadas continuamente de maneira imaginativa, sistemática e explicável, mas não previsível. É a teia de significados, que o próprio Homem tece vivendo em sociedade e que permite aos membros de um grupo interpretar a sua experiência e guiar as suas acções” (Geertz, 1973: 64).

A cultura é algo omnipresente, mas também constantemente mutável e maneável, indispensável e indissociável do quotidiano de um individuo ou grupo social. Assim, como já demonstramos, a realidade cultural abarca uma multiplicidade diversa de

elementos, que não podem ser conservados imutáveis, uma vez que estamos em presença de um processo dinâmico. A cultura é algo que é vivido no quotidiano pelos atores sociais, algo que pode não ser diretamente visível, mas que se manifesta constantemente.

É do seio deste emaranhado complexo que os grupos sociais seleccionam, o conjunto de elementos a que atribuem significados particulares e os identificam como seus, como marca da sua identidade, que os demarcam como um grupo específico e autónomo. Essas marcas identitárias são utilizadas das mais variadas formas, e delegadas às respetivas futuras gerações de qualquer grupo social como símbolos culturais.

“cultura não destaca simplesmente a posse de determinados atributos (materiais, linguísticos ou territoriais), mas a consciência desses atributos e a sua naturalização como essenciais à identidade de grupo. [...] Cultura 1, constituindo um arquivo de diferenças em aberto, molda-se conscientemente em Cultura 2, o subconjunto dessas diferenças que constitui o diacrítico da identidade de grupo.” (Appadurai, 2004: 27-28).

É esse conjunto de elementos pensados como identitários que constituem o património de um grupo, mesmo quando não é designado dessa forma. Definir então o património como herança coletiva da humanidade que foi legada por gerações anteriores às gerações futuras não chega. O que é então o Património?

2. Património

De acordo com o Carlos Alberto Ferreira de Almeida,

“Património é o que tem qualidade para a vida cultural e físico do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades, desde a vicinal e paroquial, à concelhia, à regional, até à nacional e internacional. (...) Hoje o Património estende-se a muitos outros domínios, cada

vez mais amplos, então insuspeitados” (ALMEIDA; 1993: 407-408).

O que devemos compreender destas palavras é que a noção de património tem sido grandes alargamentos deixando de estar confinada às suas dimensões históricas-arquitetónicas e artísticas. A ideia de que há bens culturais que devem ser protegidos e salvaguardados para as gerações futuras sofrem grande expansão desde o início da Modernidade⁵. Esta trouxe consigo o culto da preservação e da nostalgia preservacionista (Duarte, 2010: 3).

David Lowenthal (1985) defende que a emergência da noção de património cultural, como a encaramos hoje, é uma criação da Modernidade. Isso dever-se-ia ao facto das sociedades ocidentais do pós-revoluções industriais se caracterizem por uma rebelião contra a tradição herdada e por uma adoração da ideia de progresso e avanço tecnológico. Esta atitude conduziu nalguns casos à destruição de edifícios e locais históricos. Confrontados com a possibilidade de perda de identidade, alguns indivíduos e/ou entidades, na posse dos meios necessários para o fazer, tentam preservar aquilo que encaram e designam como património, iniciando o culto preservacionista de bens culturais. Assim o património surge *“quando um individuo ou grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de objectos”* (Ballart; 1997: 17). Radicado nessa noção de perda de identidade, começaram a proliferar nas sociedades ocidentais, locais destinados exclusivamente à preservação desses bens, como arquivos, bibliotecas e museus. Com a criação destas pontes artificiais, criou-se uma quebra entre a memória real e a realidade histórica. A consciencialização desta quebra induz a necessidade de “salvar” da destruição e do esquecimento “todos” os bens patrimoniais. Numa primeira fase, todos os bens físicos e, atualmente, bens patrimoniais não físicos também. Isto é uma característica sobretudo da sociedade Ocidental.

Incorporando os desenvolvimentos atrás mencionados, o património será assim a consciencialização de um conjunto finito, seleccionado e valorizado de elementos

⁵ Os termos Modernidade e Moderno serão aqui utilizados no enquadramento que lhes é dado pelas ciências sociais em geral ao período temporal entre o fim da Idade Média (1453) e os dias atuais. Alguns autores adjetivam os últimos 60 anos de diversas formas, por exemplo Marc Augé (1994) denomina esse período como “sobemoderdinada” e Anthony Giddens (1994) como “modernidade tardia”

culturais por um determinado grupo de atores sociais, ou seja, é uma pequena porção de referentes culturais, que expressa a identidade desse grupo de atores sociais. Património implica assim, uma seleção de elementos culturais que são escolhidos porque entendidos como significantes em termos da identidade de um ator/grupo social. Por isso podemos afirmar sem margem para dúvida, que património e identidade são duas noções estreitamente selecionadas (Peralta & Anico, 2006).

Assim, de modo idêntico à cultura, podemos afirmar que o património também é dinâmico. Isso porque o património se encontra sujeito às alterações de sentimentos e valores dos atores sociais, que por sua vez são influenciados pelos contextos, preconceitos, sentimentos e paradigmas dos períodos históricos e dos locais em que esses grupos existem, e das relações internas/externas dos grupos sociais e das sociedades. Assim, considerando este fator, é possível concluir que o património, não é algo que foi construído no passado e detido como testemunho histórico. Património é algo que os atores sociais valorizam e/ou com que se identificam, e com o qual mantem laços emocionais e/ou sentimentais. Nesta visão, património é algo que os atores sociais interpretam, reinterpretem, sentem, constroem e reconstróem, consoante a sua visão do mundo, e interpretações do seu passado. Em última análise, podemos afirmar que é parte da identidade do grupo.

Portanto, o património tem obrigatoriamente de produzir identificação para poder ser considerado como património. Estabelece-se, assim, uma relação inquestionável entre património e identidade, uma vez que

“são entendidos como uma extensão óbvia um do outro: a identidade como a “essência” de um determinado colectivo humano; o património como a sua manifestação “natural”, que sobrevive ao decurso do tempo e que é preciso resgatar e preservar a todo custo.” (Peralta & Anico; 2006: 1).

Importa agora esclarecer que quando falamos de construção de património falamos de construções conscientes, e não de algo que é natural e que não tem valor intrínseco. Trata-se sim de algo que é valorizado, construído e reconstruído, consoante as

necessidades e os contextos político, económicos e sociais em que vivem e se desenvolvem os grupos e as sociedades (Gans, 1979).

A auto-identificação com os conjuntos patrimoniais seleccionados, ou a oposição a eles permite ao ator social e ao formarem uma imagem concreta e tangível da sua identidade, dentro de uma determinada sociedade. Tendo em conta que uma sociedade é um conjunto de múltiplos grupos não homogéneos, encontramos-nos perante uma situação de criação de múltiplas identidades a coexistirem ao mesmo tempo e no mesmo espaço, que podem, ou não, valorizar o mesmo património (Berger & Luckmann, 1966).

“Essas identificações são-nos dadas pelos símbolos e as representações de pertença. É através deles que assinalamos a semelhança e a diferença. Ao seleccionarmos símbolos e representações para nos categorizarmos a nós próprios e nos apresentarmos aos outros, imaginamo-nos colectivamente. Nesse sentido, a construção da identidade é sempre um acto de imaginação [...] que depende da imbricação em contextos específicos. É, por isso, social, histórica e culturalmente contingente e passível de revisão, o que permite enfatizar o carácter relacional e situacional da identidade.(...) é, por isso, um processo dinâmico de negociação radicado no presente, sugerindo a constante construção e reconstrução das suas fronteiras simbólicas” (Peralta & Anico; 2006: 2).

Portanto, a grande ênfase que pauta a defesa e a necessidade de preservar o património encontra-se ligado ao sentimento de perda traumática de identidade, relacionada com a mudança social rápida. É esse sintoma que obriga e condiciona à sua salvaguarda (Peralta & Anico, 2006: 1). Os sentimentos de perda originam uma

“intensa activação de repertórios patrimoniais, tendo sempre como justificação a necessidade de preservação ou revificação da experiência cultural, tida como única e irrepitível, que semelhantes repertórios encerram em si mesmos, no sentido da salvaguarda de uma identidade comum e partilhada.” (Peralta & Anico; 2006: 1).

A imprescindibilidade de criar novas memórias e de manter as já existentes, em torno de um determinado património, deriva da necessidade de criação, afirmação e manutenção da respetiva identidade.

Podemos concluir que a identidade é um factor de ignição e de sustentação, do conflito social. São os sentimentos de auto-identificação, de pertença, e de partilha detidos por um grupo sobre um conjunto de valores, símbolos, história, e demais elementos caracterizadores, únicos e transmissíveis desse grupo que podem conduzir ao conflito. Pode criar-se assim a noção de um “Nós” e de um “Eles”, como grupos separados e perfeitamente definidos. Este conflito proporciona aos atores sociais uma oportunidade de avaliarem os seus sistemas de valores, de atribuições de valor e emoções, através da comparação com os demais grupos em confronto.

Portanto:

“o património como a identidade são ficções. Ficções porque ambos existem apenas em abstracto, como algo virtual, que dependem da forma como nos imaginamos a nós próprios, e somos imaginados por outros, num determinado contexto social. A identidade será, assim, a ficção do “sujeito colectivo”; o património, um instrumento simbólico ao serviço dessa ficção.” (Peralta & Anico; 2006: 1).

Como afirmamos anteriormente, o património é um conjunto selecionado de elementos culturais, feito por um grupo social, que irá demarcar esse grupo como algo único. Os elementos selecionados expressam a identidade desse grupo. Importa perguntar como é que o grupo transmite, ao longo das várias gerações, a sua identidade, ou seja, a sua cultura e o seu património? Como é possível que o grupo consiga manter a mesma visão do mundo e a sua relação com o seu património, ao longo de várias gerações? Se é necessário introduzir mudanças e alterações como é que esse processo é feito?

A tradição é um elemento agregador e justificador para suportar a existência e a coexistência destes grupos. A justificação histórica é geralmente legitimadora. A longevidade temporal é tida como razão para a prática de certos ritos ou rituais, para a formalização de um código rígido de vestuário e/ou comportamento em determinadas

ocasiões, para a valorização de determinados aspectos culturais. Trata-se da busca na histórica comum de elementos agregadores em comum.

A tradição surge como a forma legitimadora da posse de património e é algo que permite e fomenta a formação de sentimentos, memórias e a continuação da identidade do grupo. Assim, não é de estranhar a necessidade de criar novas tradições. Estas novas tradições tendem a ser artificialmente alicerçadas no passado, que não necessita de ser um passado remoto, para que o grupo consiga, ao mesmo tempo, inovar e manter-se “fiel” à sua história, criando uma continuidade “artificial” com o passado

“O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto perdido nas brumas do tempo. Até as revoluções e os “movimentos progressistas”, que por definição rompem com o passado, têm seu passado relevante, embora eles terminem abruptamente em uma data determinada. (...) Contudo na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial” (Hobsbawm & Ranger; 2002: 9-10).

“Muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas.” (Hobsbawm & Ranger; 2002: 9). Simples e concisa esta afirmação permite-nos perceber que também tradição é uma noção dinâmica, embora aparente bastante imobilidade. A tradição assenta numa aparente continuação ininterrupta, ou numa reintrodução de práticas de natureza ritual ou simbólica que servem para transmitir determinados valores e normas, através da sua repetição continuada. Mas a origem da tradição pode ser algo díspar da história do grupo, podendo ser algo artificial. A este procedimento Hobsbawm e Ranger (1983) chamaram “invenção de tradições” ou “tradição inventada”.

A “*invenção de tradições*” é uma forma de se criarem novas identidades, através da rutura com o passado. Investidas de uma falsa continuidade histórica, aparecem como formas justificadoras de novos movimentos políticos e novas ideologias. Por exemplo, os costumes e tradições das sociedades pré-industriais, não serão adoptáveis pelas

sociedades industriais, uma vez que são vistos como entrave ao progresso. Mas as tradições forjadas pela sociedade industrial, serão revestidas com um passado distante e contínuo. As “tradições inventadas” são também uma forma de uma sociedade ultrapassar a perda de identidade, criando uma artificial linha de continuidade com o passado, como aconteceu por exemplo com os nacionalismos. Por outras palavras, apesar de certos valores, ideais e normas puderem ser de criação recente, eles devem ter e manter um grau de continuidade histórica, de continuidade com o passado, mesmo que inventado. A projeção e a procura de identidade têm na sua base um conjunto de ritos ou rituais, a que os atores sociais chamam de “tradição” porque necessitam de uma continuidade lógica.

Podemos, então, definir “tradição” como todo um conjunto de valores, práticas, rituais e ritos, com características e objetivos fixos e invariáveis, que são praticados de forma repetitiva, e cuja justificação se encontra na sua história. O “costume” é diferente da “tradição”. O “costume” é algo mais flexível e, desde que as alterações e modificações que são introduzidas pelos atores sociais não alterem ou substituam radicalmente as práticas ou os rituais, pode adaptar-se e inovar. O objetivo principal do “costume” é facilitar a introdução de novos valores, ideais e normas na sociedade, sem quebrar a continuidade histórica da mesma.

Apesar de serem noções diferentes, não podem existir uma sem a outra, uma vez que funcionam em sintonia. A “tradição” implica o uso do “costume”. Encontramos vários exemplos desta relação nas cerimónias da sociedade civil, em especial nas cerimónias político-religiosas, ou nas festas formais e respetivo código de vestuário. Assim, sempre que se verifica uma decadência de um “costume”, existe uma alteração na “tradição” (Hobsbawm & Ranger; 2002: 10).

Os nacionalismos procuraram criar uma nova concepção social. Com o fim das monarquias não parlamentares na Europa e com o estabelecimento do modelo republicano e/ou parlamentar, foi necessário criar um novo sentido de existência para os atores sociais. Foi necessário estabelecer novas formas de relacionamento entre os vários grupos sociais, com o novo sistema político-social e económico e com os seus novos símbolos e as suas novas instituições. Para tal, os novos sistemas passaram a assentar essencialmente, num contrato social em que os cidadãos atribuíam e

legitimavam o poder de quem os representava através do voto. Nascia, assim, a figura social do cidadão, que se opunha à figura do súbdito. A organização política do reino dinástico foi substituída, por uma organização semelhante, mas em que o poder se “concentrava” na nova figura, o cidadão, e o “reino” passou a ser designado como “nação”. Para fornecer esta aparente continuidade entre os dois foram dados novos sentidos aos símbolos monárquicos pré-existentes. E a língua comumente falada foi utilizada como o elemento ligador de todo o espaço. Assim, desde o início que a nação foi concebida pela língua, pelos modos de vida e pela ideia de uma identidade em comum, com uma história estanque, mas aberta na sua essência para que qualquer ator social pudesse converter-se em cidadão dessa nação. É uma ideia que perdura até aos dias atuais numa forma mais diluída.

Podemos assim afirmar que uma determinada sociedade é composta por um conjunto de diferentes grupos sociais, que habitam num determinado espaço e num determinado tempo. Esses grupos partilham elementos culturais comuns como a língua, e que partilham de uma noção de uma continuidade territorial limitada. Logo não podemos falar de uma nação, ou de um país, mas sim de comunidades imaginadas⁶, pelos atores sociais, em torno de símbolos e de vários outros elementos culturais, aceites como representantes dos variados grupos sociais, dentro desse espaço-tempo, criando assim uma noção de existência de um corpo, com interesses superiores, mas ao mesmo tempo comuns a todos os grupos sociais, dentro desse espaço delimitado física e juridicamente. São comunidades imaginadas, porque os seus membros nunca se conhecerão, nem travarão relações sociais, algo que é fisicamente impossível, embora partilhem sentido de comunhão entre si (Anderson, 1983).

Demonstramos até este ponto que o património é uma pequena porção dos referentes culturais. E, tal como a cultura, é algo dinâmico, influenciável pelos modos de vida dos atores/grupos sociais. Património é algo em que o ator/grupo social se revê e pelo qual forma memórias. Assim, património não será mais de que um conjunto selectivamente, cuidadosamente construído e escolhido de elementos culturais, selecionado por um grupo. Para o grupo, esse conjunto de elementos culturais expressa identidade, a sua

⁶ Esta noção foi desenvolvida e defendida por Benedict Anderson na sua obra, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*

identidade enquanto grupo. Esse património demarca-o como um grupo à parte, facilmente identificável pelos demais atores e grupos sociais. É em torno desse património que o grupo irá construir a sua noção de identidade, tentando sempre manter uma noção de continuidade histórica no seu seio. Para facilitar a transmissão de identidade, e quando necessário proceder a alterações nessa identidade, será empregue um processo de criação de “*tradições inventadas*”. O processo emprega e força a história do grupo de forma a construir ligações artificiais, para que as novas tradições ganhem a propriedade de arcaísmo e antiguidade, as condições necessário para que seja mais facilmente aceite e mais facilmente utilizada. De forma resumida, é este o processo de criação de património. Compreendida esta dinâmica, é necessário perguntar, como realmente se forma o património? O que é realmente património? O que é que compõe o património?

Ao processo de transformação de produtos culturais em património designamos como patrimonialização. É o

“Processo de produção cultural através do qual os elementos culturais são selecionados e reinterpretados para novos usos sociais, conduzindo a uma reinterpretação do passado desde perspectivas contemporâneas” (Kinhenblatt-Gimblett; 1998).

Uma primeira ideia/noção de património foi desenvolvida no seio da Revolução Francesa. O contexto desta revolução, que se pautou em parte por uma destruição massiva de edifícios conectados com a ideia de feudalismo, monarquia e opressão, conduziu à identificação de bens que deviam ser objeto de proteção.

Em consequência, proclamaram-se leis pela salvaguarda de edifícios conectados com a ideia de feudalismo, monarquia e opressão, para que estes servissem como uma lembrança ao povo francês, do sofrimento e opressão de que foram alvo durante séculos (Choay, 2008). Esta nova visão conduzia à identificação de bens de utilidade pública, que deveriam ser utilizados pelos e para os variados grupos sociais de uma sociedade. Esta forma de patrimonialização é o cerne de todas as formas de patrimonialização que se seguiram: escolha de bens que tivessem utilidade pública, que fossem utilizados pela população em geral com fim a algo.

Atualmente, podem ser identificadas duas formas de patrimonialização. Ambos os modelos derivam do modelo surgido durante a Revolução Francesa, mas entram em conflito um com o outro. A primeira forma de patrimonialização surgiu no século XIX e foi amplamente desenvolvida pelos Estados-Nações. A segunda forma de patrimonialização só surgirá na segunda metade do século XX, no pós II Guerra Mundial (Guilhoume, 2003; Torrico, 2006).

2.1. Patrimonialização

O grande avanço científico e social dos séculos XIX e XX lançou novas luzes sobre a forma como o património deveria ser visto e utilizado pelos atores e grupos sociais. Serão essas novas formas de visualização que contribuirão para a criação dos dois modelos de patrimonialização.

Marc Guilhoume (2003) identifica um percurso evolutivo do processo de patrimonialização com o qual concordamos e aceitamos. Tal como explicaremos mais adiante, o património até aos dias correntes atravessou uma série de atitudes diferentes, em concordância com a época em que os atores e grupos sociais viviam. Fala de um património republicano a um património democrático. Período que se desenvolve entre a Revolução Francesa e a primeira Revolução Industrial. O património deixa de ser algo exclusivamente privado, surge a noção de que deve ser utilizado fins públicos, porque pertence ao povo. São as marcas visíveis de um passado feudal, que necessitam de ser relembradas.

No século XIX o património é essencialmente nacional; As sociedades que emergiram da Revolução Industrial já não têm a mesma visão do mundo. Graças aos desenvolvimentos tecnológicos, houve uma massificação da massa crítica. Muitos atores sociais são capazes de ler e escrever, há uma massificação generalizada da leitura, e do que ler. Agora os jornais proliferam. As línguas vernaculares ganharam terreno e impuseram-se definitivamente ao latim. Apesar de grande parte do conhecimento científico ainda se encontrar em latim, assuntos do quotidiano são escritos nas línguas vernaculares. É um período em que ascende uma nova organização política, o Estado-Nação, e os nacionalismos. A nova organização utilizará o património na defesa de uma identidade comum, nacional. “Um povo, uma língua, uma cultura”.

Como marcas exclusivas daquele povo. O património surge imbuído neste nova forma de pensar, sendo utilizado para glorificar a nova forma governativa.

Na segunda metade do século XX o património é local e supranacional, mas mais crepuscular. O mundo do pós II Guerra Mundial abraça um desenvolvimento social numa escala nunca antes vista. O impacto das duas guerras mundiais, a emergência de novas potências e de novas ciências conduziu a uma nova interpretação do património cultural. São levantadas várias questões, sendo uma delas se o bem tem valor intrínseco ou não. É questionada a hierarquização cultural. O património deixa de ser exclusivamente marca de um povo, para ser encarado como um património de toda a humanidade, um património sempre em risco de desaparecer.

O fim do século XIX e o início do século XX viu acontecer um avanço tecnológico sem precedentes e movimentações populacionais em massa. Dentro de cada país: dos centros rurais para os centros urbanos verifica-se um intenso êxodo rural. Este êxodo é a mais importante movimentação em massa. Massas e massas de vagas de população rural deixaram os centros rurais e contribuíram para que as populações das cidades mais do que duplicassem em muito pouco tempo. Com o tamanho das cidades a aumentar foi necessário encontrar novos espaços para construção, para circulação e para as atividades de lazer. Para fora dos países, nomeadamente europeus, as movimentações de população são também muito significativas. O desenvolvimento dos meios e vias de comunicação deu origem a um novo paradigma de procura de trabalho e lazer. Esta nova forma civilizacional assentava na premissa do capitalismo, do desenvolvimento tecnológico, do consumismo, mas de um consumo rápido. Um consumo que se alimentava de curtos e rápidos ciclos de produção-compra-venda-produção, que aumenta a sua velocidade a cada novo ciclo. (Santos Silva, 2002: 26-31)

Assim o processo de desenvolvimento dos séculos XIX-XX passou a assentar na premissa de que o futuro é muito mais importante que o passado. Os novos conceitos de conforto chocavam de frente com aqueles marcos do passado (Torricco, 2006: 23). Em contraciclo, as elites com mais instrução e já antes com maiores “índices de conforto” desenvolveram esforços no sentido de parar a destruição do património arquitectónico e artístico. Assim, o primeiro modelo desenvolve-se a par com as revoluções ditas “*burguesas*”, que instauram um novo sistema político na Europa.

Este primeiro modelo defende o património como criador e agregador de uma comunidade. É a chamada visão romântica e nacionalista do património. Esta visão defende que o património deve ser protegido porque é a marca de uma determinada civilização num determinado espaço físico e temporal (Torrìco, 2006: 23). É uma noção que surge no final do século XIX e início do século XX, pré-guerras mundiais, e é a expressão final do nacionalismo. Os nacionalismos vão defender uma rutura com o passado, tradicionalista, porém, buscam neste uma identidade legitimadora da sua presença naquele espaço⁷.

Para a defesa da identidade comum, num determinado espaço, o Estado-Nação socorre-se de uma série de monumentos e obras de artes e, em especial, de uma língua comumente escrita e falada. Estes elementos facilitaram a defesa destes Estados. Apresentando uma longa lista de feitos históricos, vincadamente marcados na paisagem e na memória dos atores sociais daquele espaço, reivindicando-os como as marcas dos seus antepassados, apresentavam-se como os herdeiros naturais daquele território. Isto resultou na consolidação do Estado-Nação. Uma nação, um povo, uma língua, uma cultura “É necessário demonstrar que existe uma cultura específica (diferenciada e diferenciadora) que dá vida e explica as particularidades de um povo enraizado no território que sustenta a nação” (Torrìco, 2006: 23). Um Estado independente, com uma cultura que assenta num acervo histórico de feitos monumentalizados. Estes deveriam ser monumentalizados e preservados, como testemunho dos grandiosos feitos daquele povo⁸.

Esta valorização do património, feita por especialistas, excluiu as populações em si. Daí resulta uma relação com um passado visto pela óptica dos especialistas, que as populações não compreendem ou não entendem como algo importante, sendo descartado e “esquecido”, ignorado ou até alterado. O património vai ser retirado às

⁷ Por exemplo na Alemanha Nazi estabeleceram-se ligações com as tradições nórdicas e germânicas. A Itália de Mussolini buscou ligações com o antigo Império Romano (Torrìco, 2006: pp.23)

⁸ Este tipo de “nacionalismo” apela ao populismo, à aglomeração de massas que, dentro do mesmo território, encontra vários grupos culturalmente distintos. Contudo, tenta agregar numa única nação, numa única forma de cultura, todas estas manifestações culturais. “Tesouros que deviam reflectir, através da singularidade, grandeza e antiguidade dos testemunhos seleccionados, tanto na origem e a continuidade da nação-povo, inseridos num discurso homogeneizador para o qual os grandes estilos e períodos oferecem um cenário ideal pela sua condição interterritorial a nível interno e pela sua capacidade de aceitação de nuances que afirmem a particularidade da própria evolução histórica” (Torrìco, 2006: pp.24)

populações, estagnado no tempo para ser exposto em locais estanques e controlados. É neste contexto que surgem museus especializados, que expõem peças recolhidas, sem atenderem aos seus contextos sociais e geográficos. Começam também a proliferar arquivos e acervos documentais de acesso limitado. Em comum têm o facto de se tratar de locais onde peças e documentos estão expostos em locais estanques e controlados, quer nas suas condições de preservação quer de acesso.

Em suma, o património cultural é construído segundo um modelo afastado por completo das populações, e é imobilizado na forma teórica idealizada, que não permite desvios da visão dominante dos ditos especialistas. Era uma forma de impedir a sua perda, a sua destruição, de preservar certos bens culturais (de um património cuidadosamente selecionado e escolhido, dentro de um conjunto pré-existente e reconhecido como valioso).

O segundo modelo de patrimonialização surge no pós IIª Guerra Mundial (Torrico, 2006: 24). Este modelo contestará o modelo anterior, questionando a relação entre sujeito social e objecto cultural. Levanta, portanto, a questão de saber se os objectos culturais têm valor intrínseco, ou não (Torrico, 2006: 24). Este modelo assenta na consciencialização global de que todas as manifestações arquitectónicas e artísticas são a marca de um grupo de atores sociais num determinado espaço, mas também da Humanidade como um todo. É uma corrente de pensamento que exemplifica a nova atitude cultural: nega a hierarquização dos bens culturais e das culturas; aceita e incentiva a diversidade cultural relativa a todas as camadas sociais (Torrico, 2006: 25).

Este novo modelo de patrimonialização propõe que se olhe com um olhar inquiridor para as relações entre atores sociais, e para as relações com os objetos culturais. De igual modo, este modelo, propõe também uma nova visão sobre as relações com as áreas rurais, encontrando “novas” formas de expressões culturais. É desta consciencialização que surge, em 1945, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Estes dois modelos de patrimonialização entram em conflito uma vez que têm uma raiz político-institucional diferente e divergente. Isto apesar de terem a mesma intenção de proteger e salvaguardar o património para as gerações futuras. O primeiro modelo tenta

salvaguardar a identidade de “um povo”, como entidade única e indivisível, que primou por algo patente na sua forma de construir e no que construiu. Desenvolveu-se num contexto político, económico e social que privilegiava a hierarquização social, a superioridade do mundo europeu e o expansionismo económico assente no capitalismo. O segundo modelo concentra-se, não só no fator local e regional, mas também enfatiza o carácter supranacional. O património não pertence apenas e exclusivamente àquele povo, mas sim a toda a humanidade como marca da sua presença. Defende a diversidade cultural, não apenas fora do contexto ocidental e ocidentalizado, mas inclusive dentro dos próprios países ocidentais e ocidentalizados. Nega a hierarquização das expressões culturais, dos grupos sociais, dos territórios (rural/urbano). Questiona a forma como as expressões culturais são tratadas, conservadas e utilizadas (Torrico, 2006: 26).

Em sucintas linhas, podemos afirmar que a noção de património tem sofrido constantes alterações, consoante a visão que os atores e os grupos sociais têm do mundo, como o interpretam e como este afeta os sujeitos individual e colectivamente. Assim, nos períodos históricos anteriores à Revolução Francesa, o património era encarado apenas como algo que pertencia juridicamente a um proprietário. O mundo pós-Revolução Francesa trouxe consigo uma nova visão. Nessa visão, o património deveria ser utilizado para a construção dos vários grupos sociais. Eram marcos e símbolos, formadores de memórias e fonte de instrução para que o passado não fosse esquecido. Era algo de utilidade pública. Os nacionalismos e os Estados-Nação dos séculos XIX e XX olham para o património como a justificação da sua existência, e utilizam património cultural como um elemento agregador da população dentro dos seus limites territoriais. São os marcos da existência de um povo. O Estado-Nação vai sacralizar o património e conferir-lhe um estatuto muito específico e concreto. É um conjunto selecionado e valorizado por especialistas. Procura-se conservar os elementos selecionados estancando sem atender aos seus contextos sociais e geográficos de forma a legar a história (selecionada) às gerações futuras. Mas este património será sempre, um conjunto bastante selecionado e bastante retrabalhado, por especialistas, para que adquira um novo sentido, um sentido favorável ao Estado-Nação e aos nacionalismos. Algo diferente acontece a partir da segunda metade do século XX. O património cultural é visto como marca de um povo num determinado espaço, num determinado tempo, mas acima de tudo é a marca da Humanidade no seu todo. Passando a defender-se assim a diversidade cultural. Questiona-se a forma como as expressões culturais são tratadas,

conservadas e utilizadas. O património cultural é a nossa marca no mundo, como tal deve ser utilizado por todos, mas nos seus contextos, pois só assim é possível compreender o património na sua totalidade.

2.2. Património Material vs Matrimónio Imaterial?

A sociedade ocidental focou-se, durante muito tempo, da importância na materialidade do património, desvalorizando as suas vertentes imateriais. A preocupação era na conservação apenas do património visível e palpável. As mais variadas instituições, como museus, arquivos bibliotecas, locais históricos e arqueológicos, focalizaram sempre a sua atenção nos objetos, não reconhecendo os seus contextos de produção, nem os contextos de utilização.

Já podemos concluir que o património é sempre uma (re)construção, elaborada pelos atores sociais no seu quotidiano. Estes buscam no património elementos identitários e sentimentos de pertença. Para tal constroem em seu torno histórias e noções que poderiam, ou não, existir quando esse património foi projetado e criado. O património traduz o que se faz, o que se cria, o que se interpreta e o que se sente na atualidade. É o espelho dos tempos presentes e uma imaginação daquilo que ele foi/é/será. Tendo sempre em conta que o património nasce da atribuição de valores e sentimentos por parte dos atores sociais, compreende-se que ele terá sempre uma dimensão imaterial, mesmo quando se manifesta materialmente.

O património é algo que deve ser encarado como tendo sempre duas vertentes inseparáveis, uma material e uma imaterial. Um objeto não tem apenas uma forma material. A sua emergência como património nasce a partir de uma nuvem conceptual de significados e associações que lhe dão um sentido particular Mas se esse objeto não criar laços ou despertar sentimentos com os atores sociais, então ele não será conservado, independentemente das suas características históricas, artísticas ou arqueológicas.

Há sociedades onde a ênfase não é colocada de forma tão evidente na materialidade. Tomemos como exemplo algumas sociedades não ocidentais. Estas sociedades não encaram o produto final, o objeto como algo que tenha valor por si só. O processo de fabrico é que é considerado como o verdadeiro legado, sendo meticulosamente mantido.

Mantêm a capacidade produtora de objetos manufacturados, em processos de fabrico que podem remontar a períodos arcaicos.

O exemplo do Japão dos dias de hoje é um caso paradigmático. Apesar de durante a II Guerra Mundial terem sido fabricadas *katanas*⁹ através de fundição e injeção em moldes, o processo artesanal de produção ainda se mantém vivo, existindo ainda a classe de mestre fundidor das ligas de aço especial, a classe de mestre forjador da arma em si e o mestre polidor da lâmina. São três processos distintos, que requerem um conjunto de conhecimento vasto e diferenciado, assim como equipamentos e ferramentas. O fabrico demora dependendo da qualidade que se pretende obter, entre três e seis meses.

Assim, podemos afirmar que o verdadeiro valor de qualquer objecto se encontra na sua vertente imaterial e material “*O Património, pode, não só incluir qualquer objecto, mas qualquer coisa-não apenas física, mas também ideacional; não apenas as coisas que são ideias, mas também as ideias que são coisas*” (Thompson, 1979). Com esta noção podemos alargar a base do que consideramos património para além dos objetos e edifícios. Podemos incluir nesta categoria locais, cantares, costumes, lendas e mitos, histórias e contos, processos criativos, danças, músicas (escritas e tocadas), marchas (populares e militares), alimentos, processos de confeção de comida, caça, jogos... O património é o reino do imaterial, das ideias antes de ser o mundo material. É a documentação e registo das realizações humanas, mas o que o torna em património é a importância sentimental (Feilden & Jokilehto, 1993). Sem este impacto sentimental é impossível preservar ou conservar.

Assim, contestamos a ideia de haver dois patrimónios, um material e um outro imaterial. Os bens culturais só se tornam património quando são reconhecidos dentro de um conjunto particular de valores culturais e sociais, os quais são por definição imateriais “*Os aspectos materiais do Património evocam as representações imateriais que dão ao Património o seu significado. O Património Material serve de ponto de contacto ou de ocasião para o nosso trabalho imaginativo*” (Byrne, 2009: 246).

⁹ Sabre japonês

Podemos, assim, definir como património cultural imaterial as tradições e expressões orais, incluindo as línguas, uma vez que são a principal plataforma de expressão da imaterialidade; também as artes performativas, as práticas sociais, os rituais, todo o conhecimento dito popular e as práticas relativas a esse conhecimento.

A UNESCO desde o ano de 1997 que vinha a desenvolver trabalhos e propostas com intuito de aumentar o leque do que consideramos património. Sob a tutela do japonês Koïchiro Matsuura, o leque do que é considerado património cultural aumentou. Em Outubro de 2003, durante a 32ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, foi finalmente votada, e aprovada, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (PCI), que entrou em vigor a 20 de Abril de 2006 e à qual Portugal aderiu em Agosto de 2008 (Duarte, 2010: 1). Mas, apesar dos grandes avanços no alargamento do que se entende como património desde a criação da UNESCO, a tónica ainda se encontra sob o lema: proteger para não se perder. Atualmente, o património cultural imaterial é uma noção aceite a nível mundial, mas a visão materialista da sociedade ocidental aliada ao sentimento de perda, conduziu a que o património cultural imaterial fosse encarado da mesma forma que o património material, ou seja, como precíval senão for protegido e preservado (Duarte, 2010). A atenção dada ao património imaterial assenta sobretudo na sua percepção como estando em risco pelo que é necessário salvaguardar, criando para tal registos físicos da sua existência. Lendas e cantares são escritos e guardados, costumes são registados e documentados e estancados em museus. Isso conduz a um maior afastamento entre objetos culturais e atores sociais, uma vez que os registos não asseguram a criação de emoções, nem identificações com esses objetos (Duarte, 2010).

Sem a compreensão dos bens culturais nos seus contextos, apenas os condenamos à destruição num futuro próximo. O afastamento relativamente aos seus contextos conduz inevitavelmente a uma queda de ligação sentimental e, posteriormente ao questionamento do seu valor como bens identitários, uma vez que os atores sociais deixam de os poder compreender na sua plenitude. Defendemos uma conservação que atenda aos seus contextos, para uma eficaz proteção e para que se continue a compreender e a estabelecer emoções e conexões com esses bens culturais e patrimoniais.

Continuarmos a insistir na tónica de que património imaterial e património material são bens culturais distintos, sem qualquer conexão, é insistir num erro que conduzirá à destruição e perda num futuro próximo de património, invalidando todos os esforços encetados até aos dias de hoje. Temos de aceitar que um não existe sem o outro, e que ambos não existem sem os seus contextos produtores, sem os laços sentimentais e emocionais e as valorizações por parte dos atores sociais. Essas são as duas dimensões que formam o património cultural. Outro tipo de ação conduzirá à sua real destruição.

Capitulo II. Estudo da Cultura Kwanyama e da Região Cuanhama

1. Apresentação do caso de estudo

Tendo debatido no capítulo anterior as noções teóricas, pretende-se com este capítulo II apresentar o nosso estudo da cultura kwanyama. Para alcançar esses objetivos o presente capítulo será dividido em dois subcapítulos. O primeiro destina-se à apresentação do estudo realizado, abrangendo o estudo do Cuanhama como região geográfica e dos Kwanyamas como povo. No segundo subcapítulo discutiremos a ação da potência colonizadora, Portugal, em concreto da sua ação no estabelecimento de fronteiras e no contacto com os kwanyamas.

Na consulta de documentos diversos notámos que existem duas grafias aceites para Kwanyama. Procurando evitar confusões, optamos por utilizar as duas grafias em referência a coisas diferentes. Empregamos o termo kwanyama para a “sociedade”, e o termo Cuanhama para a “região geográfica”.

O país com o nome oficial de República de Angola (figura1- assinalado por seta negra), foi até ao ano de 1975 uma colónia de Portugal. Trata-se de um país localizado na costa ocidental do continente africano, tendo como fronteira, a nordeste, a República Democrática do Congo e a República do Congo, a leste, a República da Zâmbia e República Democrática do Congo, a sul, a República da Namíbia, e a oeste o Oceano Atlântico. A sua principal cidade é Luanda, que é ao mesmo tempo sede de município, capital de província, e capital do país.

Em Angola, a Província corresponde à maior unidade administrativa. Uma Província é subdividida em Municípios e este, por seu turno, é dividido em Comunas. Depois temos as Cidades, as Vilas e as Aldeias. Dependendo se nos encontramos em meio urbano ou meio rural, ainda encontramos mais duas subdivisões: nas cidades a unidade mais pequena é o bairro; nos meios rurais, a divisão mais pequena é a povoação. Angola encontra-se dividida em 18 Províncias, 174 Municípios, 618 Comunas e cerca de 34 Cidades (figura 2).

Apesar de ser um país com cerca de 19 milhões de habitantes, apenas metade vive nas cercas de 34 cidades existentes. É um país com grandes disparidades socioculturais. Os seus principais centros urbanos são: Luanda, Lobito, Benguela, Huambo e Lubango. O

destaque vai para Luanda que, sendo a capital do país, é a cidade mais centralizadora de bens e serviços, tanto em termos industriais, económicos, como culturais e populacionais.

Em termos demográficos, a população angolana caracteriza-se por uma multiplicidade de grupos étnicos. Contudo, todos esses grupos podem ser englobados dentro de um grande grupo, denominado Bantu, do qual derivam as seguintes subfamílias: Ovimbundu, Ambundu, Bakongo, Ovambo, Nyaneka-Nkhumbi, Herero, Còkwe, Ganguela e Xindonga.

Utilizando a estrutura administrativa referida, o nosso caso de estudo localiza-se na Província do Cunene, Município do Cuanhama. A nossa proposta de mediação foi pensada para ser implementada dentro deste espaço, mais concretamente na Comuna da Môngua, na cidade de Ondjiva/N'Giva. A Província do Cunene, como unidade administrativa, foi criada no ano de 1970 e mantém-se inalterada até aos dias de hoje. A capital de Província e sede do Município (e única cidade) é Ondjiva ou N'Giva, a antiga Vila Pereira d'Eça.

A Província do Cunene tem uma área de 87 342 km² ¹⁰. O seu nome provém do mais importante rio da região, o Rio Cunene (figura 3). Esta Província compreende os Municípios do Cahama, do Cuanhama, do Curoca, do Cuvelai, de Namacunde e de Ombadja.

Dado que o foco deste trabalho será a Província do Cunene, Município do Cuanhama, em termos de grupos étnicos, destaca-se a etnia dos Ovambo. Ressalvamos, contudo, que o trabalho se irá focar num subgrupo: os Kwanyamas, uma vez que foi contra este povo, sob a égide do mítico líder Mandume que se travaram as Campanhas Portuguesas de 1915-1917.

Importará ter presente que os dados documentais que citamos neste trabalho provêm de fontes posteriores às Campanhas de 1915-1917 propriamente ditas. Mas a sua pertinência revela-se devido ao fato de haver pouca informação escrita de qualidade sobre a área e tempo considerados.

¹⁰ Segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) Portugal Continental tem uma área de 89 102,16 km², com uma área total 92 225,24 km²

1.1. Cuanhama como Região Geográfica

A paisagem do Cuanhama é uma superfície extensa e plana, pautada por pequenas depressões (*chanas*) e pequenas elevações (*mufitos*) e um terceiro elemento geográfico que são as *chanas* isoladas que formam pequenos lagos, designados como *ecangos* ou *ecangos*. (Feio, 1966: 48).

Esta micromorfologia formou-se depois do rio Cunene ter sido capturado pelo Oceano Atlântico. Assim que o rio Cunene deixou de ser um rio interior, a desaguar na Caldeira da Etocha, e passou a desaguar no mar, formou-se este tipo de micromorfologia, com *Chanas*, *Ecangos* e *Mufitos*. Os *ecangos* são o exemplo mais claro deste processo, pois são *chanas* estanques que correspondem a uma fase de assoreamento avançada. Existem vários tipos de *ecangos*, os completamente fechados, sem comunicação com outras *chanas* e/ou *ecangos*. Uma outra tipologia pauta-se por ainda ter uma via para a saída de água, encoberta pela vegetação. Isto tudo é algo imperceptível a um primeiro olhar sobre a paisagem (Feio, 1966: 50).

Este conjunto de elementos geográficos ocupa uma imensa área. Esta área estende-se em direção a norte, entre o rio Cunene e o rio Cuvelai, numa área com cerca de 80 km de largura. E estende-se também para sul em direção à Caldeira da Etocha (figura 4- assinalado por seta negra). Além da fronteira de Angola (figura 4- assinalado por rectângulo vermelho), já dentro do território da Namíbia, esta micromorfologia começa a formar pequenos cursos de água, e com a aproximação à Caldeira da Etocha (figura 4- assinalado por seta azul), estes cursos de água, confluem e abastecem de água a já mencionada caldeira. A Caldeira da Etocha é uma grande depressão com cerca de 4370 km² de área, mas com apenas 15 m de profundidade. Atualmente encontra-se seca, mas ainda se pode retirar sal e alguma erva. Contudo, quando chove em abundância, confluem para esta Caldeira águas da região do Cuanhama e do Rio Ovambo.

Entre os meses de Março e Abril, resultantes dos mais elevados registos de precipitação do ano, ocorrem cheias. Em conjunto com as águas de outras fontes próximas, que ultrapassam os seus limites e, devido ao fraco declive do território, dão origem a grandes cheias, submergindo as *chanas*. Toda essa água escorre lentamente em direção à Caldeira de Etocha, sofrendo uma grande evaporação pelo caminho. Mas estes

elevados registos de precipitação são fenómenos de irregular ocorrência, sendo mais comuns índices de fraca precipitação.

As *chanas* são depressões também extensas e de uma elevada complexidade. Estas depressões apresentam um traçado de margem bastante complexo, com várias ramificações e grandes curvaturas de margem. Isto quer dizer que são depressões no solo, pouco profundas, com possibilidade, ou não, de haver ligação entre *chanas*, e que as suas margens não formam uma figura geométrica simples (Feio, 1966: 50). É nestas depressões que a água se acumula. Em termos de flora, a chana, apresenta poucas ou nenhuma árvore, gramíneas, ciperáceas e ranunculáceas (Lino Silva, 1975: 54).

Os *mufitos* são pequenas elevações, que se encontram nas zonas sobranceiras às *chanas*, elevam-se sensivelmente dois a três metros acima das *chanas* (Feio, 1966: 47). São nestes zonas elevadas que os *eumbos*¹¹ são construídos. Uma vez que se elevam acima da linha de água, apresenta uma flora mais própria para a criação de animais, assim como as mais importantes árvores frutíferas da região.

Podem distinguir-se dois tipos de padrões de *chanas*: padrões largos e padrões miúdos (Feio, 1966: 48). Encontramos o primeiro tipo de padrão entre os rios Cunene e Cuvelai. Este tipo de padrão ocupa toda a região entre a Môngua e o Cuamato, e aproxima-se das margens sudoestes do rio Cunene. São *chanas* largas em termos de extensão, que podem chegar aos três quilómetros de raio, podem juntar-se a outras e formar *chanas* maiores, têm fundos planos e arenosos, com tonalidades entre cinza e amarelo. Predomina a areia argilosa, mas existem areias de base calcárias. Os *mufitos* também apresentam esta constituição (Feio, 1966: 49).

Os *mufitos* deste tipo de padrão de *chanas*, à semelhança das *chanas*, também são extensos e têm um desnível de margem, para com a *chana*, entre um a cinco metros. Têm margens bem delimitadas e visíveis e apresentam uma flora que espelha bem a sua riqueza em termos de qualidade de solo. O grau de assoreamento das *chanas* resulta do grau de elevação entre *chanas* e da quantidade de água dentro dos limites das *chanas*. Uma outra presença constante neste ambiente são os ecangos, ou *chanas* isoladas, que se encontram na região a sul de Xangongo.

¹¹ *Eumbo* é o termo utilizado para designar a unidade de povoamento básica e tradicional kwanyama, de que falaremos mais por diante

A segunda tipologia de *chana* é designada como padrão miúdo e encontra-se na zona de influência dos rios Cuvelai e Mui. O rio Cuvelai passa no Evale, e aí divide-se em braços que se tornam cada vez menos fundos à medida que se aproxima da foz. Na época das chuvas, esta região fica alagada demonstrando que o processo de sedimentação, ainda decorre. Nesta zona de influência existem três zonas distintas. A primeira que se pauta pela formação de *ecangos* com aberturas, que desaguam em *chanas*, e começam a ter semelhanças com as grandes *chanas* do Cunene, uns quilómetros perto da foz. Uma segunda zona que detém apenas ecangos e situa-se na secção intermédia do curso do rio. Por fim, perto da nascente do rio, a terceira zona com *chanas*, mas onde a água ainda flui (Feio, 1996: 51).

1.1.1. Clima

Em termos climatológicos a Província do Cunene é uma zona de clima tropical seco. É uma zona que é afetada pela proximidade do Calahari e do deserto do Namibe, por isso apresenta uma díspar amplitude térmica. A influência daquelas áreas desérticas estende-se aos índices de precipitação “*mesmo quando abundante, é diminuta (cerca de 1000 mm, no máximo), podendo chegar a valores muito baixos (270 mm)*” (Lino Silva, 1975: 55). Portanto, a água é um elemento escasso dado a sua irregularidade em volume e no tempo. Todas estas condicionantes fazem com que as *chanas* sejam a principal fonte de água para animais, plantas e pessoas. Mas as *chanas* são um recurso imprevisível, uma vez que o seu solo é basicamente composto por areias, que são premiáveis a infiltrações. Também são afetadas pelas elevadas temperaturas, que provocam uma rápida evaporação da água à superfície. E para se encontrar água, é necessário proceder à escavação de poços (cacimbas), por vezes com vários metros de profundidade. E a água que se encontra é muitas vezes imprópria para se beber, devido à presença de sal. Outra forma de obter água é através de escavação de uma secção de 100 m² com três metros de profundidade, dentro das *chanas* que se encontrem relativamente cheias. Para que a água que ainda não se infiltrou no solo, escorra para aí, criando-se assim um canal artificial, desviando a água para onde se deseja.

1.1.2. Fauna

Em termos de fauna pouco há a dizer. A caça intensiva e condições climatéricas desfavoráveis, conduziram a que poucos animais se adaptassem ao meio; e os que se adaptaram, foram caçados ou afugentados da região. Ainda assim é possível pescar algumas espécies de peixes e anfíbios, e caçar pequenos patos, as jandas¹² e os ciconiidae¹³.

1.1.3. Flora natural e flora "aproveitada" pelos kwanyamas

O clima é tropical seco. Isto reflecte-se no tipo de flora existente. Esta consiste em

“... bosque seco ou com um mosaico de bosque seco e savana, aparecendo na primeira uma formação típica de pequenos bosques de Colophospermum mopane (omutiati), importante para alimentação do gado nos períodos mais críticos, e de diversas espécies de acácias.”¹⁴

É possível dividir a flora em dois grupos. Nas zonas mais chuvosas, norte da Província, encontramos espécies de maior porte, que requerem maiores quantidades de água como, *“o girassonde, mussibi, jubernadia paniculada, brachistegia spiciformis, gongo nombé e diversas figueiras”¹⁵*

No sul da província como é muito mais seco, o porte das árvores diminui e a vegetação torna-se mais escassa

“adquirindo aí as comunidades vegetais, feição típica de estepes com arbustos colophospermunr mopane (mutchaty), acácias diversas, diospiros nespiros, mespiliformis

¹² São palmípedes com as dimensões dos gansos, mas com um comprimento de perna maior

¹³ Estes últimos não são considerados como alimento para o Homem; Aves da família das cegonhas, maribu e jabiru

¹⁴ Fonte: http://www.info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=13&Itemid=1293 , informação retirada no dia 21/12/2012 às 15h03

¹⁵ Fonte: http://www.info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=13&Itemid=1293 , informação retirada no dia 21/12/2012 às 16h23

(*munhandi*), *berchamia discolor* (*nombé*), *solerocaria birrea* (*gongo*) e *entandrophragma caudatum* (*mutaco*).”¹⁶

Tradicionalmente os kwanyamas aproveitavam algumas destas árvores e gramíneas. Recorrem a árvores como o *munhandeiro* (nome científico *Diospyros mespeliformis Hochst*), que dá fruto a partir de junho. Os seus frutos podem ser comidos frescos, secos, ou transformados em bebidas alcoólicas. A *Ondunga* (nome científico *Hyphaene ventricosa Kirk*), é uma palmeira. Os kwanyamas aproveitam a sua seiva e o fruto para fazer uma bebida e, ocasionalmente as suas folhas são usadas para uma cobertura rudimentar. Outra árvore é o *gongu*, ou *gongo* ou *gongueiro* (nome científico *Sclerocarya birrea (A. Rich) Hochst*), uma árvore cuja copa pode ter um raio de 15 metros, e que dá frutos em fevereiro semelhantes a ameixas brancas. O fruto é aproveitado para se fazer a bebida alcoólica mais forte dos kwanyamas e as suas sementes são utilizadas pelas mulheres na produção de óleos alimentares.

O *embe* (nome científico *Phyllogeiton discolor (Klotzch) Herzog*) dá um fruto pouco maior que as malaguetas locais, e só é comido depois de seco. Da *Omunhete* (nome científico *Ricinodendron rautanenni Schinz*) apenas se aproveita as sementes para a produção de um outro óleo alimentar. O *Omoni* ou *maboque* (nome científico *Strychnos cocculoides Bak*) apresenta um fruto do tamanho e aparência de uma laranja, que depois de se lhe retirar a casca, bastante dura, é comido.

O *Mukuyú* (nome científico *Ficus gnaphalocarpa A. Rich.*) é outra árvore cujos frutos de tamanho de figos, são aproveitados para a alimentação animal e para a produção de mais uma bebida alcoólica. Outras árvores que apesar de não darem frutos, são bastante utilizadas pelos kwanyamas são o *mufyati*, (nome científico *Colophospermum mopane (Kirk ex Benth) Kirk ex. J. Léon*), empregue na construção, o *mutaku*, (nome científico *Entandrophragma eckebergoides (Hercus) Sprague*) também empregue na construção, e cujas sementes são aproveitadas para a produção de um óleo cosmético, e por fim, o *murilahonde* (nome científico *Pterocarpus angolensis DC*), cuja madeira é de elevada qualidade e possui beleza estética.

¹⁶ Fonte: http://www.info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=13&Itemid=1293, informação retirada no dia 21/12/2012 às 15h03

Em termos de gramíneas são aproveitados dois tipos. No início da época das chuvas, nos *mufitos* nasce a *mbidzi*, (nome científico chama-s *Jynandrapsis gynandra (L.) Brig.*) É uma planta que não ultrapassa os 50 cm de altura. A outra planta que é aproveitada é uma gramínea que nasce em Angola e é comestível, ao contrário das que nascem nos jardins europeus (nome científico *Amaranthus sp.* Ramo da família *Amarantáceas*).

Descritas as principais espécies da flora angolana na Província do Cunene, pode-se concluir que esta é uma flora caracterizada por espécies de climas típicos de savana. Em termos de solo, este pauta-se por ter camadas arenosas na superfície e camadas argilosas por debaixo das camadas arenosas. Há presença de sal em camadas profundas e não existem depósitos de pedra.

1.1.4. Atividade agro-pastoril

Angola passou por uma prolongada guerra civil (1975-2002) que alterou a paisagem económica do país, mas encontramos a seguinte descrição para a Província do Cunene, nas fontes que consultamos. A principal atividade económica era a actividade agro-pastoril

“Angola pode ser dividida em quatro macrorregiões com base na importância do gado para as estruturas agro-económicas tradicionais. Estas macrorregiões encontram-se representadas no mapa 1” (Carvalho, 1974: 203)¹⁷

Conforme mostra o mapa (figura 7), a Macrorregião D, inclui a Província do Cunene. A importância da atividade agro-pastoril relacionava-se também com o facto de o gado ser a base em que a riqueza era medida. Quanto maior a quantidade de cabeças de gado detidas, mais poderoso seria o seu detentor. Como a fauna não permite grandes pastagens, imperava a prática da transumância.

“A macrorregião D (sudoeste angolano) inclui todas as nove regiões onde a criação de gado é um marco importante das culturas locais. As populações locais possuem um conjunto substancial de cabeças de gado (cerca de 1 600 000 cabeças ...) e são os principais fornecedores de produtos

¹⁷ Figura 7

derivados. A principal característica do sistema tradicional de criação de gado no sudoeste angolano é o uso e o consumo de produtos derivados nas dietas das populações, o que requer uma ocupação territorial semidispersa e uma complexa rede de relações socioeconómicas entre donos e detentores do gado¹⁸, o que assegura uma distribuição equalitativa dos produtos” (Carvalho,1974: 203-205).

A fraca qualidade e quantidade de pastagens obrigavam à prática da transumância. O gado era conduzido para regiões situadas além do espaço do *eumbo*, para fora do cuanhama. Isto limita em muito o uso do gado e dos seus derivados. A dieta tradicional cuanhama não contempla a carne de bovino, excepto em casos festivos, ou quando os animais morrem (Lino Silva, 1975: 69-70). Dentro do *eumbo* existe um local específico para a recolha do gado bovino, neste caso vacas e vitelos. E existe no exterior do *eumbo* um local próprio para a guarda do gado bovino masculino-bois.

Ter uma vasta manada de gado bovino ao seu dispor à qual pode recorrer para pagar resgates e/ou em trocas comerciais com os europeus, indica-nos que a posse e detenção de gado bovino era um elemento de distinção social, de demonstração de poder e riqueza.

Nas técnicas agrícolas tradicionais kwanyamas não era utilizado o pousio nem a rotação de culturas, também não era necessário proceder à constante adubação dos solos. A adubação tradicional recorria aos excrementos dos currais e às cinzas regadas em urina dos urinóis. Realizava-se uma agricultura intensiva assente na cultura de um cereal, gramíneas e leguminosas (Lino Silva, 1975: 67).

Este cereal é o *massango* (nome científico *Pennisetum sp.*), que necessita de poucas condições para ser cultivado. Necessita de pouca água e adapta-se à irregularidade das chuvas. Não necessita de um solo muito rico. Requer apenas calor e solos fracos. Tendo em consideração que o solo cuanhama é constituído, em grande parte por areia, é um cereal que se adapta bastante bem a este meio. É um cereal que tem um ciclo vegetativo bastante rápido, de fácil produção em grandes quantidades, e com uma elevada resistência à acividade de insetos. E é um cereal bastante nutritivo. Era transformado

¹⁸ No texto original pode ler-se “ ...between owners and holders...”

numa farinha, e com ele se fazia o *pirão*, que é uma espécie de massa cozida, sem sal. Também é utilizada na produção da *brolunga*, uma bebida, uma espécie de cerveja.

Uma outra cultura cerealífera é o *massambala* (nome científico *Sorghum caffrorum*, Beauv.), que pode ser comido depois de fervido com água. Porém a sua utilização mais comum é na produção de uma cerveja pouco alcoólica.

O cultivo de cucurbitáceas tem uma dupla funcionalidade: alimentar os animais e servir para a alimentação humana. Aos primeiros eram destinadas as frutas insípidas, muito semelhantes a melancias. Estas culturas nascem de forma espontânea nos terrenos e não necessitam de grandes cuidados.

As leguminosas também são de dois tipos: as plantas locais e as plantas importadas. Dentro das plantas locais, destaca-se o *makunde*, uma espécie de feijão frade. Esta planta “*tão importante é que deu o nome a uma terra próxima da fronteira sul: Namacunde*” (Lino Silva, 1975: .68-69). Nascem naturalmente no meio dos campos de cereal, mais duas plantas locais, a *mbidzi* e a *lombwa*. Outra planta local é a *Voandzeia subterranea* que produz os seus frutos no subsolo. As plantas introduzidas são plantas muito delicadas que requerem um controlo mais apertado, por isso são plantadas em menores quantidades.

Tradicionalmente em torno do *eumbo* existiam campos por cultivar. Isso não significava que estivessem em repouso, mas simplesmente, que não tinha havido a necessidade de abrir aquele campo, uma vez que as necessidades agrícolas do agregado familiar, eram satisfeitas com os campos cultivados. Tradicionalmente o trabalho agrícola era feito pela mulher

“A agricultura tradicional é feita pela mulher, à enxada; o homem derruba, de início, o mato, poupando as árvores de fruto e construindo a vedação, à volta. [...] Uma vez lavrado o solo, o restante trabalho pertence à mulher” (Lino Silva, 1975: 69).

Tradicionalmente o terreno desmatado em torno do *eumbo* é vedado e toma o nome de *ongubo*. Os campos agrícolas tomam a forma circular em torno do *eumbo*, localizando-se este no centro. Os terrenos eram divididos em duas secções: a metade sul que

pertencia em exclusivo ao chefe da família, e metade norte era dividido por entre as suas mulheres.

O terreno era preparado para ser cultivado pelo homem tendo a mulher por função escavar e plantar a semente. Depois de plantado, a mulher devia tratar da germinação do cereal em todas as suas fases de crescimento, assim como do resto dos cultivos (Lino Silva, 1975: 76-77).

O homem também preparava as eiras onde os cereais iriam ser transformados. Cabe-lhe construir as *mutalas*, ou estrados de madeira, enquanto a mulher limpa, nivela e prepara o solo com uma pasta que o endurece (Lino Silva, 1975: 77).

1.2. Kwanyama como Povo

Primeiramente temos de afirmar que esta sociedade se encontrava organizada num reino com poder centralizado na figura do rei. Devido à criação de uma fronteira entre Portugal e a Alemanha, foi dividida em dois grupos. Do lado português ficaram os principais locais políticos e históricos, como por exemplo N'Giva e Namakunde, as embalas¹⁹ reais e toda a família real kwanyama. Estes dois fatores explicam, em parte, o motivo da elevada resistência que as forças portuguesas encontram deste lado da fronteira, ao contrário do grupo que ficou do lado da então colónia alemã, que rapidamente foi integrado na administração colonial alemã. Podemos também afirmar que este povo se consegue adaptar com relativa facilidade às introduções europeias (Neto, 1963: 51). Um dos melhores exemplos que podemos apresentar é o seu eficaz domínio do armamento de fogo, como ficou patente nas Campanhas de 1915-1917 contra a administração portuguesa.

A sociedade kwanyama ocupou a região que ainda hoje designamos como Cuanhama, “*Situa-se essa região no Sul de Angola e norte do Sudoeste Africano*”²⁰, sendo cortada a meio pelo paralelo 17° S, entre Ruacaná e Cuangar; limita-se, grosseiramente, entre os paralelos 16°30' e 17°30' de latitude sul (Lino Silva, 1975: 53).

¹⁹ Residência do Rei em termos ocidentais

²⁰ Sudoeste Africano Alemão ou Deutsch-Südwestafrika foi uma colónia alemã entre 1884-1915, ficando sob administração da União Sul Africana até 1946 devido a um mandato da Liga das Nações. Em 1946 o mandato não foi renovado pela ONU e o espaço foi efetivamente ocupado pela África do Sul. Entre 1966-1988 ocorreu neste espaço uma guerra de guerrilha entre a SWAPO (South-West Africa People's Organisation- Organização dos Povos Africanos do Sul e Oeste) e as forças da África do Sul, que terminaria com um acordo de paz mediado pela ONU. Em 1990 este espaço torna-se independente correspondendo à actual Namíbia

Os antecedentes históricos desta sociedade ainda permanecem um mistério para os investigadores. Existem várias teorias que apresentam visões de como se formou esta sociedade. Uma delas afirma que os kwanyamas descendem de uma mistura de sociedades de caçadores e pastores que terá emergido na região do sul de Angola e norte da Namíbia. Dessa mistura de povos teriam surgido os Ambó, de entre os quais se sobressaem os subgrupos dos Kwanyamas e Cuamatos, como os mais numerosos

“Na verdade, ovakwanyama é um povo que ocupa uma área significativa da Província do Kunene, Sul de Angola, e da região de Owambo, Norte da Namíbia. Eles pertencem ao grande grupo étnico de ovawambo, composto de 12 subgrupos, cabendo-lhe aproximadamente 37% da totalidade deste grupo” (Yakuleinge; 2012: 6).

Na tradição oral da região é possível encontrar mais explicações sobre a origem da sociedade kwanyama. Neste ponto o que pretendemos reter é a sua presença na região, como também atestam os vários relatos orais sobre os seus confrontos com as demais etnias da região.

1.2.1. O eumbo

Os kwanyamas são uma sociedade em que o chefe do agregado familiar é a entidade máxima dentro dos limites da sua unidade territorial, denominado como *eumbo*²¹. O *eumbo* não é mais do que um grande complexo habitacional, residência de uma única família. É a unidade mais básica da estrutura social da sociedade kwanyama. Assim sendo, é importante compreender o que é um *eumbo*, a sua distribuição espacial e organização hierárquica. Como observámos no ponto anterior, a região do Cuanhama é uma região árida e plana em que predominam uma sucessão de *chanas* e *mufitos*. Assim, a população kwanyama construía as suas unidades territoriais nas zonas que permitissem alguma habitabilidade e terra arável. Ou seja, os *eumbos* são normalmente construídos nos *mufitos*.

O *eumbo* é uma estrutura orgânica que cresce consoante o número de pessoas que nele habitava. Podia ser uma estrutura simples como se apresenta no figura 13, mas também

²¹ Eumbo é o termo utilizado para designar uma unidade residencial.

podia ser uma estrutura bastante complexa. Era também um símbolo de poder, uma vez que um novo *eumbo* só pode ser construído mediante a aprovação do chefe do *eumbo* de onde é originário o jovem que pretende construir o novo *eumbo*.

Toda esta estrutura ilustra a forma como a sociedade kwanyama se organizava. Sendo uma sociedade de cariz guerreira, obrigou a que a estrutura do *eumbo* correspondesse a uma construção que potenciava a autonomia das unidades. Era uma estrutura circular, planeada para ser mais facilmente defensível. Ou seja, é uma construção que abriga espaços construídos de forma a terem uma total autonomia e auto-suficiência, por isso o *eumbo* é um conjunto de células individuais, equipadas com todas as estruturas necessárias à sobrevivência. Cada célula do *eumbo* é designada por *epata* e não têm mais do que três metros de diâmetro (Lino Silva, 1975: 93). Todas as *epatas* têm apenas as estruturas necessárias para um mínimo conforto do seu ocupante. Cada uma destas células é separada por paliçadas de madeira, do mesmo modo que o acesso ao *eumbo* é protegido por uma paliçada de madeira, rodeada por espinhos.

Cada uma das estruturas da *epata* era construída por partes. Primeiro, era construído o telhado de forma cónica e reforçado que, quando terminado, seria levantado à força braçal para cima de uma estrutura de madeira, cuidadosamente escolhida. Isto limitava a forma como o kwanyama constrói, pois a forma e o peso do telhado impede que as estruturas tenham grandes áreas, mesmo com paredes de adobe.

O *Eumbo* obedecia assim à lógica da individualização dos espaços, sendo todas as suas partes rodeadas pelas sebes de separação e os locais bem definidos para cada elemento do agregado familiar e suas funções específicas. “*Pode-se encarar a célula individual de dois pontos de vista: o da posse ou usufruto e o da composição.*” (Lino Silva, 1975: 80). Por outras palavras, cada célula dentro do *eumbo* tem uma função específica, e destina-se a um elemento específico do núcleo familiar. Dentro do *eumbo* existe um espaço específico para o chefe, para a sua primeira mulher, para a segunda, para as restantes mulheres, para os filhos e para o gado. Existem espaços específicos para receber convidados, para se proceder a julgamentos, para guardar o gado, para o armazenamento dos cereais.

Cada *epata* era composta por três a seis espaços, todos com uma função. Uma "casa" para dormir, um pátio de recepção individual, que se encontrava adjacente à "casa" de dormir, e três arrecadações. Na célula individual das mulheres, existiam duas estruturas muito específicas: uma cozinha para a época seca, que consiste apenas num toldo assente numa paliçada, e uma cozinha para a época das chuvas, que era uma construção típica de arrecadação, mas com um maior cuidado para não haver incêndios. Tinha apenas uma entrada. A "casa" de dormir apresentava uma orientação este-oeste. Existia uma área específica para urinar e para celeiros.

Quando um dos filhos casava ainda podia manter residência no *eumbo* do pai. À sua *epata* de solteiro seriam acrescentadas mais duas arrecadações, uma que serviria como cozinha do tempo das chuvas, outra que serviria como arrecadação. Numa segunda fase, seria construído um muro que individualizaria esta *epata* do resto do *eumbo*. Esta *epata* não poderia crescer mais. Para concretizar maior crescimento desta nova unidade familiar seria necessário o filho construir o seu próprio *eumbo*, dando origem a nova unidade territorial e política.

1.2.2. Descrição da composição de um eumbo

A primeira grande estrutura construída, muito provavelmente ligada à prática da *Razia*, é a cerca exterior, também designada como cerca do *arima*, construída para dificultar o acesso ao interior. Trata-se de uma cerca alta com as partes superiores afiadas, uma espécie de paliçada

“Fere igualmente a atenção o seu aspecto de fortificação, toda cercada, numa extensa circunferência, de paus grossos, colocados a pique, muitas vezes com a extremidade superior aguçada. A entrada estreita tem o acesso dificultado pela existência de uma forquilha que se destina a impedir a penetração dos bovinos” (Lino Silva;1975: 74).

Esta paliçada divide a zona habitacional dos terrenos destinados à prática da agricultura. Este também tem uma cerca a demarcar os limites exteriores do *eumbo* “*Chama-se ongubo este terreno desmatado, vedado com ramos de árvores, especialmente de*

espinheiras, destinado às culturas e a abrigar, também, no seu interior, pessoas e animais domésticos” (Lino Silva, 1975: 76). O abastecimento de água é feito por poços (*cacimbas*), dentro ou próximo do *eumbo*.

A entrada do *eumbo* encontra-se voltada sempre para nascente e a alameda que aí nasce chama-se *oluvanda*. Esta conecta os campos em redor do *eumbo* com o coração deste. Nos seus lados encontram-se filas de plantas espinhosas e é um espaço bastante largo, suficiente para ai caminharem pessoas e animais. Após este corredor, no sentido contrário aos ponteiros do relógio, existe um espaço, que serve para reter os animais: chama-se *omudingililo*. As suas portas de entrada são consideradas sagradas. Tem duas, mas a principal, a entrada que desagua no corredor principal, chama-se *oñu*.

Existem dentro do *eumbo* vários tipos de pátios. O *olupale*, pátio principal, é o grande pátio que está no centro virtual do *eumbo*, tem uma panóplia de estruturas próprias. Merecem também referência os pátios de passagem, os *epatalakola*, e os pátios interiores de cada célula individual.

“é um pátio que ocupa pouco mais ou menos o centro geométrico do eumbo; quase inteiramente nu, com as suas duas passagens, grosseiramente abrindo a norte e a sul (com um ângulo aproximadamente de 150°); imperfeitamente circular [...] no lado esquerdo da porta dessa casa no olupale está um pequeno tronco de árvore, ramificado, no qual se colocam os bucrâneos dos bois que se abateram. O olupale tem sempre aquelas duas entradas que, quase diametralmente dispostas, não são bem opostas; além disso, a linha que as une é grosseiramente perpendicular à que une a porta de casa ao lugar do homem. [...] a poente, está o lugar habitual do dono do agregado, no olupale. Os habituais bancos, formados por troncos deitados, oipunde, encontram-se aí, formando um U, com a base encostada à vedação de paus-a-pique, pelo lado poente; à volta do olupale, e encostados a essa vedação existem mais bancos desses [...] Normalmente, no quadrante que fica a noroeste do olupale, e dando entrada para ele, encontra-se, depois da

entrada principal do eumbo, um corredor, olukala, no qual pode haver um outro pátio mais pequeno, epatalakola. É aí que esperam as visitas formais, isto é, os indivíduos que vêm pela primeira vez ou que não sejam das relações do dono da casa. Não é forçoso que exista. [...] Também pode haver, num dos espaços para que dão as entradas do olupale, geralmente do lado norte, uma outra casa que funciona de olupale, quando chove.” (Silva, 1975: 84).

Depois da entrada principal existe um recinto em cuja preparação trabalham ambos os sexos. O homem constrói as estruturas de madeira e a mulher trata de aplanar, limpar e revestir o chão com “*uma pasta de terra de salalé*” (Lino Silva, 1975: 87). É nesta zona em que as mulheres pisam o cereal com os *osini*, pilões de madeira usados para pisar as sementes dos cereais.

No lado de fora do recinto da primeira mulher, na vertente sul do *olupale*, existe um recinto que serve exclusivamente como celeiro, cuja designação é *etambu*, enquanto para os celeiros em geral é *manda*. Tem-se acesso ao *etambu* através de uma porta, no curral das vacas, *osunda*. Este é o único curral de gado que se encontra dentro do perímetro habitacional, fica à seguir à *epata* da primeira mulher. Este curral tem duas entradas, uma para o interior do agregado, e uma outra que dá acesso ao curral dos bois, ou seja para fora do agregado. Dentro dele existe ainda uma zona destinada aos vitelos, o *enhana*.

O curral dos bois fica fora do perímetro habitacional e chama-se *ohambo yahove*. Após a alameda *oluvanda*, que liga os campos agrícolas e o *eumbo*, no sentido dos ponteiros do relógio encontram-se os currais das cabras, *osiñongo so ikombo*. Perto destes existe ainda o *ohambo yo kalukilo*, um curral especial, destinado a guardar os bois dos que viajaram para o *eumbo* para o festival do gado. Por fim, o *osikuku*, é um estrado em madeira dentro do *eumbo* encostado ao curral das vacas, destinado às galinhas.

Os urinóis ou *osihuhwilu* encontram-se em locais afastados ou em corredores que não tenham qualquer saída. A sua principal função é serem os depósitos das cinzas e local para os habitantes do *eumbo* urinarem, em segurança, à noite. As cinzas mascaram o

cheiro a urina e a urina serve para apagar as cinzas, e em conjunto servem para criar fertilizante natural para os campos.

1.2.3. Estrutura hierárquica do eumbo

O *eumbo* apresenta a seguinte estrutura hierárquica:

O chefe, ou pai, ou iniciador do *eumbo*, tem a sua célula individual na zona nascente, podendo estender-se até à zona nordeste (marcado na figura 13 com o nº 4). Sendo a figura máxima dentro *eumbo*, ele tem as funções de receber as visitas no seu espaço. É a autoridade local, podendo ou não ter outras funções sociais. Normalmente passa a vida no *olupale*, o coração do *eumbo*, o seu pátio principal. É também sua função receber e acolher na sua *epata* algum membro da família que regresses ao seu *eumbo*, ou de recolher alguma visita importante.

O espaço demarcado com o nº 5 na figura 13 é o espaço da primeira mulher. Em termos de importância social é a “*que ele «muficou», isto é, a mulher casou sendo solteira. De qualquer forma, é a esposa mais antiga e é a autoridade máxima do agregado, na ausência do marido.*” (Lino Silva, 1975: 86). A sua *epata* chama-se *epata elombe*, e fica a sudoeste da área do marido. É por esta *epata* que se tem acesso à *osuna*, ao curral das vacas (nº 6 na figura 13) e aos celeiros (nº 13 na figura 13), e é nesta *epata* que se guardam os produtos alimentares derivados do leite.

Seguindo o sentido dos ponteiros do relógio, depois da *epata* da primeira mulher encontramos a *epata ehaka*, a *epata* da segunda mulher, assinalado com o nº 7. A seguir a esta encontra-se o espaço da terceira mulher, a *epata ende*, que já fica a poente do *olupale*.

Continuando no sentido dos ponteiros do relógio, o último grande espaço, antes do se encontrar de novo a *epata* do chefe do agregado familiar, é o *epata pokati k'eumbo*. Nele então situados as *epatas* das restantes mulheres, se existirem. Em ambos os lados da entrada principal, *olukala*, ficam as habitações dos filhos, casados e solteiros, sendo estas as primeiras estruturas antes de se entrar no coração do *eumbo* (Lino Silva, 1975: 86-87).

1.2.4. Divisão do trabalho

Nesta sociedade o trabalho surgia dividido entre os trabalhos destinados em exclusivo ao sexo masculino e os trabalhos exclusivamente do sexo feminino, e dentro destas categorias eram distribuídos por idades.

Ao homem em exclusivo cabia a função de preparar o *mufito* para a edificação do *eumbo*. Depois para a construção em si e para a reparação das estruturas do seu *eumbo*²² “*O homem corta o mato, derruba todas as plantas excepto as árvores que dão frutos. Estas são respeitadas. ... Os ramos das árvores vão constituir as sebes da lavra*” (Lino Silva, 1975: 75) De igual modo é “*O homem [que] tem obrigação de lavrar o terreno necessário para as suas mulheres e para si.*” (Lino Silva, 1975: 77).

Sendo uma sociedade guerreira, a atividade guerreira estava confinada aos homens, cuja prática dominante cabia na denominada *Razia*. As outras atividades praticadas pelos homens eram a pecuária e a caça. Na eventualidade de ser um homem com posses, este terá como função principal receber visitas e resolver questões sociais e judiciais (Neto, 1963: 61). Por último, enquanto jovem, o homem deveria ir trabalhar durante algum tempo nas minas de ferro²³, ou na pesca²⁴, sendo que antes de partir para estes trabalhos, ajudavam o chefe do *eumbo* nas suas funções (Neto, 1963: 60-61)²⁵.

À mulher cabia os restantes trabalhos dentro e fora da unidade territorial do *eumbo*. Estava encarregue da prática da agricultura, ou seja, do cultivo dos terrenos dela, do marido, bem como se deslocar até às *chanas* mais próximas para pescar e para caçar anfíbios e aves. Cuidava dos campos durante e após o seu cultivo, procedia também à colheita do cereal e ao seu tratamento e armazenamento. Cabe-lhe também cozinhar para si, marido e filhos.

²² Eumbo é o termo utilizado para designar uma unidade residencial.

²³ Situadas na Colónia alemã do Sudoeste Africano

²⁴ A atividade mais prestigiosa seria trabalhar nas minas, mas todos aqueles que não tinham a força necessária lá trabalharem seriam enviados para as zonas costeiras para trabalharem na pesca.

²⁵ Os jovens começam por ajudar nas funções masculinas do *eumbo*, uma vez que mais tarde, o herdeiro substituirá o chefe do *eumbo*

1.2.5. Razia

A prática tradicional de *Razia* consistia num ataque rápido potenciando o efeito surpresa, para obter a máxima eficácia e o mínimo de perdas humanas possíveis. As vitórias eram garantidas porque “*só a palavra «cuanhama» era meia vitória*” (Lino Silva, 1975: 64). Esta prática coadunava-se bem com a forma de ocupação territorial tão dispersa e como a forma como os *eumbos* eram construídos. Estes ataques surpresa, que poderiam ser entre kwanyamas, ou contra outros povos, proporcionavam o acesso a uma das principais fontes de poder e fortuna: a captura de gado (bovino e/ou cavalari). Outro proveito destas incursões seria a captura de prisioneiros que poderiam ser libertados consoante o pagamento de um resgate pelos seus parentes, ou ficarem escravos, para serem vendidos ou trocados por bens. Era uma atividade cíclica, praticada apenas por uma pequena fração de elementos do *eumbo* ou da *libata*²⁶, mas que necessitava de bases de apoio logístico dentro dos *eumbos*. “*O prestígio e as vantagens que dava aos seus participantes, e à tribo em geral, faz com que se deva considerar uma actividade importante. Tanto mais que, entre as tribos do Sul de Angola, era a única a exercê-la com regularidade.*” (Lino Silva, 1975: 65).

1.2.6. Práticas Sociais

Como já se terá percebido, trata-se de um povo que pratica a polignia, não sendo incomum um homem ter várias esposas. A mulher com maior importância era aquela que casava pela primeira vez. O celibato era inexistente dentro da sua estrutura social. (Neto, 1963: 58-59). Era uma sociedade cujos códigos morais e sexuais apresentavam grandes contrastes em relação aos padrões da sociedade colonizadora. Existia a prática do *alambamento*, traduzido na entrega pelo homem aos pais da futura mulher de um boi (para o pai) e de enxadas (para a mãe). Também não têm um ritual específico de casamento.

²⁶ Este termo corresponde à unidade territorial superior ao *eumbo*. Corresponde a um conjunto limitado de *eumbos*, algo de que falaremos mais a diante.

O divórcio e o casamento seriam fáceis tanto para mulheres, como para homens²⁷. Em caso de divórcio ou de morte da primeira mulher, a segunda mulher assumiria o seu lugar, e assim sucessivamente, em termos de hierarquia.

“Ter uma só esposa não dá prestígio, e nem duas; admiração e respeito vêm de ter mais. Só o homem de posses pode arcar com as despesas de arranjar várias esposas (especialmente se é o primeiro casamento dessas mulheres); só o homem ambicioso, trabalhador e um tanto bafejado pela sorte, se propõe assumir as responsabilidades que lhe cabem, entre as quais estão desbravar e vedar os campos de cultura e arranjar acomodações para todas as esposas.” (Lino Silva, 1975: 71).

Ter várias esposas significa mais campos trabalhados, logo mais alimento para o agregado. Caso o divórcio aconteça durante a época das colheitas, a mulher tem ainda o direito de colher o que plantou na sua parcela, assim como deve participar na colheita da parcela do homem, mantendo o direito à sua parte. Isto demonstra que a sociedade estava organizada para funcionar para lá das vicissitudes dos indivíduos que a compõem.

Todos os filhos gerados dentro de *eumbo* pertenciam ao *omweneumbo* (chefe do *eumbo*), fossem eles biológicos ou não. No caso de uma criança necessitar vínculo físico com a mãe, ela permanecerá com a mãe, no caso desta por algum motivo sair do seu *eumbo*. Mas quando a criança tiver idade suficiente para sobreviver por si, seria reclamado pelo chefe do *eumbo* onde foi concebido.

²⁷ Os motivos de divórcio podiam ser vários. Geralmente era pedido pela mulher, desde que algum pretendente consiga indemnizar o marido na totalidade do *alambamento*; quando um homem fosse incapaz de satisfazer a sua mulher a todos os níveis; se o homem agredia ou insultava a mulher; se o homem passava demasiado tempo fora do *eumbo*; o adultério feminino não seria causa para divórcio, quando este era do conhecimento do homem, o que aconteceria era a exigência de pagamento de um boi ao marido injuriado, senão este assunto seria levado até às autoridades locais; a infertilidade também não era motivo para divórcio; o divórcio só era pedido pelo marido na presença de doenças graves como lepra, epilepsia e loucura.

1.2.7. Organização social

A existência de uma unidade familiar bastante alargada, devido à prática da polignia e do facto dos filhos que se casavam puderem permanecer no mesmo eumbo, levou à criação de unidades territoriais significativas:

“permitiu a existência de pequenas comunidades territoriais, com união genealógica, implicando a consanguinidade, consequência da convivência habitacional uns com os outros. A linhagem era assim comum e representada pelo patriarca, podendo o clã ser exogâmico e ter origem matrilinear ou patrilinear.” (Oliveira, 2011).

No caso dos kwanyamas a reunião de pequenas comunidades de *eumbos* eram designadas *libatas* ou *kubatas*. As maiores não deveriam ultrapassar os 200 elementos e, no caso das mais pequenas, não teriam menos de 12 elementos, governado por um soba (Costa, 1939: 421). Contudo, mal estas comunidades *eumbos* começavam a ter dimensões demasiadas amplas, emergia uma nova organização territorial designado como *mukunda*.

Uma *mukunda* é um conjunto geograficamente delimitado de *libatas*, governadas por um *sekulo*. (Neto, 1963: 64). Parece ter sido recorrente o facto de que entre os chefes mais velhos dos *eumbos* e das *libatas*, surgissem chefes que tentavam superiorizar-se aos demais. Quando um desses chefes conseguia governar vários *libatas* e/ou *mukundas*, a o seu *eumbo*, passava a ser designada como *embala*. *“Emergiu assim a chefatura, com fronteiras, políticas e económicas, flexíveis. A partir daqui, o poder nunca mais deixou de estar centralizado: era organizado, ‘tinha rosto’ e com sede (capital) que entretanto passou também a ser conhecida como tal.”* (Oliveira, 2011). Do confronto entre comunidades e da sobreposição de poderes emergiu a figura de rei, ou chefe entre os chefes. Este era responsável pela organização e controlo de todas as comunidades dentro do seu território (Oliveira, 2011).

O território não seria pequeno o suficiente para uma administração direta, e a sua força não seria sentida de forma igual, devido à sua extensão. Assim o Rei delegava alguns dos seus poderes nos seus familiares, para que estes administrassem em seu nome

dentro do território das *mukundas*. Estes administradores eram designados como *Lenga* (Ladeiro Monteiro, 1994: 36). A distância que separava os *eumbos* podia ter uma área bastante considerável.

2. A Ação Portuguesa

Para uma melhor compreensão dos motivos que conduzem ao confronto entre kwanyamas e a potência colonizadora, Portugal, é necessário perceber qual o contexto político e institucional que conduz à exploração de África. Devido à emancipação das colónias americanas, a Europa industrial do século XIX virar-se-ia para África, um continente por explorar.

No fim do século XIX um interesse renovado por África da parte das potências europeias, fazem-nas ver este continente como uma nova fonte de rendimentos e mercados por explorar. Rapidamente as potências europeias se lançaram na sua exploração, apoiando-se também na ideia que iriam “levar” a civilização a África e num certo contexto ideal de aventura e exploração científica. Podemos falar das explorações de Livingstone, bem como das explorações de Brito Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto. As grandes explorações concentraram-se na exploração das grandes vias hidrográficas, como o Nilo e o Congo.

Em Bruxelas, em 1876, teve lugar a Primeira Grande Conferência Geográfica, organizada pelo Rei Leopoldo II da Bélgica, que contou com a participação das grandes potências europeias, excepto Portugal por razões de ordem económica e política. Nessa Conferência ficou estabelecido que se criaria a “*Association Internationale Africaine, [...] com objectivos científicos e filantrópicos*” (Bessa, 2004: 254). Em Portugal, um ano antes da Conferência de Bruxelas, em 1875, tinha-se formado a *Sociedade de Geografia de Lisboa* com os mesmos objectivos. Tinha ficado incumbida dos mesmos objetivos que a *Association Internationale Africaine*, sendo-lhe atribuídos os meios e instruções para realizar as ditas expedições nas colónias portuguesas africanas.

As expedições realizadas confirmaram sem sombra de dúvidas que África tinha bastantes potenciais económicos. O Congo é rapidamente transformado num Estado, o Estado Livre do Congo, sob a tutela de Leopoldo II da Bélgica. Os ingleses mantêm sob

o seu poder o Egipto²⁸ e parte significativa de África Ocidental (Serra Leoa, Senegal, Gâmbia etc.). A Alemanha continuava hesitante em ter qualquer colónia em África, apesar da política oficial do governo alemão, Adolph Lüderitz²⁹, encontrava-se a estabelecer entrepostos comerciais em vários pontos de África.

De qualquer modo, o maior conhecimento das riquezas africanas, tornaram as colónias num alvo de cobiça alargada. As grandes potências europeias começaram a contestar os direitos históricos de Portugal que, ao sentir-se ameaçado e sem forma de lutar contra tais potências, começa por estabelecer pactos com a Inglaterra, com o intuito de salvaguardar os seus interesses coloniais. A Alemanha de Bismark, que começara por ficar fora da corrida, começa a reavaliar a sua política³⁰ “«*Em 1884, surge o Togo, os Camarões como territórios Alemães e o começo da África Oriental alemã, mais tarde conhecida por Tanganica, hoje Tanzânia.*»” (Marques, 2010: 30). Os direitos históricos portugueses caem definitivamente por terra. A última machadada é dada na *Conferência de Berlim (1884-85)*. Esta foi uma reunião proposta por Portugal em que todas as nações europeias participaram, e onde foram ditadas as regras de como seria ocupada África. A conferência “*simboliza o tiro de largada da corrida para África após lhe fixar as regras de jogo: abolição dos direitos históricos, ocupação efectiva, liberdade de navegação e comércio nos rios, e liberdade de religião.*” (Bessa, 2004: 255).

É na Conferência de Berlim que Portugal apresenta o célebre Mapa Cor-de-Rosa, alimentando a ideia de ligar Angola a Moçambique por terra. Este projeto foi de facto aceite por todos os dignatários da Conferência, com a exceção da Inglaterra. A tensão entre ambos os países manter-se-ia por um alargado período de tempo, quase gerando um conflito entre ambas as Nações. A ambição de conectar a Cidade do Cabo ao Cairo por caminho-de-ferro, por parte da *South African Company*, sob a tutela de Cecil Rhodes, colidia com as operações portuguesas que pretendiam ligar Angola e Moçambique. É então lançado o famoso *Ultimatum Inglês*: ou Portugal cessava com as atividades bélicas e diplomáticas e se retirava dos territórios “*das terras macololos e da Machona*”-futura Rodésia- (Bessa, 2004: 256), ou não haveria outra solução que não

²⁸ O Canal do Suez, construído entre 1859 e 1869 e a principal via de acesso rápido entre a Índia e a Europa, devido à dívida externa do Egipto, foi comprado, (a parte não detida pela França) pelos Ingleses. Estes destacaram forças militares para o proteger.

²⁹ Comerciante alemão, que estabeleceu vários entrepostos comerciais no Sudoeste Africano, actual Namíbia, através da compra e aquisição de territórios não reclamados pelas Potências europeias.

³⁰ A 24 de abril, o chanceler alemão, Bismarck, envia um telegrama ao cônsul alemão na Cidade do Cabo a afirmar que os postos estabelecidos por Adolph Lüderitz passariam para o controlo do Imperio Alemão, entrando assim oficialmente na corrida de África

fosse uma guerra entre Portugal e Inglaterra. Uma embarcação de guerra britânica, estava já pronta e à espera de ordens para atacar a capital portuguesa.

Portugal não detinha uma força militar capaz de fazer frente a uma potência como a Inglaterra. Por isso, e apesar da elevada contestação pública, cedeu³¹. Com isto, ver-se-á que se abria o caminho para o fim da monarquia e para a implantação da República em Portugal.

Entretanto, em Angola, Portugal, detinha um contingente militar diminuto, cuja influência se limitava à costa, centralizada em Luanda e Benguela. O *Ultimatum* inglês foi o ponto de ignição para uma mudança súbita, que se iria fazer sentir em Angola e nas restantes colónias. Portugal procurava antes de mais pacificar os territórios. A primeira colónia a ser pacificada foi a Guiné. Em Moçambique, depois da queda do Reino de Gaza e das Campanhas dos Namarrais³², não houve mais insurgimentos significativos contra Portugal.

Angola era um caso completamente diferente, em especial na região Sul. Nesta região destacam-se vários povos que se mantêm insubmissos. Primeiro: *os Nano*, que obrigam a uma primeira intervenção militar numa escala digna de menção, nos finais do século XIX. A segunda etnia a resistir são os *Cuamatos*, nas Campanhas que vão de 1904 até 1907. Nestas Campanhas militares emergem figuras de relevo do lado português, e entre elas, destaca-se Pereira d'Eça, que será o general da Campanha contra o último grande grupo resistente, os *Kwanyamas* em 1915-1917. Estas Campanhas de 1915-1917 são as últimas grandes campanhas militares portuguesas até à Guerra Colonial e vão culminar com o anexamento do último grande reino do sul de Angola.

Num mundo cada vez mais industrializado, a procura de mercados tornava-se a prioridade número um de qualquer nação industrializada, sustentando jogos de poder e influências cada vez mais importantes. Todos estes interesses e disputas fizeram com que no início do século XX a Europa estivesse novamente à beira de uma guerra em larga escala. Esta viria a eclodir a 28 de julho de 1914 e prolongar-se-ia até 11 de novembro de 1918, ficando conhecida na História como a I Guerra Mundial.

³¹ Em termos de armamento, Portugal tinha adotado, em 1886, a espingarda Kropatscheck, a primeira arma de tiro de repetição, empregue em massa por um exército. Não tinha os efetivos necessários para combater, nem uma Marinha capaz de fazer frente à Inglaterra. O sistema de defesa (fortes ou fortificações) existente para proteger Portugal não conseguiria parar qualquer avanço inglês.

³² Reino estabelecido por uma etnia no norte de Moçambique, conquistado militarmente por Portugal em 1913

2.1. Angola, a nova fronteira

Angola enquanto colónia portuguesa manteve-se praticamente na obscuridade até ao século XIX. O território efetivamente ocupado por Portugal situava-se na costa, sendo que a influência portuguesa se estendia de *Gaconda* no sul, a *Andongo* a norte. As principais cidades eram *Luanda*, *Benguela* e *Moçâmedes*, todas cidades costeiras. Designada como Reino de Angola no século XIX “*Lopes Lima descreve-nos o reino de Angola dessa época, tendo dependente mas autónomo o reino de Benguela*” (Bessa, 2004: 271), encontrava-se organizado em seis presídios e quatro distritos, enquanto que o *reino de Benguela* era dividido em três presídios e quatro distritos.

Os grandes interesses económicos encontravam-se nas mãos dos negreiros e nas mãos dos sobas, que agiam de forma livre dentro dos seus pequenos feudos. As principais trocas eram de produtos como o álcool, pólvora e panos por “*de escravos, cera e marfim*” (Bessa, 2004: 272).

Todas as tentativas preconizadas por Portugal para alargar a sua esfera de influência em Angola encontrava nos grandes interesses económicos dos mercadores e líderes locais, um poderoso entrave. Um outro problema era as poucas forças militares portuguesas estacionadas nesta colónia³³. Sá da Bandeira começaria por combater o tráfico negreiro, conseguindo impor a sua vontade no porto de Luanda, tornando tal prática ilegal. Em 1846, através dos esforços de Rodrigues Graça, Portugal consegue estender a sua esfera de influência até à *Lunda*, estabelecendo um entreposto em *Cassangue*, por onde passava obrigatoriamente o comércio vindo desta região para Luanda. Em 1854, o poder administrativo português atingiu o Cuango. Depois de um recuo da linha administrativa de cerca de 200 quilómetros em 1863, Portugal tenta ocupar a região do *Ambariz*, em 1881, entrando assim em conflito direto com as intenções inglesas e belgas, que disputavam o controlo do rio Zaire e da região do Congo. Este conflito implicará uma mediação externa. Em 1883, a mediação francesa é favorável às pretensões portuguesas, mas a situação só viria a ser resolvida definitivamente em 1907 por João d’Almeida.

As dificuldades e tensão sentida por Portugal só podiam aumentar no pós-*Conferência de Berlin*. Com o estabelecimento “*da liberdade de comércio na bacia convencional do Zaire e da neutralização de navegação do Zaire e do Níger, da repressão da*

³³ Grande parte concentrada em Luanda e Benguela, o seu total perfazia um número de cerca de 1600 oficiais e soldados de primeira linha

escravatura, da liberdade de propaganda religiosa na África e, sublinhe-se, o da ocupação efectiva a substituir o dos direitos históricos” (Bessa, 2004: 276), Portugal, viu-se forçado a avançar para uma ocupação efetiva, tendo para tal de enfrentar também oposições externas. A 14 de fevereiro de 1885 consegue estabelecer um pacto com a Associação Internacional Africana acerca dos seus direitos sobre *Cabinda* e *Molembo*. Em 1886, na *Convenção de Lisboa*, Portugal reconhece os direitos da Bélgica ao *Massassi*, em troca das concessões feitas na *Guiné*. A fronteira nordeste da colónia de Angola estabeleceu-se com mais um ato negocial. De novo a Bélgica mostrava pretensões a anexar territórios, ocupando regiões da *Lunda*. Portugal reclamou perante as entidades oficiais e, depois de uma arbitragem imparcial, a linha de fronteira foi restabelecida a favor de Portugal, passando a encontrar-se entre os “*paralelos 6º e 12º de latitude Sul*” (Bessa, 2004: 276).

As fronteiras de Angola com a possessão inglesa da Rodésia foram as mais sensíveis de estabelecer. A questão do *Ultimatum* e a recusa da ligação por terra entre as duas grandes colónias africanas portuguesas, ainda se encontravam bem presente no pensamento dos portugueses. Por isso foi necessário haver novas mediações, uma delas preconizada pelo Rei da Itália, resolvendo-se esta questão apenas em 1905:

“fixando a linha recta entre os rápidos de Catima do Zambeze até ao ponto em que a aldeia de Andara encontrava o Cuando, seguia a margem oriental deste rio até à intersecção com o meridiano de 22º leste, este meridiano até ao paralelo de 13º, este paralelo até ao ponto da sua intersecção com o meridiano de 24º leste e este até à fronteira com o Estado Independente do Congo.” (Bessa, 2004: 276-277).

O ponto decisivo foi a ocupação de *Moxico* em 1895, pelo capitão Trigo Teixeira, impedindo que a Inglaterra avançasse mais para o interior, a partir da região do *Barotze*.

Com a necessidade de encontrar novos mercados e novas fontes de matérias-primas, e apoiadas no pseudo-ideal de “levar a civilização”, as nações europeias lançaram-se na exploração do continente africano. A corrida a África criou várias tensões entre as várias potências europeias, nomeadamente contra Portugal que defendia os seus "direitos históricos" sobre as colónias africanas, direito que era fortemente contestado.

Portugal foi, assim, forçado a estabelecer acordos políticos de forma manter as suas posses em África. A tensão na Europa era de tal forma elevada e o interesse por África crescente, que foi necessário convocar uma Conferência Internacional. A Conferência *de Berlim* de 1884-85 estabeleceu as regras de partilha de África, mas criou ainda mais tensão. Esta tensão viria a revelar-se de uma forma plena durante o estabelecimento das "fronteiras". Ainda durante as negociações na conferência, Portugal apresentou uma proposta que viria desencadear uma resposta agressiva por parte da Inglaterra. Esta última apresentou um *Ultimatum* a Portugal, exigindo-lhe que retirasse as suas forças militares dos territórios entre Angola e Moçambique, ou então a Inglaterra declararia guerra contra Portugal. O nosso país cedeu e este acontecimento foi um dos pretextos para a implantação da República.

Como já foi dito, as tensões criadas durante a *Conferência de Berlim* revelar-se-iam especialmente durante o processo de estabelecimento das fronteiras das colónias africanas portuguesas. Portugal foi obrigado a recorrer várias vezes à mediação internacional para resolver questões com a Bélgica e a Inglaterra relativas ao estabelecimento das fronteiras norte e noroeste de Angola. Portugal, antes do início das vagas exploratórias, controlava apenas pontos na costa. Com a vaga expansionista, Portugal começou por tentar expandir-se em direção ao interior norte e noroeste, mantendo-se afastado dos grandes reinos do sul de Angola.

2.1.1. Metodologia de expansão: as Missões Religiosas

Como já referenciamos a *Conferência de Berlim* estabeleceu o fim das perseguições religiosas e a instauração da liberdade religiosa no continente africano. Com estas duas medidas abriu-se o caminho para que as potências europeias alargassem ainda mais a sua influência, através da ação de várias congregações religiosas. A ação das missões protestantes basear-se-á numa forte presença no terreno e na elevada qualidade dos serviços que conseguem disponibilizar “*E a fama da competência dos médicos protestantes e da sua abnegação, propagada pelas centenas de vozes dessa gente humilde, que nas missões desse credo encontrou o que noutra parte não poderia encontrar...*” (Dias,1946: 45). Nestas missões existiam médicos e enfermeiros de excelente qualidade, professores e escolas, toda uma panóplia de missionários religiosos e não-religiosos, devotados ao serviço das necessidades das comunidades, tendo sempre em vista os interesses políticos dos Estados.

A única Missão religiosa favorável aos portugueses era a *Congregação do Espírito Santo*, mais conhecidos por *espiritanos*. Esta congregação católica será a ponta de lança em termos de avanços diplomáticos. Através da construção de centros que funcionavam como “catequese, escola, e granja agropecuária [...] abre em 1881 uma missão na Huíla, que se tornará um centro de irradiação em direcção ao Sul, a um ritmo prudente mas seguro: Jau (1889), Chivinguiro (1892), Quihita (1894), Gambos (1985), Munhino (1986), Cuahama (1900) e Chipelongo (1901)” (Caldeira, 2011: 14-15). A missionação do lado português encontrava-se mais dependente da força e perseverança de indivíduos que pertenciam a entidades colectivas, do que à ação de uma entidade colectiva por si. Mais, as Missões portuguesas tinham de “lutar” contra a influência das Missões Protestantes, que conseguiam uma maior e mais rápida adesão dos povos locais, devido à sua panóplia de serviços que conseguia prestar às populações. Outro entrave à ação religiosa era supersticiosidade das sociedades locais, que conduziram a vários confrontos físicos entre as populações e os missionários católicos, que eram acusados principalmente da prática de magia.

Devido ao elevado número de confrontos, de vítimas e da experiência pessoal de vários missionários, foi pedido ajuda ao Governo português³⁴. Alertados para o facto de que a junção de esforços seria benéfico para ambos os lados, Portugal enviou tropas para reforçar a segurança, enquanto que as Missões religiosas passaram a ser construídas após a zona ter sido pacificada.

Assim o estabelecimento e construção das Missões religiosas ficaram irrevogavelmente conectadas com a ação militar portuguesa. A construção de missões só acontecia após a pacificação militar da zona. Isso mesmo pode ser exemplificado através da Missão do Bié que sofreu um adiamento na sua construção, em virtude de complicações de ordem militar. A campanha militar, que deveria ser liderada por Paiva Couceiro, acabaria por ser interrompida dado que uma das principais figuras portuguesas da região, Silva Porto, se suicidara, obrigando a uma nova intervenção pelas mãos de Artur de Paiva.

A Missão estabelecida no Cuanhama, de nome S. Miguel do Cuanhama era a mais ambiciosa e mais perigosa Missão religiosa estabelecida em território angolano. Encontrava-se em território que permanecia hostil às forças portuguesas à data da sua

³⁴ Este pedido foi elaborado pelo Padre Lecomte em 1885 depois da Missão S. Miguel do Cuanhama ter sido destruída e os sus missionários, incluindo o próprio Padre Lecomte, terem sido presos e torturados.

construção, e permaneceria hostil até ao ano de 1915. A missão tinha de contar não apenas com a oposição local, mas também com a oposição das Missões protestantes alemãs, que tentavam subverter o poder de Portugal, em prol do poder alemão.

A influência alemã sobre a região, que sempre se fez sentir, levou a um primeiro confronto político em julho de 1901 (Dias, 1946: 52). Uma força militar alemã ergueu a sua bandeira em território português, em *N'Giva*, capital do Reino Kwanyama. Esta força militar acabaria por ceder aos esforços diplomáticos do Padre Lecomte e retirou a 21 de julho.

A partir do ano de 1885 esta Missão contava com a presença do Padre Lecomte, uma das figuras políticas mais importantes favoráveis aos interesses portugueses. Lecomte dedicou-se ao estudo das línguas locais, deixando um vasto e precioso registo linguístico no periódico *Portugal em Africa*³⁵. Esse registo e o seu estudo tornaram-se uma importante «arma», uma vez que facilitava o trabalho dos missionários. O domínio da língua indígena resultava numa maior aproximação às comunidades locais e numa maior facilidade de evangelização e comunicação.

Com grande parte das regiões angolanas dominadas e pacificadas, com a exceção do Kwanyama, cuja Missão São Miguel do Cuanhama, fora destruída em 1885 e onde o controlo militar era precário, as Missões assumiram uma outra função, tornando-se polos de desenvolvimento dando origem a várias obras linguísticas e estudos geográficos publicadas nos *Boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Dias, 1946: 28-29). Tinha sido alcançado a pacificação de grande parte das regiões angolanas, com a exceção dos grandes reinos do sul. Ação missionária dos Espiritanos encontrou entraves e atritos nas forças políticas portuguesas, que através de esforços do padre Lecomte, tentaram reerguer a sua Missão no kwanyama, que fora destruída em 1885, mas foram esforços em vão, uma vez que ação militar portuguesa não conseguiu acompanhar esses esforços.

Em 1903 a situação política agudizou-se e os reinos do sul começaram a constituir-se como o grande problema que Portugal temera. Em 1904, uma tentativa falhada por parte dos portugueses, de ocupação do Cuamato resultou no desastre do *Vau do Pembe* a 25 de setembro, onde as forças portuguesas foram devastadas e parte delas chacinadas. A

³⁵ Passível de ser consultado na Biblioteca Municipal do Porto, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto

missão que se encontrava no kwanyama foi obrigada a sair, e refugiar-se no *Evale*, e daí foi obrigada a regressar a *Catóco*. A partir daquele momento a influência militar portuguesa, nesta região, sofreu um rude golpe, demonstrando ser uma força que era possível derrotar em combate.

2.1.2. Os primeiros ensaios e os temores do avanço em direção ao sul e o estabelecimento da "Zona Neutra"

Para começar este ponto gostaríamos e queremos salientar o seguinte,

“A carta geopolítica da África actual foi sendo moldada por força de acordos estabelecidos entre essas potências³⁶, que em regra geral, ignoram os direitos dos povos africanos, as suas realidades históricas, linguísticas e religiosas, e, por vezes, até mesmo a reconhecida importância de bem visíveis acidentes geográficos. A Europa (...) achava-se em condições privilegiadas para definir as fronteiras dos «seus territórios» africanos, sem os africanos” (Amaral, 1982: 10).

A grande maioria das fronteiras africanas ficou estabelecida entre 1885 e 1900, havendo casos que só ficariam resolvidos após a II Guerra Mundial. A fronteira de que falamos é um excelente exemplo desta situação, uma vez que separou em dois grupos a sociedade kwanyama, submetendo-a a dois tipos de poderes coloniais e a dois ritmos de desenvolvimento distintos. E conduziu a um permanente estado de guerra. Essa divisão artificial criou constantes conflitos entre potências colonizadoras e sociedades locais, e entre as potências colonizadoras. O estado de guerra era permanente, praticavam-se jogos de influências e manipulações, havia provocações mútuas e transgressão do previamente acordado, complicando e complexificando uma situação de si já bastante complexa.

Em comparação com os avanços militares no resto da colônia de Angola, o sul de Angola foi um caso bastante mais difícil. Os reinos do sul, bem mais organizados e mais belicosos levantaram bastantes problemas à colonização portuguesa.

³⁶ Potências Europeias presentes na Conferência de Berlim

Até ao início das campanhas militares, que viriam a pautar todo o fim do século XIX e início do XX, a máquina administrativa portuguesa pouca influência tinha para além dos limites dos seus fortes. Apesar de serem uma marca dominante na paisagem, os fortes eram os primeiros alvos a serem atacados quando havia uma revolta das populações locais. Um dos melhores exemplos é o *Forte do Humbe*, várias vezes abandonado. Os grandes intervenientes portugueses na ocupação do Sul foram João d'Almeida, Artur de Paiva, Paiva Couceiro, Alves Roçadas, Norton de Matos e Pereira d'Eça, que através de ações militares conseguiram impor o domínio português cada vez mais para sul. Construindo fortes e estabelecendo linhas logísticas que reforçavam a presença militar portuguesa na região, aproximavam-se assim cada vez mais dos grandes reinos do sul, o Cuamato, Kwanyama e Evale.

Como já tivemos oportunidade de referir nos pontos anteriores, os Kwanyamas enquanto etnia muito guerreira constituíram um grande problema para as forças portuguesas. O grande temor dos portugueses era uma potencial coligação político-militar entre as três grandes etnias do sul. Os kwanyamas eram especialmente temidos, devido ao facto de serem influenciados pelas forças alemãs do Sudoeste Africano, onde recebiam treino militar básico e armamento militar. Uma possível coligação militar com intenções pro-alemãs nesta região, colocaria Portugal na iminência de entrar em confronto direto com a Alemanha, podendo assim perder todos os territórios do sul. Mais, este confronto poderia ser uma porta aberta para uma invasão alemã em Angola, podendo Portugal perder toda a sua colónia.

Assim a intenção de colonizar o sul partiu de uma base agrícola. As férteis planícies da *Huíla* foram a plataforma de entrada dos colonos. Em 1857, formou-se uma colónia na *Huíla*, com colonos português e alemães. Em 1861 formou-se outra em *Capangombe*. Cerca de 60 famílias *Boers*³⁷, fugindo da repressão britânica no *Transval*, receberam autorização para entrar na colónia portuguesa, e foram instaladas pelas autoridades portuguesas na *Humpata*, criando a colónia de *São Januário*. No ano de 1885, na atual *Lubango*, antiga *Sá da Bandeira*, e na *Chibia*, foram instaladas cerca de 500 colonos madeirenses. Estes colonos continuariam a chegar até ao ano de 1892.

³⁷ *Boers* eram os descendentes de colonos holandeses que ocuparam previamente localizações na África do Sul, e que foram expulsos e perseguidos pelas autoridades ingleses, depois da ocupação da colónia da África do Sul

Em termos fronteiriços, em 1886, Portugal estabeleceu um acordo com os alemães, fixando as fronteiras da seguinte forma:

“como fronteira o rio Cunene, da foz, até às cataratas de Ruacaná e, a partir daí, o paralelo das cataratas até ao rio Cubango. No entanto, os limites nunca foram determinados com rigor e, embora tenha sido aceite, em 1911, uma faixa de 11 quilómetros de largura como “zona neutra”, os alemães continuaram a olhar muito interessadamente para Norte.” (Caldeira, 2011: 16)

Esta fronteira foi alvo de intensas negociações entre as autoridades portuguesas e as autoridades alemãs. Tendo sido apresentadas várias propostas e contrapropostas por ambas as partes³⁸ (Amaral, 1980: 32), o acordo final estipulou as fronteiras da forma acima descrita. Acrescentava-se apenas que depois de encontrar o rio *Cubango*, a fronteira voltaria a seguir o curso do rio até *Andara*, depois ao longo de uma linha reta até aos rápidos de *Catima*, no rio *Zambeze* (Amaral, 1980: 32). Desde a sua ratificação até ao final dos trabalhos de marcação no terreno distam cerca de 42 anos. Durante esses 40 anos, houve novos acordos, novos confrontos e conflitos entre ambos os outorgantes. As autoridades alemãs, que pretendiam anexar partes da região do Cuanhama, insistiram em alterar o ponto de partida do primeiro paralelo, visando reivindicar as cataratas como suas, tendo em vista o seu potencial energético. Mais tarde, a construção do Forte do Cuangar, por João d’Almeida, foi um novo ponto de conflito. Como já havia missões religiosas alemãs no interior do *Cuanhama*³⁹, a construção do forte era visto como uma tentativa de efetiva anexação por parte dos portugueses. De todos os incidentes a situação mais crítica, foi a tentativa de ocupação de *Chimenha* por parte das forças alemãs. À beira de uma guerra indesejada, foi necessário uma resolução diplomática. Para a resolução do conflito surgiu uma proposta alemã, aceite pelas autoridades portuguesas. Essa proposta estabelecia a então designada “*Zona Neutra*” entre os dois rios (*Cunene* e o *Cubango*), que seria patrulhada por ambas as potências colonizadoras.

Mas mesmo após o estabelecimento desta fronteira e da dita “*Zona Neutra*”, a situação política não acalmou. Há relatos da constante transgressão por parte de oficiais alemães,

³⁸ A proposta final foi ratificada por decreto publicado em Diário da Republica, nº 159 e 160 de 21 e 22 de Julho de 1887

³⁹ A nomear: *Namakunde, Matamba, Mupanda e N’Giva*

que entram e saem dos territórios coloniais portuguese, e da *Zona Neutra* sem qualquer respeito pelos acordos estabelecidos, sem avisos e notificações oficiais. Este comportamento será um dos pontos de ignição para o conflito armado em 1914 entre Portugal e a Alemanha, assunto que será tratado no próximo ponto.

2.2. I Guerra Mundial em Angola

Relembramos de que toda a descrição acima apresentada e as que são apresentadas nos próximos pontos, são necessárias para a melhor compreensão dos eventos que colocaram em marcha a sublevação contra a potência colonizadora por parte dos Kwanyamas e na sua conseqüente luta pela liberdade e independência contra Portugal.

Retomando a nossa descrição, não se pode afirmar, no sentido efetivo da palavra, que Portugal entrou em guerra aberta com a Alemanha em Angola. Apesar de tensa, a situação nunca degenerou em conflito aberto e prolongado entre ambas as potências europeias. No entanto, houve de facto confrontos na região da fronteira sul. A 19 de outubro de 1914 ocorre o que é conhecido como o incidente de Naulila, sobre o qual muita coisa ainda permanece uma incógnita. É um mistério o que realmente aconteceu, sendo um trabalho hercúleo conseguir perceber e compreender o cerne e evolução do incidente, uma vez que as fontes, de ambos os lados, discordam entre si apresentando várias versões dos acontecimentos. Seguiremos apenas os factos comprovados.

O primeiro facto comprovado é a entrada em território angolano de um grupo de oficiais alemães (Southern, 2010: 189 & Caldeira, 2011: 24). Este grupo comandado pelo administrador de *Outjô* foi interceptado por um esquadrão de Dragões⁴⁰ portugueses, que reconduzirá o grupo alemão em direção ao comando militar do Cuamato. No posto militar de Naulila surgem complicações que resultam numa escaramuça entre as forças portuguesas e o grupo alemão, resultando na morte do administrador e de dois tenentes alemães (Pélissier, 2006: 352). Os sobreviventes alemães conseguem escapar e passar a fronteira em direção ao Sudoeste Africano. Passados doze dias, as forças alemãs atacam e massacram o contingente militar português do Forte do Cuangar, conseguindo os sobreviventes fugir em direção ao norte, deixando Portugal de ter presença militar naquela região do rio Cubango.

⁴⁰ Infantaria montada, armada com armas de fogo

Alertado sobre o ataque alemão contra o Forte Cuangar, o governador do Distrito da *Huíla* Alves Roçadas, procedeu ao reforço militar da fronteira, já que se temia uma invasão em larga escala⁴¹. A linha de defesa foi reforçada com 112 oficiais, 2897 soldados, nove canhões e seis metralhadoras⁴², e é montado um novo dispositivo militar na região. O temido ataque acontecerá a 18 de dezembro de 1914. As forças alemãs foram guiadas em território angolano por *Sihetekela*, soba do *Cuamato Pequeno*, que fora expulso dos seus territórios em 1907 aquando das campanhas militares que concluíram com a anexação dos Cuamatos pelos Portuguesas. Este tinha procurado exílio junto das forças alemãs.

O segundo facto comprovado é a existência deste combate a 18 de dezembro de 1914 e da retirada portuguesa após cerca de 4h de fogo. Mas novamente há discrepâncias, más informações e contradições entre as fontes dos dois lados. Sabe-se que as forças alemãs conseguiram ultrapassar as forças portuguesas e obrigaram Alves Roçadas a ordenar a retirada, sendo o posto militar de *Naulila* arrasado pela artilharia alemã. As fontes também confirmam que a falta de informação, informação incorrecta e má avaliação do real estado das forças alemãs conduziram à ordem de retirada. Segundo algumas fontes avançadas por Pélissier (2006), a ordem de retirada portuguesa é uma desordenada fuga em debandada em direção ao Humbe e depois em direção ao Gambos. Mas o verdadeiro desastre, segundo todas as fontes, é a total retirada da presença militar portuguesa de todos os postos e fortes na região do sul de Angola.

O terceiro facto comprovado é que durante esta fuga houve uma explosão no interior do Forte Roçadas⁴³ no dia 19 de dezembro, o que, por um lado aumentou o pânico nas forças portuguesas e por outro conduziu ao abandono do forte do Humbe. Nesta fuga foram perdidas cerca de mil armas de fogo e mais de dois milhões de cartuchos, algumas centenas de granadas, quatro metralhadoras e vinte e uma peças de artilharia (Pélissier, 2006: 355). Esta fuga e abandono dos fortes e postos militares conduziu ao quarto facto comprovado, à sublevação de todos os povos do sul de Angola.

⁴¹ A colónia alemã do Sudoeste Africano encontrava-se cercada por terra e mar, encontrando-se isolada do resto de Africa. A única forma de furar o bloqueio seria invadir Angola.

⁴² Neste período, as unidades com metralhadoras pesadas são consideradas à parte, distintas das unidades de artilharia.

⁴³ Atual Xangongo, Forte que ainda se encontrava em uso pelo exército angolano.

“Estimamos que se tenham elevado a uma boa centena de soldados abatidos pelos revoltosos, pois agora que as mascaras caíram é de rebelião generalizada que é preciso falar. Além-Cunene já não há «indígenas» mas tribos, que no espaço de uma semana voltaram a ser independentes como os Cuanhamas. De português, passada a última missão dos padres do Espírito Santo, até à fronteira norte-rodésiana, nada mais há num quadrilátero de cerca de 200 000 km²” (Pélissier, 2006: 355), *“A região ficou em pé de guerra”* (Caldeira, 2011: 26).

Sabe-se que dois dias depois do combate em *Naulila*, as forças alemãs retiraram e não avançaram, ao contrário do que Alves Roçadas pensava e temia. Este é o facto comprovado número quatro. Em consequência de todos estes acontecimentos, Roçadas apresentou a sua demissão a 23 de dezembro de 1914, sendo substituído em abril de 1915 pelo General António Júlio Pereira d’Eça, que foi nomeado Comandante-Chefe e Governador-Geral de Angola aos 63 anos. Tinha instruções para reocupar a região sul de Angola e travar a nova intervenção alemã, caso esta acontecesse, Pereira d’Eça rapidamente começou a construir as linhas logísticas de apoio necessário ao seu avanço

“ultrapassar, por ferrovia, a barreira da serra da Chela, construir uma rede viária onde pudesse, circular veículos motorizados, estender o máximo possível de cabo para o telegrafo e para o telefone e assegurar uma eficaz “linha de etapas”, com postos de abastecimento capazes de apoiar a deslocação de milhares de homens num meio quase privado de recursos” (Caldeira, 2011: 26).

A 12 de julho de 1915 a colónia alemã do Sudoeste Africano rende-se às forças da União Sul Africana⁴⁴. Pereira d’Eça perde assim um dos seus principais argumentos para o pedido de reforços à metrópole. Focando-se em dois objetivos, recuperar o Cuamato e o Evale e ocupar em definitivo o Cuanhama, pôde contar com cerca de

⁴⁴ Depois de vários confrontos entre as forças Britânicas e os Bóeres, foi estabelecido em 1910 um acordo entre ambos, que possibilitou a criação da União da África do Sul. Não era um estado independente, mas também não era uma colónia no termo mais lato da palavra, era sim um protectorado. Este foi um dos primeiros passos para a Independência da África do Sul e um dos primeiros acordos que conduziria ao Apartheid

11.000 europeus, mais um número não esclarecido de forças auxiliares indígenas⁴⁵ e cerca de 80 camiões Fiat, que foram encomendados por si e serviriam para o transporte de doentes, feridos, água e provisões. O plano começou por recuperar todos os postos militares e fortes até ao Humbe⁴⁶. O grande inimigo das forças portuguesas e kwanyamas seria o calor. No ano de 1915 registaram-se picos térmicos, o que provocou uma prolongada seca. Devido a essa seca, quando as forças de Pereira d'Eça avançaram para o terreno, uma parte da população kwanyama tinha já perecido. Esta seca tornou esta ação militar numa prolongada luta por fontes de água, em ambos os lados.

2.3. A estratégia e o Teatro de Operações da Campanha de 1915-1917

Antes de começarmos a descrição dos eventos das Campanhas de 1915-1917, temos de informar que baseamos a nossa descrição em fontes europeias, pois não existem relatos escritos, nem orais, sobre a forma como decorreu a batalha segundo o prisma dos kwanyamas. Por isso, não temos formas de saber os movimentos executados, as estratégias defendidas e empregues em combate. Também não sabemos a real composição do exército, suas unidades, nem o número real de baixas. Não sabemos como funcionavam as linhas de logística, nem como se realizava a mobilização. Esta é uma das falhas, ou falta de informações que não fomos capazes de superar na realização do nosso estudo.

A estratégia montada por Pereira d'Eça era básica. Dependia em muito do estabelecimento de uma linha de logística e de comunicações com o Forte do *Humbe*. Este seria a base de operações. Dividindo as suas forças em quatro colunas, seriam assim enviadas colunas para *Naulila*, para o *Cuamato*, para o *Cuanhama* e para o *Evale*. Este seria o teatro de operações (figura 17).

O próprio general Pereira d'Eça comandava a ocupação do *Baixo Cunene*, a coluna com destino ao *Cuanhama*.

⁴⁵ Estas forças auxiliares indígenas eram grupos de soldados vindos de outras colónias, como por exemplo Moçambique, que eram empregues no combate contra as forças indígenas locais. Estas forças auxiliares eram uma mais-valia sobre os indígenas locais, uma vez que nunca estiveram sobre a influência dos chefes locais, não lhes concedendo, assim, o medo e o respeito que as populações locais concediam. Eram uma arma muito mais eficaz assim.

⁴⁶ Ocupado em julho de 1915

Alcançados os objetivos pretendidos pelas colunas do *Cuamato* e do *Evale*, estas tinham ordens para se reunirem à coluna do *Cuanhama* e ocupar *N'Giva*, impedindo as forças locais de se juntarem num único ponto. O teatro de operações era severo: presença de arbustos espinhosos, com cinturões de arbustos até dois quilómetros de profundidade, temperaturas elevadas e pouca água de confiança. O terreno era arenoso, o que dificultava as movimentações. Apesar das dificuldades era um teatro de operações conhecido das forças portuguesas.

2.4. Início da Campanha de 1915-1917 e o caminho até Batalha da Môngua

Apenas quatro meses depois da rendição da colónia alemã do Sudoeste Africano, são recebidas informações de mercadores e caçadores portugueses e bóeres de que uma força indígena de kwanyamas, cuamatos e evales estava em mobilização (Southern, 2010: 211). Esta era a informação que o General Pereira d'Eça necessitava para mobilizar as suas forças em direção ao teatro de operações.

As forças indígenas lutavam sob o comando do chefe Mandume. Acerca de Mandume temos poucas fontes europeias de época, mas mesmo as fontes orais kwanyamas não parecem ser unânimes⁴⁷, não negamos o estatuto e a aura de herói com que foi revestido. Podemos afirmar com certezas que possuía reputação de ser um chefe dotado para a crueldade. Fora educado numa Missão Protestante em *Eque*, o que pode ajudar a compreender as suas tendências ligadas às políticas alemãs, ou ser pró-alemão. Sabe-se que muitos dos seus chefes de batalha receberam instrução militar básica “*de oficiais alemães e da schutztruppe NCos*”⁴⁸ (Southern, 2010: 212).

Mandume comandava 330 Indunas⁴⁹ e o seu reino era composto por cerca de 250 *mukundas* (Southern, 2010: 211). É possível calcular um número previsto de cerca de 30.000 súbditos, sendo que a sua esfera de influência política se estendia pelas seguintes regiões: *Cunene, Humbe, Gambos, Jau, Chela, Mulongo e Capelongo*. A sua riqueza pessoal consistia em 17 cavalos e 8.000 cabeças de gado bovino. Pessoalmente possuía 20 espingardas próprias, e a sua guarda pessoal era constituída por cerca de 100

⁴⁷ Encontramos relatos sobre os seus atos para com os seus súbditos e para com outros povos, que apresentam visões e opiniões dissonantes sobre Mandume em todas as fontes que consultamos

⁴⁸ Denominação das forças do exército alemão nas colónias africanas. Esta designação é específica para o Sudoeste Africano. Uma tradução literal seria: Forças de Segurança

⁴⁹ Chefes tribais

elementos munidos de espingardas modelo Kropatscheks (Figura 19), Azagaias e escudo. Detinha sempre ao seu lado 30 indunas, armados com espingardas Martiny-Henry ou Mauser. Os seus guerreiros, devido ao treino recebido, sabiam manejar bem armamento de fogo, tal como se encontravam preparados para montar a cavalo. A unidade base do exército *kwanyama* era uma *etanga*, constituída por um grupo de 100 guerreiros. Seis *Etangas* formam uma *guerra*, essas *guerras* eram comandadas por um *Lenga*⁵⁰. “Um número de guerras constituía na *ohita* ou *exercito*” (Southern, 2010: 212).

Depois de reunidas as condições as forças portuguesas partem da base de operações no *Humbe*. A *Coluna do Evale* é recebida com fogo de franco-atiradores *kwanyamas* mas consegue progredir, sem mais incidentes (Southern, 2010: 213). Esta coluna encontra cacimbas, dando para reabastecer com água suficiente homens e animais. Algumas cabeças de gado morrem numa debandada para a água. É deixada uma guarnição de 16 soldados de Infantaria da 11ª Companhia para ocupar o *Evale*, sendo o resto das forças destacada para se juntar ao resto da coluna principal (Southern, 2010: 213)

A *Coluna do Cuamato* entra em contacto com guerreiros de Mandume. Origina-se um combate perto das *Cacimbas de Inhoca*, mas o poder de fogo da coluna portuguesa (espingardas, metralhadoras e obuses) suprime a oposição. Prossegue o caminho para o *Cuamato* sem oposição. A 15 de agosto de 1915 a bandeira republicana portuguesa é erguida na *Embala*⁵¹ do *Cuamato* (Southern, 2010: 213).

A 12 de agosto de 1915, a *Coluna do Cuanhama* chega às margens do *Cunene*, atravessa em *Chimbua*, a 22 km de *Humbe*. A travessia do rio apresenta problemas, o leito arenoso dificulta a movimentação de homens e animais (Southern, 2010: 212). A Coluna chega à planície da *Môngua* no dia 16 de agosto de 1915 e forma dois quadrados junto de um aglomerado de cacimbas. No final do dia, sem avistar as forças *kwanyamas*, as forças portuguesas receberam ordens para se formar um só quadrado (Figura 20) (Southern, 2010: 214). Aguardam um ataque inevitável, uma vez que as cacimbas são vitais para ambos os lados. No dia 17 de agosto de 1915, guerreiros *kwanyamas*, comandados pelo chefe Calola, atacam o quadrado. Em cerca de 15 minutos são dispersados pela artilharia e por um raide de cavalaria. As comunicações

⁵⁰ Chefe Militar

⁵¹ Como já afirmamos no ponto 1.2.7. deste trabalho, a *Embala* é o principal *eumbo*, onde reside o Rei.

foram cortadas e a coluna portuguesa fica isolada à espera de reforços e mantimentos. No dia 18 de agosto de 1915, acontece um novo ataque kwanyama pelas 8:30. Atiradores kwanyamas “*a protegerem-se por detrás de formigueiros faziam fogo certo sobre o quadrado português*” (Southern, 2010: 214) e começam a fazer baixas nas fileiras, o Estado-Maior permanecia nas montadas no centro do quadrado. Este ataque dura duas horas e meia. É enviado um destacamento do 4º e 11º Esquadrão de Cavalaria “*numa tentativa de aliviar a pressão*” (Southern, 2010: 214) do quadrado, mas as baixas são grandes do lado português.

Elementos do 17º Batalhão de Infantaria avançam para ajudar a cavalaria e dar cobertura, enquanto elementos da mesma companhia começam a cantar a Portuguesa “*«Por fim está o quadrado todo de pé sem quase dar um tiro, cantando a "Portuguesa" e saudando a Cavalaria que ia carregar sobre o inimigo...»*”. Os kwanyamas respondem com um “*cantigo de Guerra, em honra do poderoso rei bayete inkose!*” a louvar o seu rei Mandume (Southern, 2010: 214). As forças kwanyamas acabam por retirar, mas sob cobertura de franco-atiradores escondidos no mato que só cessam fogo no final do dia. Contagem possível 16 mortos, 30 feridos entre as forças portuguesas.

A 19 de agosto de 1915, de madrugada, os guerreiros de Mandume aparecem de novo e atacam até perto do meio-dia. Contagem: 15 mortos, 18 feridos portugueses. A sede começa a fazer-se sentir, as *cacimbas* junto do quadrado secaram, e os soldados gastaram as suas provisões de água durante os combates (Southern, 2010: 215). As forças portuguesas são obrigadas a deslocarem-se para um outro aglomerado de *cacimbas*, a dois quilómetros de distância. Elementos de Cavalaria do 3º e 4º esquadrão batem as *cacimbas*. A marcha demora mais de duas horas, sendo uma marcha bastante penosa para os soldados portugueses (Southern, 2010: 215). À chegada, as forças portuguesas começam a escavar trincheiras, mas a sua nova posição encontrava-se rodeada de arbustos espinhosos que dificultam o trabalho. A posição foi fortificada com rochas, sacos de areia e carros. Guerreiros Cuamatos que participam no ataque rendem-se e entregam um aviso: Mandume irá atacar no dia seguinte com 50.000 guerreiros *kwanyamas*, *Cuamatos*, *Evaes* e do *Humbe* bem armados (Southern, 2010: 216).

O ataque em massa acontece às 7:00h de 20 de agosto de 1915. As cargas dos guerreiros de Mandume conseguem avançar até 120 metros do quadrado. A artilharia e fogo de metralhadora provocam pesadas baixas nos guerreiros que avançavam. Depois de

repelidas as forças atacantes, é ordenado um avanço à baioneta, com o intuito de verificar se o terreno em volta estava seguro. Contagem: 17 mortos entre oficiais e praças; 13 Oficiais e 54 praças feridos entre os portugueses. A coluna mantém-se no local, uma vez que não possui condições para avançar. Espera por uma força de reforço e mantimentos, que só chegará na tarde de 24 de Agosto de 1915, na forma da *Coluna do Cuamato*. Esta, ao receber informações do Humbe, de que se haviam perdido as comunicações com a *Coluna do Cuanhama*⁵², inverteu a marcha regressou ao *Forte do Humbe* em marcha forçada. Aí reabasteceu e avançou novamente em marcha forçada, durante cerca de 130 quilómetros, até ao encontro da *Coluna do Cuamanha* (Southern, 2010: 217). Com a coluna reforçada e a batalha ganha, a Campanha prossegue a sua marcha em direção a *N'Giva*, principal embala do *Cuanhama* e centro de poder de Mandume. Esta é tomada a 4 de setembro de 1915.

Mandume havia fugido de *N'Giva*, em direção a *Namakunde*, procurando a ajuda inglesa (Southern, 2010: 220-221). Apesar dos portugueses terem capturado *N'Giva* as lutas não terminaram. Muitos homens ainda leais a Mandume continuaram a praticar atos de agressão contra as forças portuguesas. Este factor conduzirá a que a região do *Cuanhama* seja primeiramente organizada na forma de *região militar*. Sob a alçada inglesa, uma vez que a antiga colónia alemã do *Sudoeste Africano* ficou sob proteção inglesa, Mandume continuou a combater e a resistir dentro e fora das áreas de influência inglesa não reconhecendo também a autoridade inglesa. Apesar dos vários esforços diplomáticos por parte dos ingleses, previamente e durante as confusões, primeiramente perante as autoridades portuguesas, e depois perante Mandume, para que uma solução diplomática fosse encontrada, esses esforços encontraram uma vaga determinada de não cedência em ambos os lados.

Até à sua morte a 6 de Fevereiro de 1917, Mandume continuou a ser uma fonte séria de problemas para as forças coloniais portuguesas e inglesas. Segundo a tradição oral, preferiu a morte ao cativo. Encontrando-se cercado por forças inglesas, e acompanhado apenas por um pequeno punhado de homens ainda leais, depois de ter sofrido uma derrota militar às mãos das forças britânicas, Mandume e o seu séquito cometem suicídio (Southern, 2010: 223).

⁵² As comunicações devido à inexistência de uma linha de telégrafo eram feitas através de mensageiros enviados das colunas até à base de operações. Estas podiam ser enviadas através das linhas de abastecimento dos camiões Fiat

Capitulo III. Proposta de Mediação

1. Proposta de Mediação

Tendo nos capítulos anteriores sido debatidas as noções teóricas e apresentado o nosso estudo da *cultura kwanyama*, pretende-se com este terceiro capítulo apresentar a nossa proposta de *mediação*. Assim, para alcançar esses objetivos, o presente capítulo será dividido em dois subcapítulos. O primeiro destina-se à apresentação do que entendemos por *mediação* e o processo de *mediação*, tendo em conta a matéria desenvolvida nos dois primeiros capítulos, desta dissertação de mestrado. No segundo subcapítulo, será concretizada uma proposta de *mediação* para uma das salas do *Centro Interpretativo* a constituir.

“A sua presença poderá ser representada através de bens culturais, bens naturais ou bens mistos [...] Uma das formas de transmitir a importância do património é através da sua exposição, que permite a transmissão de valores que necessitam de ser preservados e transmitidos para que estes não permaneçam em esquecimento.” (Gerardo & Pinheiro, 2010: 209).

1.1. Património cultural e desenvolvimento local?

Antes de podermos avançar mais com o nosso trabalho, temos e devemos, de nos interrogar se podemos utilizar o património como um recurso de desenvolvimento económico. Se devemos olhar o património como, uma forma de sustentabilidade e de desenvolvimento local e regional. É imperativo questionarmos se o património, deva e possa, ser utilizado pelas populações locais como forma de revitalização do tecido socioeconómico e ambiental. Não pretendemos, no entanto, com estas questões debruçar-nos e lançarmo-nos num debate sobre o tópico. Pretendemos apenas encontrar, ou não, respostas simples e concisas às perguntas enunciadas.

Como defendemos no Capítulo I não devemos afastar o património das populações, devemos sim, mantê-lo nos seus contextos de origem. Defendemos inclusive que as

populações deveriam ser convidadas a participarem ativamente no processo de construção e valorização patrimonial; valorizando o comum e o quotidiano. Defendemos também que uma sociedade, e por extensão uma nação, é composta por grupos sociais diferentes, únicos, bem definidos e concretamente identificáveis.

No ponto abaixo desenvolvido nota-se claramente a importância do acima citado. À homogeneidade criada pelos nacionalismos e pelos centralismos, que ajudaram na criação e no desenvolvimento dos Estados-Nação modernos⁵³ opõem-se atualmente a valorização da diversidade⁵⁴ cultural dentro dos espaços dessas mesmas nações. Esses grupos sociais desenvolveram-se e vivem em ambientes únicos, desde o seu meio natural ao ambiente económico, social, histórico, e aos seus bens e contextos culturais valorizados e produzidos. São todos esses fatores que permitem fazer uma distinção clara e uma diferenciação concreta entre, o sítio do grupo A e o sítio do grupo B. É toda essa panóplia que contribui para a riqueza, para a exclusividade e para a impossibilidade de uma igual vivência das experiências vividas no sítio A e para, uma impossibilidade de replicar ou de as duplicar no sítio B. Esses contextos são únicos e incomuns, apesar de serem uma valorização do quotidiano e do comum. São estes os contextos procurados por uma nova tendência do turismo mundial. (de Carvalho, 2010: 124).

Assim assiste-se hoje a um reavivar de regiões, sítios e locais, devido a uma nova forma de procura turística e de um novo tipo de "turismo" e um novo perfil de "turista". Um turismo cultural e um turista cultural preocupado com as questões culturais, ecológicas e ambientais (de Carvalho, 2010: 126). Neste novo paradigma o património tem um papel fundamental e centralizador na vertente do dito turismo cultural (de Carvalho, 2010: 124).

Esse novo perfil de "turista" e o novo tipo de "turismo" são o reflexo de uma nova mentalidade mundial. Este, o "turista", deixou de procurar apenas e exclusivamente, o lazer e o ócio durante os seus tempos livres. Atualmente o novo "turista" procura "com o intuito de alargar os seus horizontes, de procurar conhecimentos e emoções através da descoberta e do contacto com os bens culturais, materiais ou imateriais" (Moiteiro, 2010: 141) uma nova realidade. Procura novas formas de experiência pessoal. Procura

⁵³ Usamos o termo moderno no sentido das ciências antropológicas

⁵⁴ No nosso caso de estudo observamos a afirmação da cultura e sociedade Kwanyamas e por extensão a Província do Cunene

formar novas memórias através do contato e exploração pessoal e independente, mas ao mesmo tempo acompanhado por meios de mediação cultural, dos bens e equipamentos culturais e dos bens naturais e ambientais. O novo "turista" pretende inserir-se em novos contextos culturais, de experienciar e de usufruir desses novos contextos, tentando extrair deles o máximo de experiências possíveis e alcançáveis. Para atingir esse objetivo insere-se no seio do tecido social.

O novo "turista" deixou de procurar produtos culturais produzidos em massa. É mais exigente e participativo, tem interesses bem definidos e bem estruturados mas, ao mesmo tempo, procura diversificar, explorar e sair da sua zona de conforto de forma a realmente sentir e experienciar (de Carvalho, 2010: 126). Procura o único, no sentido de que procura algo diferenciador, que seja exclusivo de uma região, que não possa ser experienciado em mais nenhum outro lugar. O património é assim um dos elementos mais procurados por esse novo tipo de "turismo". Pode-se assim definir esse "turismo" como turismo cultural, que enfatiza o único, as experiências pessoais, a adição de novos conhecimentos através do contato como novas e diferentes realidades (Endresen, 1999: 2 & 6).

Um dos bens explorados em termos turísticos são os bens patrimoniais. Como referido previamente existe atualmente um leque cada vez maior de bens e referentes culturais, passíveis de serem transformados em património (UNESCO, 2006). Deve-se então empregar os bens patrimoniais, à luz desse renovado interesse, como um meio de desenvolvimento local e uma forma de revitalizar, não só o meio em que se insere o património, mas também como uma forma de revitalizar o património (de Carvalho, 2010: 123). Alargando neste processo o número de atores sociais que o vêem e compreendem como património. Deve-se assim pensar e utilizar o património para que não se torne um fardo para as populações detentoras. Só assim é que esse património cultural pode tornar-se uma fonte de revitalização do tecido económico e social local, mas também de requalificação e revitalização territorial.

Esse processo só é possível com uma eficaz gestão patrimonial (de Carvalho, 2010: 126) em que a tónica seja colocada na "definição de políticas e acções integradas direccionadas para os múltiplos problemas (...) e indo de encontro das expectativas e interesses dos diversos grupos que gravitam em torno" (de Carvalho, 2010: 124). Não pode haver uma gestão eficaz do património sem haver uma gestão eficaz do território.

A gestão deverá ser centrada na organização territorial, para o enriquecimento do conhecimento e para a valorização do capital humano e cultural. Esta gestão territorial implica um conhecimento de excelência de todas as vertentes territoriais. Assim a densidade territorial tem um direto impacto na forma como se procede à investigação e ao estudo desse território, e na futura forma como deverá ser gerido. Nunca esquecendo que o trabalho de gestão deve ser feito em formato de rede de parcerias públicas e privadas, tendo como objetivo principal uma constante inovação e renovação dos bens e equipamentos culturais, através de sistemas e sentimentos de concorrência entre grupos e regiões (de Carvalho, 2010: 124).

Antes de se avançar com uma proposta de gestão, depois de se conhecer a área, e de forma a podermos potencializar eficazmente o património, deve-se proceder a uma investigação séria e completa sobre o património. Este estudo deve orientar-se numa cadeia lógica de procedimentos que envolva profissionais e as populações locais, no qual sejam empregues metodologias científicas, e que se desenvolvam esforços de proteger o património de forma clara e conclusiva, para que este possa ser estudado, interpretado, conservado e devolvido às populações locais, e devidamente difundido nos meios científicos e nos mass média (Moiteiro, 2010: 142-143).

Não esquecendo que nessa gestão deve-se incluir sempre as populações locais. É imprescindível encontrar aquilo que é mais necessário para as populações locais, e é importante afastar a ideia e a noção mítica e mitificante do fora de comum, do herói lendário. Deve-se dar valor ao quotidiano e ao vulgar, só assim é que consegue afastar de noções e preconceitos pré-estabelecidos que mitificam e afastam os atores sociais das entidades produtoras de conhecimento, e do património. É extremamente importante estabelecer e manter um diálogo constante com as populações. Estabelecido este diálogo cria-se assim uma base de apoio mútuo entre profissionais, populações locais e demais atores sociais que usem o património. Torna-se mais fácil responder às necessidades locais, e potencializar o território e o património. (Duarte, 2010: 7-8).

É essa procura, em parte, que motiva, que é a motivação e o motivador para um crescente incremento, incentivo e produção de recomendações internacionais na forma de cartas e convenções, de legislação e ações nacionais de âmbito público, no sentido de defender a devolução do património aos seus contextos e às populações de origem, do

seu carácter de utilidade pública e de inclusão social (de Carvalho, 2010: 125-126) mas não só. Esta preocupação advém do facto que "turismo" em todas as suas formas, mas em especial o turismo cultural, acarreta consigo perigos para os bens e equipamentos culturais.

Se por um lado traz grandes benefícios, como por exemplo a reativação da malha social e económica, devido a um crescente afluxo de visitas, e do crescimento comércio e atividades equiparadas, por outras palavras significa a criação de uma nova forma de entrada de capitais financeiros (Gerardo & Pinheiro, 2010: 208). Por um outro lado a exploração constante conduz a uma degradação e a uma exaustão desses bens e equipamentos culturais (Gerardo & Pinheiro, 2010: 207). Pode, ainda, criar mais tensões na malha socioeconómica das comunidades detentoras desses bens e equipamentos (Endresen, 1999: 7-8 & Gerardo & Pinheiro, 2010: 208-210).

Assim um procedimento lógico que devemos evitar é a transformação deste património numa plataforma de lucro constante (Gerardo & Pinheiro, 2010: 210). A obtenção de lucro através da venda de bilhetes para a visita a certos equipamentos culturais ou sítios, ou de angariações de fundos através de leilões, avaliações de peças, ou exposições temporárias, não deve ser transformada numa prática corrente. Este procedimento é uma forma de reverter qualquer processo social, criando barreiras e criando elitização do património. Deve-se defender sempre um desenvolvimento sustentado, que promova uma utilização e consumo deste património de forma igualitária, sem barreiras elitistas ou hierarquizantes. Museus, bibliotecas, arquivos, centros interpretativos, equipamentos culturais são ativos económicos, e fazem parte de um processo de valorização, não são e não podem ser um fim em si mesmos.

Devesse promover um "turismo" sustentável, de forma a minimizar todo e qualquer impacto negativo, em termos da conservação dos bens patrimoniais e do tecido social e económico, potenciando os impactos positivos (de Carvalho, 2010: 127). A lógica da exploração sem planeamento resultará no seguinte: os ganhos económicos obtidos no curto prazo, tornar-se-ão em perdas no médio-longo prazo (Endresen, 1999: 8-10). Assim para atingir-se esse objetivo, deve-se apostar na formação e informação dos visitantes e das populações locais. Promover formas interpretativas do património, uma vez que essas formas conseguem e permitem transmitir mensagens que promovem o

respeito pela utilização correta e cívica dos bens culturais e patrimoniais. Um outro benefício da interpretação patrimonial é a capacidade, de criação de percursos interpretativos dentro do património ou do bem cultural, permitindo fechar zonas específicas, devido a motivos de conservação, de forma a perturbar o mínimo possível a exploração por parte do visitante (Moiteiro, 2010: 150-151).

1.2. A cultura, o património e a mediação cultural

Compreendemos através da abordagem feita no Capítulo I que um dos grandes problemas da *mediação* patrimonial é o possível afastamento e alienação das populações do seu património, na medida em que este deixa de ser uma fonte geradora de sentidos e sentimentos, de criação de memórias e de sentido de identidade. Estes fatores são o cerne para que um grupo de atores sociais olhe para um conjunto de elementos culturais e se identifique com eles, ou que os encare como seus, como elementos geradores de sentimentos de pertença, identificadores e identificantes da sua noção de identidade. Sem eles, assiste-se a um total desinteresse pelo património, em todas as suas vertentes, porque deixa de ser uma marca, um símbolo, um signo para as populações enquanto grupo e como símbolo identificador desse grupo específico em relação aos demais grupos sociais.

De forma a reintegrar o património no seu contexto e em articulação com a população local, sem contudo pôr em causa a sua integridade estrutural, as suas propriedades e a preservação do mesmo, é necessário que o património volte a ser criador de sentimentos, novas memórias e sentido de identidade e identificação. Sem estes quatro fatores chaves é impossível semelhante empreendimento. (Moiteiro, 2010. 143) É necessário compreender que o património se encontra irrevogavelmente ligado ao espaço físico, social, cultural e emocional (UNESCO, 2006 & Moiteiro, 2010. 142).

Para uma tal tarefa ser exequível, é necessário primeiramente proceder-se a um estudo desse conjunto patrimonial em questão, para que possamos perceber a razão do afastamento desse património, das populações locais e dos seus sistemas geradores de sentidos, de atribuição de sentimentos da sua noção de identidade. Se o afastamento tiver sido provocado por motivos “artificiais”, como por exemplo o enclausuramento do património em museus sem atender aos seus contextos de produção e populações de origem, será necessário reaproximar esses elementos patrimoniais, aos seus contextos de

origem, e encontrar novas formas de reaproximar esse conjunto de elementos para com as populações suas detentoras.

“A prática museológica convencional normalmente concretiza a remoção das representações do património das suas comunidades e territórios, localizando-as num edifício. (...) a “cultura” ou o “património” não existem como tal mas apenas através da mediação humana, a deslocação do Museu centrado nos objectos para um outro centrado nas pessoas deve querer dizer a inclusão do conhecimento das práticas e significados do património sustentados pelas suas comunidades de praticantes, numa base de criação e renovação constantes. (...) olhar para além das suas colecções materiais, mas também, de as equacionar não apenas em termos do passado, deixando-se implicar pelas realidades contemporâneas e identidades em mudança das respectivas comunidades. Levando as pessoas a confrontarem-se, não apenas com os materiais históricos da sua identidade, mas também, e de forma renovada, a conectarem-se com as facetas mais contemporâneas das suas identidades culturais (...)” (Duarte, 2010: 7).

Surgiu assim uma necessidade de se estabelecer uma ponte entre património, os seus profissionais e as populações detentoras desse património. Com isto em mente, torna-se claro de que é necessário estabelecer um processo de *mediação* entre os três elementos. Importa perguntar o que é, e como, podemos definir *mediação*?

1.3. Mediação cultural

O termo “*mediação*” aplica-se e é usado, alargadamente, para identificar qualquer situação em que um elemento partido trabalha ativamente para que os demais elementos encontrem uma solução para um problema. O emprego da expressão “*mediação*” identifica a necessidade de se chegar a um acordo entre as partes, ou incapacidade de

alcançar esse acordo, recorrendo apenas à negociação direta. O mediador age como um elemento neutro durante o processo de *mediação*, tentando encontrar um equilíbrio entre as necessidades dos demais elementos, estabelecendo-se uma negociação não direta. Este processo tem de ser e deve ser ativamente aplicado ao património. Trata-se de facilitar uma ligação entre os interesses e necessidades das populações locais e interesses dos especialistas e profissionais do património, através de um processo conduzido por um mediador que passaremos a designar como *mediador cultural*.

Viver em sociedade é sempre um processo de *mediação* (Silva, 2009: 1). O melhor exemplo que podemos mencionar são os conflitos sociais de que já falamos no Capítulo I. Será sempre necessário estabelecer processos de negociação/mediação quando surgem conflitos entre os diversos grupos sociais. Mas este processo é mais relevante quando é necessário formar um novo elemento no seio ou para o seio de um grupo social. Poderíamos designar esse processo como instrução ou transmissão de conhecimento, mas na verdade trata-se de um verdadeiro processo de *mediação*. Reduzindo a complexidade dessa situação aos seus termos mais simples, encontramos a seguinte ação: temos o ator social A que irá entrar em contacto com o contexto B. Este contexto B é complexo, irá apresentar bastantes dificuldades para ser compreendido. Logo o ator social A será ajudado por um terceiro elemento, um mediador, o elemento C (Silva, 2009: 1). O mediador empregará signos e outros instrumentos que, em teoria, ajudarão no processo de integração do elemento A. O processo de *mediação* neste caso é dotar o elemento A, dos meios necessários à sua integração no contexto social B, meios esses elaborados e transmitidos pelo mediador. Os atos de *mediação* encontram-se presentes em todas as atividades humanas. Os atores sociais são introduzidos em processos de *mediação* momentos após a sua inserção num grupo social, na grande maioria dos casos ainda durante a infância. Estes processos, como já salientamos, implicam a utilização de signos e estruturas pré-concebidas e em constante utilização pelo grupo.

Podemos definir como signos e estruturas pré-concebidas todos os sistemas que facilitem a integração num grupo, onde se destaca a língua comumente falada e escrita pelo grupo social (Silva, 2009: 1). Mas não só, podemos também incluir gestos, ações específicas, pinturas, escultura, edifícios, complexos arquitectónicos (Silva, 2009: 1), memórias, emoções e todos os bens culturais.

Com isto em mente, a importância de um *mediador cultural* ultrapassa em larga medida, o do simples resolvidor de conflitos, tornando-se assim, num elemento que participa na construção social e intelectual do grupo social. E quanto maior for a riqueza dos instrumentos empregues pelo mediador, mais rico será o projeto apresentado (Ostermann & Cavalcanti, 2010: 27). Estes instrumentos de *mediação* são ferramentas culturais únicas, que devem ser empregues para facilitar os processos mediacionais, uma vez que estas "são sempre fornecidas por um cenário sociocultural particular" uma vez que "a ação humana é inerentemente "situada" em um contexto cultural, histórico e institucional" único e particular. Em suma toda e qualquer ação de *mediação* será sempre pautada pela constante utilização dessas ferramentas culturais, pelos mediadores (Ostermann & Cavalcanti, 2010: 35). Um mediador para que possa utilizar de forma eficiente todas as ferramentas ao seu dispor, e não apenas expor o objecto, precisa saber como as empregar, ou seja requer experiência na sua utilização. Logo um projeto de *mediação* cultural tem de ser eficaz, conciso e ao mesmo tempo simples, para que a complexidade do projeto seja eficazmente transmitido ao ator social, de uma forma simples e de fácil compreensão.

Uma cultura é construída através das ações de um determinado conjunto de atores sociais, que depois transmitirá essa cultura (e o seu património) à geração seguinte através de processos de *mediação*. A nova geração de atores sociais que vive em ambientes diferentes da geração anterior, irá por sua vez reinterpretar, discutir e alterar os paradigmas, os conceitos, os preconceitos, os sistemas de atribuição de valores e sentimentos e as conclusões, mudando e acrescentando a sua própria visão e todos os sistemas atrás mencionados, alterando e criando algo novo que será transmitido à geração seguinte de atores sociais, estabelecendo-se assim ciclos de transmissão-recriação-transmissão, e as suas conclusões vão mudando. Assim, tanto a cultura como o património são elementos dinâmicos, constantemente negociados, construídos interpretados e reinterpretados pelos atores sociais. Aliando estas propriedades a esta dimensão mediativa e formativa, torna-se ainda mais claro que a interpretação é fundamental. Mas o que é interpretação? E como se aplica ao património?

1.4. Interpretação patrimonial

Interpretar significa: fazer a interpretação de; explicar o que há de obscuro ou confuso num texto, numa lei, num autor; tomar em determinado sentido; traduzir; reproduzir o pensamento de; esclarecer; cantar; desempenhar, representar. Interpretar é encontrar novas formas explicativas, novas perspectivas, significados atos e emoções. Encontra-se apenas dependente dos conhecimentos, das noções, das concepções, dos preconceitos e da imaginação do ator social que recorre a essa acção.

A interpretação é algo que é empregue todos os dias, em todas as atividades humanas. Como debatemos no Capítulo I, toda a atividade humana é cultura, assim como é algo que se constrói e reconstrói. Podemos assim afirmar também, que será sempre uma interpretação. O ator interpreta e reinterpreta os sistemas de atribuição de valor e sentimentos.

Podemos desta forma avançar com a afirmação de que *interpretação cultural* é o ato de se tentar descodificar um determinado conjunto de elementos culturais, por um ou mais atores sociais, em busca de significados nesse conjunto de elementos culturais. Transformando este ato numa ferramenta de *mediação*, poderíamos afirmar que:

“Interpretação é um método que facilita a apresentação e o uso social do património, e que serve para providenciar material de leitura e opções para seu uso ativo, através de meios e recursos de apresentação e animação. A interpretação é baseada em elementos culturais e/ou naturais materiais ou imateriais, encontrados numa determinada localização, e que visa a promoção destes elementos nos seus contextos originai. Para este efeito, o objetivo é a restauração e preservação in situ, com isso conseguindo manter a contextualização dos recursos patrimoniais. Rejeitando-se assim a noção de que o objeto tem valor apenas em si, isolado do seu contexto, funções e utilizações.”
(Baeyens, 2005: 15).

Esta é uma ferramenta de “valor acrescentado” uma vez que promove uma interação diferente entre objeto patrimonial e o ator social, pretendendo que este último explore e sinta o contexto natural e de produção, que possa explorá-lo por si o meio em que este se insere, observar o sítio por si, que retire as suas próprias conclusões, que crie experiências e emoções (Baeyens, 2005: 16).

Não se pretende afastar o património destes contextos, utilizando e empregando o património como meio de desenvolvimento local, pretendendo-se conservar o património e os seus contextos naturais, através da sensibilização dos visitantes para a necessidade da preservação desses contextos, tidos como únicos e essenciais (Baeyens, 2005: 16).

A noção de *interpretação cultural* tem a sua origem no século XIX, devido aos esforços de divulgação de museus etnológicos escandinavos e mais tarde nos anos 50 do século XX, mais concretamente em 1957 Freeman Tilden publica a sua obra “*Interpreting our Heritage*”⁵⁵, onde estabelece as bases para a futura ciência da *interpretação patrimonial* (Moiteiro, 2010: 143). Numa primeira fase as observações de Tilden destinavam-se aos parques naturais norte-americanos. Mas devido a uma alteração de paradigma social, devido ao “desenvolvimento” do turismo cultural que aconteceu no pós-II Guerra Mundial, chegou-se à conclusão, nos anos 80 do século XX, de que é impossível separar o natural do cultural e do patrimonial, assim à noção já existente, foram acrescentados os elementos culturais e patrimoniais.

Fazemos notar que não existe uma definição concreta para *interpretação patrimonial*, cada autor e especialista desta apresenta a sua própria definição (Moiteiro, 2010: 144-145). No entanto todos concordam que é ao mesmo tempo uma arte e uma ciência. É uma arte porque se baseia em processos comunicativos, que tentam inspirar, sensibilizar e enriquecer a todos os níveis, o ator ou grupo social que sejam receptores de uma interpretação patrimonial. É uma ciência porque toda a informação transmitida nos processos de comunicação, são fruto de um trabalho científico exaustivo (Moiteiro, 2010: 145-148). Apesar disso os seus princípios são claros e concretos. Apresentamos aqui uma listagem de onze tópicos importantes (Endresen, 1999):

⁵⁵ Foi consultada a terceira edição desta obra

- 1) A interpretação deve despertar o interesse e a curiosidade do visitante;
- 2) A interpretação deve ser mais do que uma mera explicação e transmissão de informação, a interpretação deve ser concisa em termos de quantidade de informação e concreta em termos da qualidade;
- 3) Não deve ser aplicada à explicação de situações isoladas, mas sim ser aplicada na contextualização de toda a informação, e relacionar aquilo que se interpreta no tempo e no espaço;
- 4) A interpretação tem de ser sentida, experienciada e tem de despertar emoções;
- 5) A interpretação patrimonial será sempre procurada em dois contextos: o contexto lúdico e o contexto informativo;
- 6) A interpretação é a principal forma de se estabelecer pontes entre o passado e o presente, por isso os produtores da interpretação têm de ter a noção de que o seu trabalho afecta diretamente o sentimento de identidade individual e coletiva. O seu trabalho deve ajudar na construção, reconstrução e na transmissão dessa identidade;
- 7) Deve promover comportamentos de respeito cívico pelo local e pela preservação e conservação do mesmo;
- 8) Os produtores da interpretação devem pensar em programas e atividades, que reforcem todos os pontos anteriores e devem pensar em formas de utilização dos bens e equipamentos culturais para além da simples interpretação;
- 9) Devem de ser definidas estratégias concretas destinadas aos grupos sociais que se pretende transmitir a mensagem de interpretação e com as atividades;
- 10) Nunca subordinar a mensagem interpretativa aos meios por que esta é transmitida;
- 11) Todos os projetos interpretativos precisam, e devem, ter um apoio social alargado.

Deve contar com o apoio político geral, mas também deve contar com o apoio das populações locais, sendo este último o mais importante, uma vez que os projetos destinam-se às populações.

Sumariamente, a atividade de interpretação insiste na tónica da exploração dos sítios e locais, alvos desses projetos, de uma forma autónoma por parte dos visitantes.

Autónoma mas não independente. As fórmulas expositivas têm de ser subtis, quase imperceptíveis, mas têm de criar a ânsia de exploração, a vontade de descobrir mais. Deve também apelar às experiencias e vivencias passadas dos visitantes, para que este se insira no meio e o explore de uma forma apaixonada, mas critica. Para além da transmissão de uma mensagem, para atingir os objetivos, é necessário criar atividades complementares. Estas atividades serão uma forma de atrair mais públicos, garantindo uma renovação continuada da viabilidade do projeto, uma vez que este alargará a compreensão e o respeito pelo bem e equipamento patrimonial (Moiteiro, 2010: 148-150).

Outro aspeto positivo que advém da utilização de processos interpretativos é uma melhor planificação e uma melhor organização dos espaços, em suma uma melhor gestão. Como já afirmamos anteriormente é necessário proceder a uma gestão completa e em rede dos espaços. A compreensão das dinâmicas sociais facilita o processo de transmissão de uma mensagem de sensibilização e de necessidade de proteção e conservação para a sociedade mas não só. Um planeamento eficaz ajuda a perceber as fragilidades estruturais e conjunturais, permitindo um melhor controlo no acesso a essas áreas. E se por algum motivo for necessário desviar o público dessas áreas, os processos interpretativos permitem que essas áreas sejam fechadas, conseguindo desviar a atenção para outras áreas, nunca perdendo a mensagem. Com isto reduzindo os custos de manutenção, de conservação e de preservação (Moiteiro, 2010: 150). Os projetos de interpretação podem ainda funcionar como um ativo e positivo membro de desenvolvimento local através, do que já dissemos, da atração de “turismo” e “turistas” para aquela comunidade. Sendo mais uma forma de entrada de capitais financeiros e de diferenciação dessa área das demais áreas.

É necessário ter a noção de que um projeto de interpretação será sempre diferente dos normais meios de conservação e transmissão de conhecimentos, como por exemplo museus. Podem ter por base museus ou outros equipamentos culturais e patrimoniais, mas não tem as mesmas funções (Moiteiro, 2010: 142).

Em relação aos museus, a década de 60 do século XX viu instalar-se uma nova forma de visão científica, e uma nova forma de relação e de visualização das entidades culturais (Duarte, 2012: 85). Os museus eram vistos até aí como “entidades burguesas”, destinadas apenas às elites sociais, foram desta forma obrigados a rever a sua política.

Estes espaços passaram por uma total metamorfose dentro da sua esfera de ação, passando inclusive a incorporar noções de ativismo social. Os museus tornaram-se assim em elementos de coesão social, como instrumentos de auxílio à educação e às sociedades. Surgiram e floresceram desta forma museus de comunidades específicas.

Passaram também por uma renovação da sua política interna. O velho paradigma de expor os objetos, sem atender aos seus contextos, em vitrinas teve de ser alterada. O ator social imbuído de uma nova mentalidade, designada atualmente como pós-estruturalismo, começou a questionar o modo de operação dos museus. Assim sentiram a necessidade de procurar a fonte contextualizadora dos bens culturais. Essa procura conduziu a que os museus se adaptassem, incorporando novas técnicas e metodologias expositivas que procuravam a recriação dos contextos e dos meios sociais em que se formaram esses contextos de formação (Duarte,2012:85). Essa nova política originou a criação de *ecomuseus*, cujo conceitos e noções espalharam-se primeiramente pelo mundo ocidental ao longo da década de 70 e graças à influência do novo tipo de “turismo” na década de 80, espalhou-se pelo resto do Mundo. A nova tônica insistia sempre na política de democratização de acesso aos museus. Assim, os museus alargaram as suas margens de ação junto das comunidades. Apesar de fascinante é uma problemática que não pretendemos aqui desenvolver, pretendemos apenas apresentar uma linha evolutiva da instituição museu.

Assim é dentro dessa renovação, inovação e alteração de paradigmas da intuição museológica que surgiram os primeiros modelos de *ecomuseus*, *museus-territórios* e *centros de interpretação*. Estes modelos apostam numa valorização e conservação do património através de uma interação direta entre o património os atores sociais (Baeyens, 2005: 31).

Várias perguntas surgem e impõem-se destacando-se as seguintes questões. Será possível interpretar todos os bens patrimoniais? Há condições específicas para que possa haver interpretação?

Estas questões são outro ponto de discórdia entre os autores como sugere Moiteiro (2010). Devido em parte à sua dupla identidade como uma forma artística e uma ciência, a interpretação e as atividades interpretativas são um campo aberto à discussão

e à crítica. No entanto nunca se deve esquecer que são processos que se destinam a públicos mais alargados, do que os ditos especialistas. A sua função é transmitir uma mensagem em concreto sobre algo, que conduza a uma avaliação crítica.

Uma das principais críticas adiantadas é a de que essas atividades e projetos colocam em perigo a conservação e preservação dos sítios (Moiteiro, 2010: 151). Como vimos uma preservação e conservação afastada das populações, sem utilização e sem a compreensão conduzirá ao mesmo desfecho.

Respondendo de uma forma direta às questões, tudo é possível de ser interpretado, mas nem tudo irá ser alvo de projetos interpretativos (Moiteiro, 2010: 152). Neste sentido todas as áreas naturais e culturais são passíveis de serem interpretadas:

“A interpretação poderá, assim, ser desenvolvida em monumentos, sejam de carácter religioso, militar ou civil; em sítios arqueológicos; em museus; em lugares de produção artesanal e de ofícios tradicionais [e industriais]; em jardins históricos; nos centros históricos ou em determinadas localidades, independentemente da sua dimensão; em roteiros temáticos, em festivais e outro tipo de eventos de carácter histórico-cultural; em parques naturais, áreas naturais protegidas ou paisagens humanizadas, onde a natureza e a cultura se cruzam frequentemente, no fundo, em lugares de memória, no sentido mais amplo do termo.”
(Moiteiro, 2010: 153).

Mas nem tudo será alvo de projetos interpretativos. Antes de se avançar com um projeto é necessário realizar um estudo minucioso, é através desse estudo que se saberá se o bem ou equipamento patrimonial é passível, ou se tem um interesse acrescido para ser alvo de um projeto de interpretação (Moiteiro, 2010: 153). Bens patrimoniais que se encontrem em elevado risco de degradação, em que o expor eleva ainda mais esse risco de destruição, ou então bens em que os seus significados são explícitos, não poderão ser alvos de qualquer tipo de projeto de interpretação, porque tal não se justifica (Moiteiro, 2010: 153).

2. Centros Interpretativos

Atualmente existem vários espaços exclusivamente dedicados à interpretação. Podemos no entanto enquadrá-los em quatro grandes tipologias: 1-centros culturais especializados; 2- centros de património in situ; 3-centros interpretativos; 4- territórios-Museu (Moiteiro, 2010: 153). O projeto defendido nesta dissertação de mestrado é um centro interpretativo, por isso focaremos a nossa atenção a tipologia 3- centros interpretativos.

Estes centros apostam numa valorização e conservação do património através de uma interação direta entre o património e os atores sociais (Baeyens, 2005: 31). Recorrem ao uso de várias técnicas e metodologias de interpretação, nunca se vinculando ao uso exclusivo de objetos locais (Moiteiro, 2010: 154). Neste modelo de interpretação o ator social é incentivado a explorar por si, não apenas o património, mas também todo o meio envolvente. Para tal os centros interpretativos encontram-se dotados de um discurso expositivo simples e conciso, acompanhados de elementos gráficos. Uma das principais estratégias é a criação de exposições temáticas e cenográficas, orientadas para facilitar e melhorar a experiência vivida pelo visitante. Passando uma mensagem de como são únicos estes espaços, através dos meios utilizados na interpretação (Baeyens, 2005: 31). Um outro fator que distingue estes centros das restantes fórmulas museológicas é o de não serem centros de acumulação de reservas, utilizando uma amostra muito pequena, se necessária à transmissão de uma mensagem muito simples e eficaz (Baeyens, 2005: 31).

A sua missão principal, tal como já foi mencionada, é alertar e consciencializar para a necessidade de preservar os locais onde estão instalados. Para tal não se inibe de utilizar outros tipos de infra-estruturas como lojas, bares, inclusive unidades de restauração. Não se destinam apenas a existir e a serem usados em locais e sítios arqueológicos, históricos, ou eventos exclusivos. São modelos que podem ser utilizados para interpretar regiões, períodos históricos, e usado dentro de unidades museológicas inclusive (Baeyens, 2005: 31).

“Centros de Interpretação patrimonial são edifícios especificamente criados para a avaliação do património

cultural e/ou natural de uma determinada área e a na transformação do património cultural em produtos educacionais, culturais e turísticos. Proporcionam aos visitantes uma percepção única dos parques naturais, de território específico ou um evento, através de uma mensagem que realça o que os torna únicos e específicos. Ao contrário dos museus, não tem como função principal recolher, preservar e estudar objetos (apesar de poderem o fazer). Na verdade a sua principal função é facilitar o acesso e a apreciação pública do valor de uma específica cultura ou espaço culturais naturais, através da consciencialização pública e oferecer meios de educação. A sua principal estratégia é a utilização de exposições cenográficas, apoiadas por meios técnicos, meios audiovisuais para incentivar e estimular o processo de autodescoberta.”
(Baeyens, 2005: 41).

Existem diversas formas e estratégias de conseguir transmitir essa mensagem. Todavia, apesar de existir uma panóplia bastante alargada, é necessário encarar caso a caso. As estratégias são de dois tipos: as pessoais e as não pessoais. Enquanto a primeira forma privilegia o contato com guias e demais staff dos centros interpretativos, demonstrações, conferências, mesas redondas e atividades com monitores, a segunda emprega a utilização de meios impressos e meios digitais (Moiteiro, 2010: 153).

Deve-se proceder a um levantamento dos principais condicionamentos e das necessidades. Para além disso, é necessário ter em conta o teor da mensagem que se pretende transmitir. Só depois de realizado esse levantamento e equacionado todas as possibilidades é que é possível potencializar ao máximo o centro interpretativo (Moiteiro, 2010: 155).

2.1. Centro Interpretativo da Cultura Kwanyama

Respondida a todas as perguntas e discutidos todos os conceitos e teorias resta-nos, por fim descrever a nossa proposta. Chegamos à conclusão de que as principais características da sociedade kwanyama são as marcas que queremos destacar como património. Essas características são o *Eumbo* e os *olupale* o principal espaço de convívio do *eumbo*, o território do Cuanhama e o seu espírito guerreiro. O *eumbo* porque é o símbolo de tudo o que esta sociedade representa e é a sua forma mais básica de organização. O *olupale* é o coração do *eumbo*, é o local onde as visitas são recebidas, onde a vida social e política do *eumbo* é mais fervilhante. O território porque é uma microrregião única, com características únicas e específicas e pelo que conseguimos perceber, é parte da razão da organização social e do seu espírito guerreiro. Por fim o espírito guerreiro porque é a marca mais visível de toda a sociedade.

Depois de estudado a região Cuanhama no Capítulo II, avançar com a seguinte escolha para a localização do Centro Interpretativo da Cultura Kwanyama, a cidade N'Giva/Onjiva. Tal como foi mencionado no Capítulo II N'Giva/Onjiva é a única cidade da região, detendo o conjunto de edifícios de apoio necessários à atividade turística, a nomear um aeroporto, uma via de ligação terrestre, que liga Angola à Namíbia no sentido norte-sul, e no sentido sul-norte conecta a Província do Cunene ao resto de Angola. Possui ainda uma unidade hospitalar. N'Giva/Onjiva era também o local da *embala* dos *reis kwanyamas*, fazendo ainda mais sentido para a nossa proposta de *mediação* ser aí localizada. Registamos ainda que esta localização favorece a criação de uma rede turística. Uma vez que seria um ponto de passagem obrigatório, não apenas em viagem, mas também em visita a outros locais como o *Campo de Batalha da Môngua*, *Namakunde* e o *túmulo monumentalizado do rei Mandume*. Depois de uma pesquisa elaborada, no site oficial do Ministério da Cultura do Governo Angolano, foram encontrados seis locais, na Província do Cunene, possíveis de integração nessa futura rede de turismo.

Província de: Cunene

1- TÚMULO DO REI MANDUME

(Local onde está sepultado o Rei dos Kwanyamas);
Classificado pelo Despacho nº 17, de 18 de Abril de 1994.

2- OMBALA GRANDE DO REINO DO HUMBE

(Centro político do Reino Humbe),
Classificada pelo Despacho nº 18 de 18 de Abril de 1994.

3- SÍTIO HISTÓRICO DO VAU DO PEMBE

(Local da Histórica Batalha do Kuamato em 25 de Setembro de 1904), Classificado pelo Despacho nº 19 de 18 de Abril de 1994.

4- SÍTIO HISTÓRICO DO MUFILO

(Local da Batalha do Mufilo em 27 de Agosto de 1907,
Classificado pelo Despacho nº 20, de 18 de Abril de 1994.

5- OMBALA GRANDE DO REI SHETEKELE

(Centro Político do Rei Kuamato),
Classificada pelo Despacho nº 21, de 18 de Abril de 1994.

6- SÍTIO HISTÓRICO DO MÔNGUA

(Local da Batalha do Môngua em 20 de Agosto de 1915),
Classificado pelo Despacho nº 22, de 18 de Abril de 1994.

7- OMBALA GRANDE DO REI MANDUME

(Centro Político do Reino Kwanyama),
Classificada pelo Despacho nº 102 de 11 de Novembro de 1994.

Figura 1- Tabela com informação sobre sítios históricos classificados, na Província do Cunene

A escolha deste sítio também é simbólica representando, de uma certa forma, um meio de afirmar a *cultura kwanyama* como um dos principais grupos sociais de Angola e por extensão a *Província do Cunene*, em especial a região do cuanhama, a terra onde esta sociedade se desenvolveu.

Concluído o nosso estudo da *cultura kwanyama* chegamos à conclusão de que a melhor opção, de forma a minimizar o impacto na paisagem e de criar um espaço que proporcione uma melhor experiência sobre a própria cultura em si, era a construção de um edifício que em muito se assemelhasse a um *Eumbo kwanyama*, utilizando uma

planta simplificada utilizando o esquema representado na página 110 figura 13. Um edifício de planta circular, dividido em cinco salas distintas com um discurso e uma lógica expositiva contínua e encadeada, que respeitasse a forma de vida social dos *kwanyamas*. Transformando no processo o *eumbo* numa das marcas da cultura, e como o seu principal bem patrimonial imaterial.

Este formato permitiria ao visitante entrar em contato, logo à entrada, com a sua forma de construir assim como de organização territorial. Como já afirmamos o *Eumbo* é uma das principais e mais identificáveis características dos *Kwanyamas*. Os espaços interiores obedeceriam à lógica da individualização e autonomia dos espaços, outra característica *kwanyama*. Ou seja, funcionária com a mesma lógica que uma *epata*, provida de estruturas individuais no interior das salas, que funcionariam como salas no interior de uma sala. Aumentando com isso o leque de estruturas de apoio ao discurso expositivo. Utilizando esse tipo de organização do espaço, consegue-se a criação de um percurso não retilinear no interior de cada célula, abrindo ainda mais os espaços, permitindo que o visitante escolha como explorar aquele espaço, como vivenciar o espaço. Cada sala terá um tema específico e o acesso às salas far-se-ia através do *olupale*, o pátio central do *eumbo kwanyama*, transformado no primeiro grande espaço do centro interpretativo. Uma sala de recepção dos visitantes ao ar livre. Neste espaço dar-se-á primazia ao convívio social através da criação de uma zona de convívio, de uma praça alimentar de uso comum em regime de self-service, onde seria apresentada a gastronomia tradicional *kwanyama*. Propomos também uma zona comercial onde estarão à venda réplicas de produtos e objetos tradicionais *kwanyamas*, assim como mapas e imagens da Província do Cunene, e literatura sobre esta sociedade e sobre a região.

O acesso à primeira sala seria dada através de uma porta ao fundo do *olupale*, imitando assim o acesso à *epata* do chefe do *eumbo*. Nessa primeira *epata* a primazia do discurso expositivo é atribuída à geografia, ao clima, à fauna e à flora, introduzindo o visitante no contexto geográfico e ambiental, em que se desenvolveu esta sociedade. O ambiente único do Cuanhama é outra das marcas desta sociedade. Assim sendo é necessário introduzir o visitante à realidade da extensa planície do Cuanhama, explicando que a principal dificuldade é encontrar recursos hídricos potáveis, e onde não há acidentes geográficos, onde a principal marca são as *chanas*, os *mufitos* e os *ecangos*. Uma

planície com poucos recursos naturais, onde os únicos sítios aproveitáveis para a construção são os *mufitos* das *chanas*. Recursos visuais e audiovisuais nessa sala terão de ser uma constante tentando recriar o meio ambiente do Cuanhama.

O acesso à segunda sala será feito através de uma porta lateral, na primeira sala. Esta sala é representação da *epata* da primeira mulher. Utilizando a organização interna do *eumbo* esta sala é a mais indicada para apresentar as atividades agro-pastoris e organização do trabalho no seio da sociedade *kwanyama*. Relembrando o nosso estudo do Capítulo II é através da *epata* da primeira mulher que se tem acesso aos armazéns dos produtos derivados do leite, mas também aos currais das vacas e dos vitelos. Relembrando que a sociedade *kwanyama* é uma sociedade que pratica a poliginia e que divide o trabalho social entre homens e mulheres, esta sala seria assim perfeita para a explicação de todas estas visões sobre o mundo *kwanyama* e de destacar a importância do gado como um elemento de riqueza e diferenciação social. Um outro tópico a abordar nesta sala são as tradições *kwanyamas* e a sua exploração e transformação, em particular a sua alteração de forma a servir a mitificação de algumas figuras. Como por exemplo a atribuição da elaboração de um conjunto de leis, que proibiam os *kwanyamas* de andar armados após o consumo de determinadas bebidas alcoólicas ao líder Mandume, quando na realidade essas leis já existiam antes de o Mandume nascer.

O acesso à terceira sala será feito da mesma forma que o acesso à segunda. Nesta far-se-á a exploração do *Eumbo*, da organização social do *Eumbo* e da organização da sociedade *kwanyama*. No compêndio geral do *eumbo* esta seria a *epata* da terceira mulher. Seguindo a lógica anterior esta sala é perfeita para explicar o *eumbo* em todas as suas vertentes. O poder e o prestígio social de um homem *kwanyama* é marcado pelo número de mulheres que pode suportar no seu *eumbo*. Assim esta sala é a mais indicada para se falar da família *kwanyama*, e da expansão e da organização social. Podemos com isso extrapolar para o crescimento do *eumbo*, para a constituição de unidades territoriais devido à construção dos *eumbos* dos filhos. Constituindo as *libtas* e as *mukundas*. As lutas internas pelo poder e a constituição do poder centralizado na figura do rei e da transformação do seu *eumbo* na *embala real*. Nesta sala também serão abordados os temas das relações diplomáticas entre os chefes locais, os *Lengas* e a importância do *olupale* como o principal sítio dentro do *eumbo*.

A sala que se segue é sinónima da *sociedade kwanyama* a atividade guerreira. Esta sala reveste-se de um significado ainda maior que as restantes salas. Marca e símbolo dos *kwanyamas*, a atividade guerreira é a atividade social que destacamos como *património cultural imaterial* desta cultura. É inquestionável a sua importância e da qual avançaremos como uma proposta de mediação concreta no ponto seguinte. Mas desde já destacamos a importância de desenvolver nesta sala os conflitos internos, entre *lengas*, os conflitos contra as etnias em torno dos *kwanyamas*, e por fim os seus confrontos militares com as potências europeias. Outro ponto a ser abordado nesta sala é a sua fácil adaptação a novas formas de combater e a novas tecnologias de combate, como por exemplo as armas de fogo.

Por fim uma quinta e última sala destinada às interações com os povos europeus. Nesta é importante sublinhar a criação da fronteira entre Portugal e a Alemanha, que resultou na divisão do território da etnia *kwanyama*. É importante perceber que a luta entre as potências colonizadoras se alastrou aos *kwanyamas* que nunca aceitaram submeter-se a uma autoridade que não fosse a sua. E que este comportamento, em última análise, conduziu a uma vincada e constante luta pela sua liberdade. É importante referir nesta sala os acontecimentos de Naulila e dos confrontos entre as forças portuguesas e alemãs. Uma vez que como resultado desses confrontos, que custaram caro para Portugal, toda a região da atual Província do Cunene, se revoltou numa última tentativa de se libertar da autoridade portuguesa. Desta ter-se-á acesso de novo ao pátio central convidando o visitante a explorar a região, usando como ponto de partida o centro interpretativo.

Queríamos só destacar que, seria uma mais-valia para o centro interpretativo, não empregar guias profissionais, mas sim empregar elementos das comunidades locais. Isto com o intuito de não formatar a visita a uma tónica discursiva formal e formalizante, mas sim, utilizar a experiência de vida e todo o conhecimento sobre o imaterial e material *kwanyama*. Criando dessa forma um ambiente de visita informal e não padronizado. Transmitindo com isto uma cunha informal na visita, que a nosso ver, seria bastante mais enriquecedor e interessante para o visitante. Assim a visita não se tornaria em algo formal, compassada e cronometrada. Seria ao invés algo informal, movida ao ritmo que o grupo imporia à visita, suscitando e criando um ambiente de diálogo, de troca de informações e dúvidas, que só enriqueceria a experiência vivida.

Seria interessante dotar as salas do centro interpretativo com alguma tecnologia de forma a serem mais interativas com o visitante, como por exemplo mesas e projectores imbuídos de tecnologia touchscreen. Contudo, defendemos o emprego de meios mais convencionais como mapas em papel. A utilização desses equipamentos resultaria na criação de um ambiente interessante e único, tentando recriar um ambiente de época “transportando” o visitante ao ambiente da I Guerra Mundial em África. Uma outra estratégia que deve ser empregue é a aposta nos meios de comunicação electrónicos, na web 2.0, nas novas plataformas e redes sociais. Destacamos que a criação de uma visita virtual ao centro interpretativo é crucial, uma vez que permitirá abrir as portas do centro a mais visitantes, mesmo que virtuais. Esta visita pode ser um dos cartões-de-visita da região no Mundo, abrindo as portas de entrada do turismo cultural na região, permitindo assim a criação e a expansão de redes e equipamentos turísticos, favorecendo um turismo sustentável que poderá traduzir-se em um maior crescimento e desenvolvimento da Província do Cunene.

2.2. Proposta de organização da sala dedicada à atividade guerreira

O espírito guerreiro é uma das mais importantes marcas da sociedade *kwanyama*, é por este motivo que decidimos destacá-lo como património cultural imaterial. A sociedade em questão desenvolveu-se num ambiente hostil à vida humana. Assim, desde muito cedo que esta sociedade se viu obrigada a entrar confrontos por recursos naturais. Ao mesmo tempo, o sentimento de liberdade e de autonomia tornou-se importante, ficando patente na sua forma de organização espacial e social. Um comportamento e um sentimento que induziu temor e respeito na potência colonizadora. É uma sociedade que lutou pela sua liberdade de forma afincada e aguerrida, não se deixando submeter a não ser pela força. E mesmo pela força só caiu quando o seu último rei pereceu. Assim sendo é necessário planear com cuidado esta sala. Seguindo a lógica das *epatas*, este espaço será composto por um pátio e três a cinco estruturas de apoio. Será um zona onde será empregue a ilusão óptica da separação através paliçadas. Esta ilusão é importante na medida que, introduzirá o visitante a um mundo visto pela óptica guerreira. Mas mais do que efeitos visuais, esta sala tem de primar pela utilização de sons de confronto, de descargas de armamento de fogo e da entoação do cântico *rei bayete inkose*.

O espaço e discurso expositivo têm de ser organizados de uma forma que permita a manipulação e o toque das peças expostas por parte dos visitantes. Esta manipulação e toque complementar o som e as ilusões de óptica criadas no interior da sala. Pretende-se, deste modo, recriar uma simulação de um teatro de operações, contada segundo uma perspectiva *kwanyama*. Pedindo ao visitante que sinta o que é combater. As paredes desta sala serão divididas em dois polos. Um polo representa a paliçada de *eumbo*, o outro polo um combate em terreno aberto. A perspectiva do visitante será sempre do centro para a periferia. Em partes específicas das pinturas serão colocados textos explicativos sobre, a composição e modo de combater dos *kwanyamas*, canções e hinos de guerra, rituais e ritos associados à prática da guerra, contra quem se combatia, à procura de que recursos e por fim eventos e atos de negociações após o assalto e confronto. Sempre acompanhadas de material gráfico, exposto em formatos informáticos para uma melhor e mais fácil compreensão.

Para a exposição de peças mais sensíveis e de carácter mais formal ou religioso será necessário recorrer ao uso de vitrines. Estas peças estarão no interior dos edifícios de apoio à célula. Devem ser usadas vitrines que permitam criar ambientes favoráveis à preservação e conservação das peças expostas, mas que ao mesmo permitam um visionamento de 360° destas. Acompanhas sempre por pequenos textos informativos e vídeos expositivo-informativos, explicando as suas funções. Em relação à manipulação de armas, aconselhamos a utilização de réplicas históricas de qualidade. Reservando um pequeno conjunto de peças originais a serem expostas em vitrines. Recomendamos a exposição de armas contundentes, de corte, de estoque e de fogo. A manipulação de armas de fogo requer cuidados especiais. Primeiramente estas têm de perder a sua capacidade de fogo, através da remoção do mecanismo de disparo. E em segundo lugar um técnico tem de estar presente para assegurar a segurança dos visitantes e técnicos do centro. Para finalizar, estas peças estarão expostas em bancos ou mesas de forma a facilitar o livre acesso.

Conclusão

Cultura foi, é e será sempre um processo construído. Não é um fenómeno isolado no tempo e no espaço, não é algo que possa ser hierarquizada. É algo que os atores sociais vêem, sentem, percebem, interpretam e dão a interpretar. São os atos e as ações, são os sistemas de atribuição de emoções e valores. *Cultura* é algo que é construído, interpretada e reinterpretada todos os dias. *Cultura* é o produto da ação humana, e toda a ação humana é *cultura*. É um processo dinâmico em constante alteração. *Património* é assim uma porção deste sentido de *cultura*. À sua semelhança é um processo dinâmico, que depende dos sistemas de valor e valorização dos atores e dos grupos sociais. O *património* depende ainda da criação de um sentimento de pertença e de identidade e identificação, sem este sentimento o *património* não será conservado, nem preservado.

Os *kwanyamas* são uma sociedade que habita a Província do Cunene no sul de Angola. Esta região, designada como Cuanhama, é uma planície extensa e sem acidentes naturais de clima desértica. Esta planície é pautada pela existência de uma micromorfologia única, marcada por *chanas*, pequenas depressões no solo, por *mufitos*, pequenas elevações que se elevam acima das *chanas*, e de *ecangos*, que são *chanas* não totalmente fechadas que ainda permitem o escoamento de água. É uma sociedade que se desenvolveu em torno da atividade guerreira denominada como *razia*. A sua unidade mais básica de organização social é o *eumbo*, que poderíamos comparar com a uma casa em termos europeus, mas ao mesmo tempo é uma unidade de organização territorial. É uma construção circular, erguida segundo a lógica da individualização e autonomia dos espaços. Estas células, designadas como *epatas* são dotadas de estruturas necessárias à existência autónoma da célula. Esta etnia foi separada em dois grupos, quando foi estabelecida a fronteira sul de Angola, entre as potências colonizadoras. O grupo que permaneceu do lado português combateu de uma forma aguerrida contra as potências colonizadoras, de forma a manter a sua liberdade e independência.

Imbuídos de uma nova noção de cultura e património, apoiados numa nova ciência, a interpretação do património, apresentamos uma proposta de centro interpretativo para esta cultura. Esta nova ciência coloca a sua tónica na exploração pessoal e emocional dos espaços, bens e equipamentos culturais. Essa exploração baseia-se na experiência pessoal do visitante para que a mensagem que se passe, seja acolhida, compreendida e sentida pelo visitante. A interpretação do património é uma ciência que se desenvolveu

no pós- II Guerra Mundial, onde o património é o centro de uma nova realidade turística, empregue de forma a revitalizar a malha e o tecido social e económico das regiões.

Em jeito de conclusão o projeto desenvolvido ao longo das páginas anteriores enquadra-se num projeto bastante mais vasto. Pretende-se lançar as bases para uma futura rede turística a implementar na Província do Cunene, tentando potenciar o património cultural já existente. Essa rede será pensada de forma a tentar revitalizar a malha social e económica da província económica e socialmente, a ser uma das portas de abertura de Angola, e por extensão a sua história e as suas expressões culturais.

Este Centro Interpretativo faz parte de um projeto de desenvolvimento e valorização patrimonial, que começará a ser desenvolvido, no terreno, ainda durante o ano de 2014, com o envio de uma primeira equipa de arqueólogos que procurará recolher o maior número de dados in situ. Os dados por eles recolhidos nesse primeiro confronto com a realidade local e mais tarde com dados recolhidos, em futuros trabalhos de índole arqueológica, construir-se-á uma base material com que este centro irá trabalhar.

É nossa intenção que este Centro Interpretativo assuma um papel fundamental de desenvolvimento científico e cultural na região. Construído o Centro Interpretativo o seu âmbito de ação será alargado de forma a incluir um polo de ensino superior, para que forme quadros e técnicos das ciências patrimoniais e das ciências sociais. Contribuindo dessa forma para uma melhor compreensão da história da Província do Cunene, e da história de Angola em geral. Foi também pensado para que possa prestar auxílio, no quadro das ciências do património, a outras instituições angolanas. Através da prestação de auxílio nos campos da conservação e restauro de bens culturais.

Bibliografia

Almeida, C. A. Ferreira de (1993); *Património: Riegl e Hoje*. Porto: Revista da Faculdade de Letras: História. Série: II. Vol.:10. 407-416

Amaral, Ilídio do (1982). *Entre o Cunene e o Cubango ou a propósito de uma fronteira africana*. Col.: *Estudos de geografia das regiões tropicais*. Vol.: 12. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Amaral, Ilídio do (2002). *Construindo a história de Angola : a importância da utilização cruzada de fontes: (reflexões de um geógrafo)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Anderson, Benedict (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso Press

Anuário Colonial de 1917 (1917). Lisboa: Imprensa Nacional.

Anuário Colonial de 1927-29 (1930). Lisboa: Imprensa Nacional.

Appodurai, Arjun (1996). *Modernity at Large*. Minneapolis. University of Minnesota Press

Augé, Marc (1994) *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da sobemodernidade*. Lisboa: Bertrand Editora

Baeyens, Herman; Charasse-Valat, Zoe; Grizzi, Tiziana; Ghitti, Erika; Juan Tresserras, Jordi; Izquierdo Tugas, Pere; Leander, Britta; Malmberg, Britta; Massari, Francesca; Matamala Mellin, Juan Carlos; Mazzali, Martina; Medeghini, Emanuela; Mudu, Alessandra; Simonetti, Carlo; Vergara, Francesco; Yañez de Aldecoa, Cristina; Zanna, Stefainia (2005). *Heritage Interpretation Centres- The Hicira Handbook*. Tugas Izquierdo, Pere; Juan Tresserra, Jordi; Matamala, Juan Carlos (edi) Barcelona

Ballart, Josep (1997); *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*. Barcelona: Editorial Ariel.

Berger & Luckman (1966) “*A construção e Constituição do Social*”

Bessa, Carlos (2004) *A corrida à África. Portugal na busca de novo império*. in Barata, Manuel Themudo & Teixeira, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal*. Vol.: 3, Lisboa: Círculo de Leitores.-253-270

Bessa, Carlos (2004). *Angola. Do Feudalismo Luso-Africano à ocupação*. in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal*. Vol.: 3. Lisboa: Círculo de Leitores.- 271-286

Bina, Eliene Dourado (2010). *Museus; Espaços de comunicação, interação e mediação cultural*. in Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. Edt. Semedo, Alice; Nascimento, Elisa Noronha. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol 2. 75-86

Byrne, D. (2009). *A Critique of Unfeeling Heritage*. in *Intangible Heritage*. Editores: L. Smith and N. Akagawa. London: Routledge. 229-252.

Caldeira, Arlindo Manuel (2011). *O sul de Angola no início do século XX-Cadernos de guerra do Coronel Alberto Salgado*. CEPCEP-Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa

Carvalho, Eduardo Cruz de (1974). *"Traditional' and 'Modern' Patterns of Cattle Raising in Southwestern Angola: A critical evaluation of change from Pastoralism to Ranching"*. The Journal of Development Areas. Vol.:8 N°.:2. Tennessee State University:College of Business, 199-226.

Carman, John (2002). *Archeology and Heritage: An Introduction*. Londres: Continnum.

Cid, Francisco de Paula (1894). Ministerio da Marinha e Ultramar - Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas - Relatório do Governador do Districto de Benguella, 1892, Lisboa: Ministério da Marinha e do Ultramar

Choay, Françoise (2008). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70

Coelho, Guilherme Gomes Capitão-Tenente da armada (1889), Ministerio da Marinha e Ultramar - Relatorios dos Governadores das Provincias Ultramarinas - Districto de Benguella (Appenso ao relatório do governador Geral da Provincia de Angola em 1887). Lisboa: Imprensa Nacional.

Costa, Eduardo da. *Projecto de Operações Militares no Sul de Angola: A Questão Cuanhama*. (1994) in *Eduardo da Costa: Colectânea das suas principais obras. militares e coloniais Volume IV*. Ministério das Colónias: Biblioteca Colonial Portuguesa N° XVI (1939) 6

Cuche, Denys (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim da Século Edições.

D'Almeida, João (1912). *Sul D'Angola, Relatorio de governo de distrito (1908-1910)*. Lisboa: Anuario Comercial.

de Carvalho, Paulo M. (2010). *Turismo cultural, património e políticas públicas em territórios rurais de baixa densidade: Eixos vertebrados de revitalização e de construção de novas identidades?* in Santos, Maria da Graça Mouga Poças (org.), *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Porto: Edições Afrontamento/Instituto Politécnico de Leiria, 123-140

Dias, Gastão Sousa, (1946). *Um grande missionario Padre Ernesto Lecomte*, col. Colecção pelo Império. N.º 115. Agência Geral das Colónias

Duarte, Alice (2010). *"The Contemporary Way to Protecting Heritage, or The Only Way for Heritage to Serve the Development of Communities"*, In Proceedings of the 2nd International Conference on Heritage and Sustainable Development. Edt. R. Amoêda, S. Lira & C. Pinheiro (eds). *Heritage 2010*. Barcelos: Green Lines Institute.

Duarte, Alice (2012). ““Ecomuseum”: one of the many componentes of the New Museology”. in Proceedings of the 1st International Conference on Ecomuseums, Community and Living Communities. Edt. Lira, Sérgio; Amoêda, Rogério; Pinheiro, Cristina; Davis, Peter; Stefano, Michelle; Corsane, Gerard. Seixal: Green Lines Institute. 85-94

Padre Estermann, Carlos (1956). *Etnografia do Sudoeste de Angola, Vol I: os povos não-bantos e o grupo étnico dos Ambós*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar

Endresen, Kris (1999). *Sustainable Tourism and Cultural Heritage: a Review of Development Assistance and Its Potential to Promote Sustainability*. UNESCO

Feilden, B. M. & Jokilehto, J. (1993). *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. Rome: ICCROM.

Feio, Mariano (1966) *A evolução do relevo da bacia endorreica do Cuanhama (Angola)*. Lisboa: Finisterra- Revista Portuguesa de Geografia. Vol. I. Nº I. 33-59

Gans, H. J. (1979) *Symbolic Ethnicity. Ethenic Ratial Studies*. 2. 1-20

Guiddens, Anthony (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora

Guillaume, Marc (2003) *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras

Geertz, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. Nova Iorque: Basic Books, Inc.

Gerardo, Romeu; Pinheiro, Elisabete (2010). *A valorização turística do mosteiro de Santa Maria da Vitória*; in Santos, Maria da Graça Mouga Poças (org.), *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Porto: Edições Afrontamento/Instituto Politécnico de Leiria, 207-217

Hobsbawm, Eric; Ranger, Terance (2002). *The invention of tradition*; tradução: Celina Cardim Cavalcanti. Brasil: EDITORA PAZ E TERRA S/A.

Keiling, Monsenhor Luiz Alfredo (1934). *Quarenta Anos de África*. Missões de Angola e Congo. Fraião Braga

Kinhenblatt-Gimblett, Barbara (1998). *Destination Culture: Tourism, Museums and Heritage*. Berkley: University of California Press.

Ladeiro Monteiro, Ramiro (1994). *Os Ambós de Angola antes da Independência*. ISCSP- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa

Lino Silva, J. (1975) *Habitat e aspectos vários da vida cuanhama: a casa*. Lisboa: Finisterra- Revista Portuguesa de Geografia. Vol.: X. Ed.: 19

Lowenthal, David (1985). *The Past Is a Foreign Country*. Cambrided, Nova Iorque: Cambrided University Press

Marques, Paulo Lowndes (2010) *O Marquês de Soveral, seus tempos e seus modos*. Lisboa: Texto editora

Moiteiro, Gilberto Coralejo (2010) *Turismo cultural e património. Uma reflexão em torno do tópico da interpretação do património enquanto instrumentos de valorização de bens culturais*. in Santos, Maria da Graça Mougá Poças (org.), *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Porto: Edições Afrontamento/Instituto Politécnico de Leiria, 141-158

Monteiro, Henrique Pires (1941), "A Guarnição Militar de Beja e seus Feitos", Beja, Minerva Comercial Carlos Marques & C^a. Lda. in Lopes, Carlos Alves "O Quadrado de Mongua - 20 de Agosto de 1915", retirado do site http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_01_03_Exercito.htm às 16h52 do dia 27/12/2012

Neto, José Pereira (1963) *Estudos de Ciências Políticas Sociais Nº 68 O Baixo Cunene- Subsídios para o seu desenvolvimento*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais.

Oliveira, José Carlos de (2011) *Os Portugueses no Mundo Cuanhama (kwanyama), III – O Reino Cuanhama no tempo de Mandume*. Revista Militar Ed.: 22 de Setembro de 2011, consultado online no dia 23/02/2013

Oliveira, José Carlos de (2011) *Os Portugueses no Mundo Cuanhama (kwanyama), I – “Terras do Fim do Mundo “Missionários de Sempre”*. Revista Militar. Ed.: 30 de Março de 2011, consultado online no dia 23/02/2013

Ostermann, Fernanda; Cavalcanti, Cláudio José de Holanda (2010). *Teorias da Aprendizagem*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Instituto de Física

Peralta, Elsa; Anico, Marta (org.) (2006). *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.

Péllissier, René (2006) *As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941*. Trad.: Isabel Teresa Santos. Lisboa: Editorial Estampa, Lda.

Reverendo Padre, Ribeiro, António (1936) *Vocação missionário de Portugal*. Agencia Geral das Colonias

Santos Silva, Augusto (2002). *Dinâmicas sociais do nosso tempo*. Porto: Editora UP.

Serdoura, André; Guimarães, Jorge; Teixeira, Jorge (2011). Catálogo da exposição "Campanhas Coloniais no Tempo do Leão de Gaza". in Boletim nº 9 da Liga de Amigos do Museu Militar do Porto Dir. Santos, Sérgio Humberto Martins dos. Porto. 125-223

Silva, Silvia Maria Cintra da (2009). *Mediação Cultural- Reflexões a partir da Teoria Histórico-Cultural*. IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional. Universidade Presbiteriana Makenzie- São Paulo

Southern, Paul (2010). *Portugal – The Scramble for Africa*. Norfolk: Galago Books.

Tilden, Freeman (1977) *Interpreting Our Heritage*. 3ª ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press

Torrice, Juan Agudo (2006). *Património e discursos identitários* in Peralta, Elsa; Anico, Marta (org). *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 21-34

Thompson, Michael (1979). *Rubbish Theory: The Creation and Destruction of Value*. Oxford: Oxford University Press.

Turismo Cultural, Territórios & Identidades (2010). Santos, Maria da Graça Poças (Org). Instituto Politécnico de Leiria & Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Edições Afrontamento.

Tylor, Edward (1871). *Primitive Culture. Researches into the development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom*. Vol. I. Londres

Tylor, Edward (1871). *Primitive Culture. Researches into the development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom*. Vol. II. Londres

Yakuleinge, Gaudêncio Félix (2012) *O sacro-religioso nos ritos de infância e adolescência de ovakwanyama*. Tese de Doutoramento. Universidade Católica Portuguesa.

Recursos Online

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0002642&contexto=bd&selTab=tab2

<http://www.newadvent.org/cathen/07416a.htm>

http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_01_03_Exercito.htm

<http://purl.pt/1010/1/>

<http://memoriadarepublica.blogspot.pt/2012/10/o-general-pereira-deca-notavel-chefe.html>

http://jornaldeangola.sapo.ao/14/14/populacao_do_cunene_recorda_rei_mandume

http://www.mincultura.gv.ao/monumentos_reg_angola_cunene.htm

http://www.lib.utexas.edu/maps/jog/southern_africa/se-33-3-mongua-angola.jpg

http://pt.wikipedia.org/wiki/Prov%C3%ADncias_de_Angola

http://www.ine-ao.com/ibep/AMOSTRAGEM_texto.htm

http://www.info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=13&Itemid=1293

<http://s400910952.websitehome.co.uk/germancolonialuniforms/doa%20schutztruppe.htm>

<http://s400910952.websitehome.co.uk/germancolonialuniforms/doa%20schutztruppe%201914%2018.htm>

<http://torredahistoriaiberica.blogspot.pt/2010/08/cuanhamas-do-sul-de-angola-3-um-pouco.html>

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/interpretar;jsessionid=G1U0X3R0I90S5QuwAhq6Bw>

<http://iscedhuila.net/>

<https://en.unesco.org/>

Anexos



Figura 2- Localização Geral de Angola;
Fonte: Google Earth

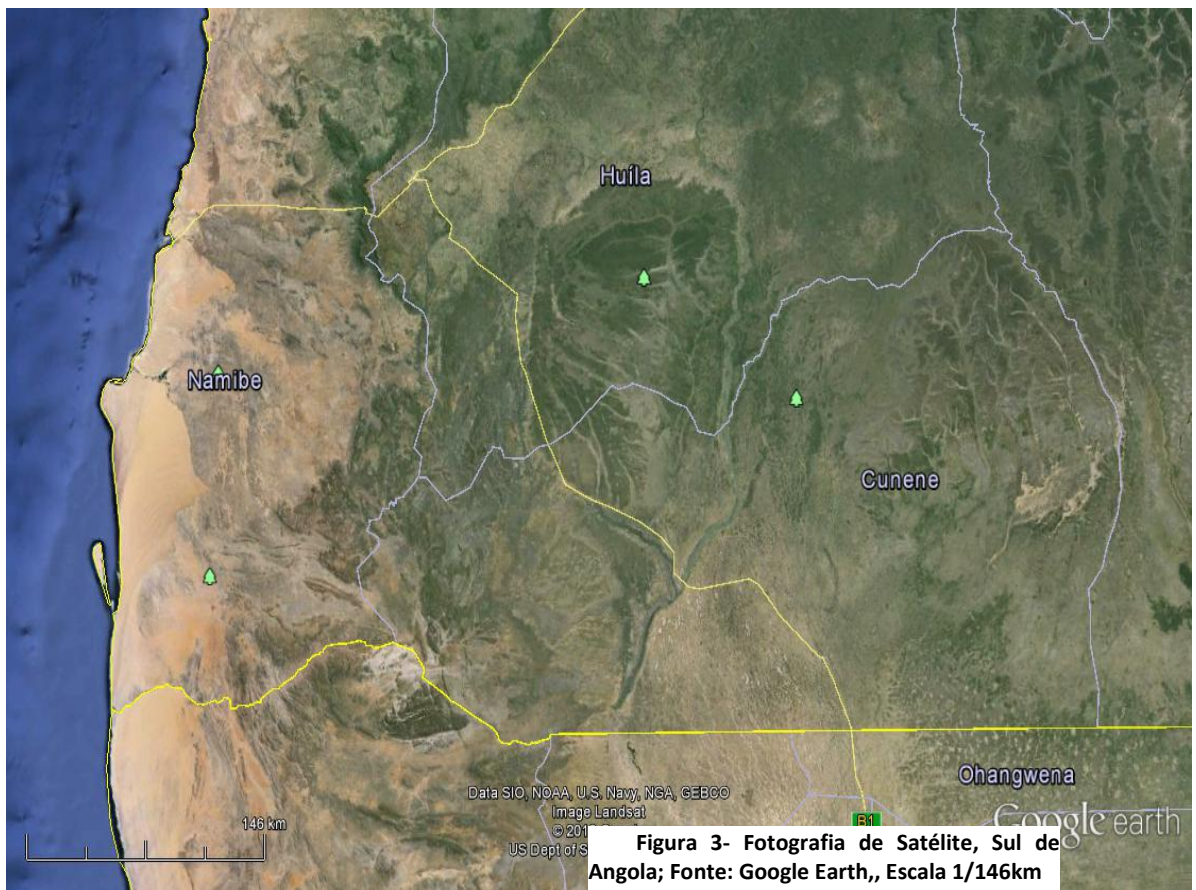


Figura 3- Fotografia de Satélite, Sul de
Angola; Fonte: Google Earth,, Escala 1/146km

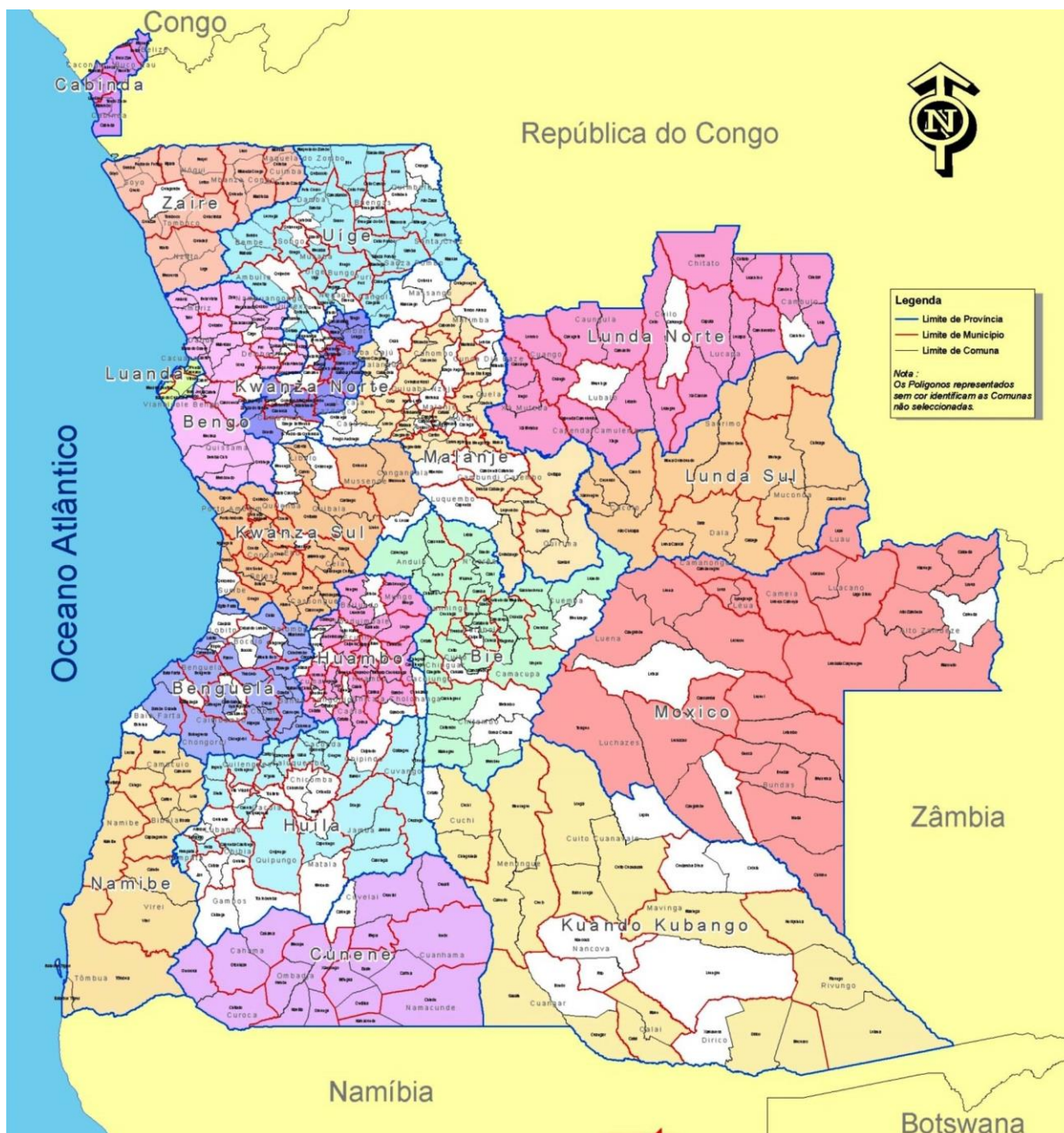


Figura 4- Mapa com a sobreposição das três grandes unidades administrativas: a linha azul representa os limites das Províncias; as linhas vermelhas representam os limites dos Municípios, e as linhas negras representam os limites das comunas. Fonte: http://www.ine-ao.com/ibep/AMOSTRAGEM_texto.htm retirado no dia 20/12/2012, às 20h21

Figura 5- Cunene (Chanas; Mufitos e Ecangos); Fonte: Google Earth, Escala 1/23,6

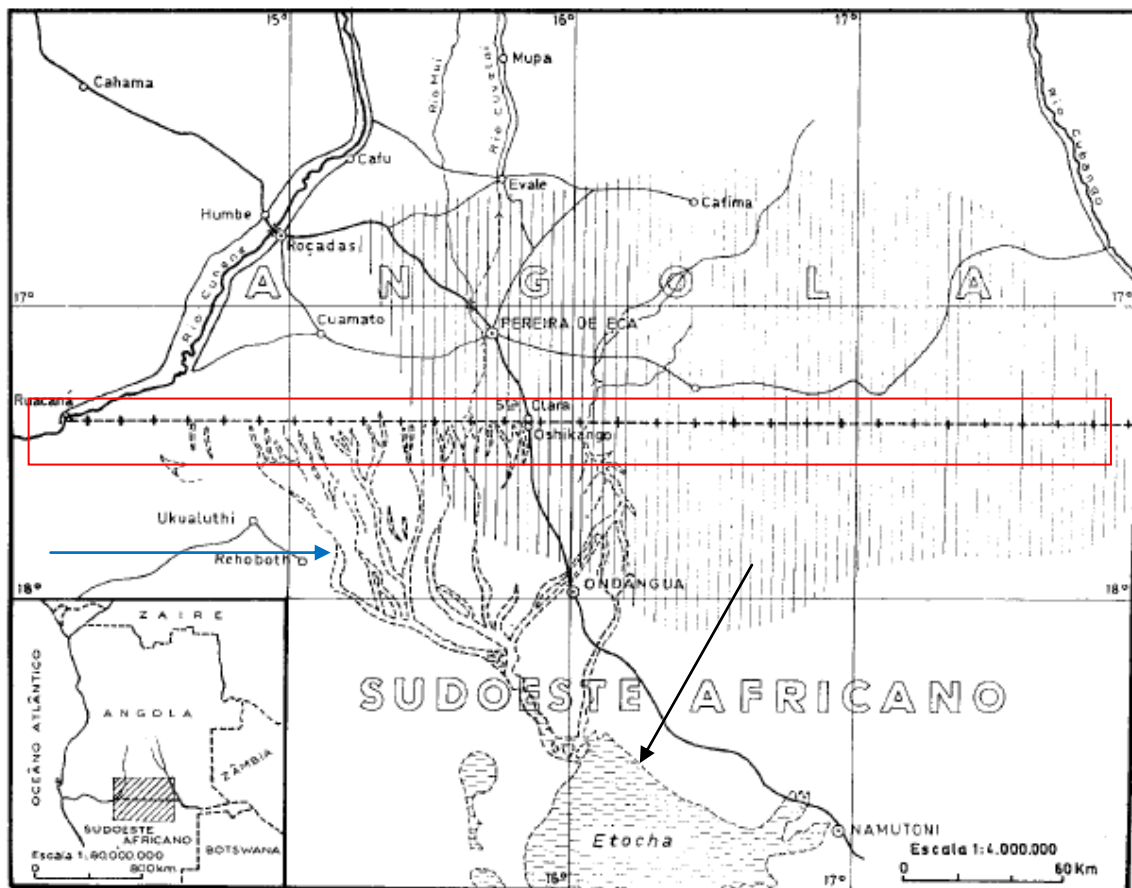
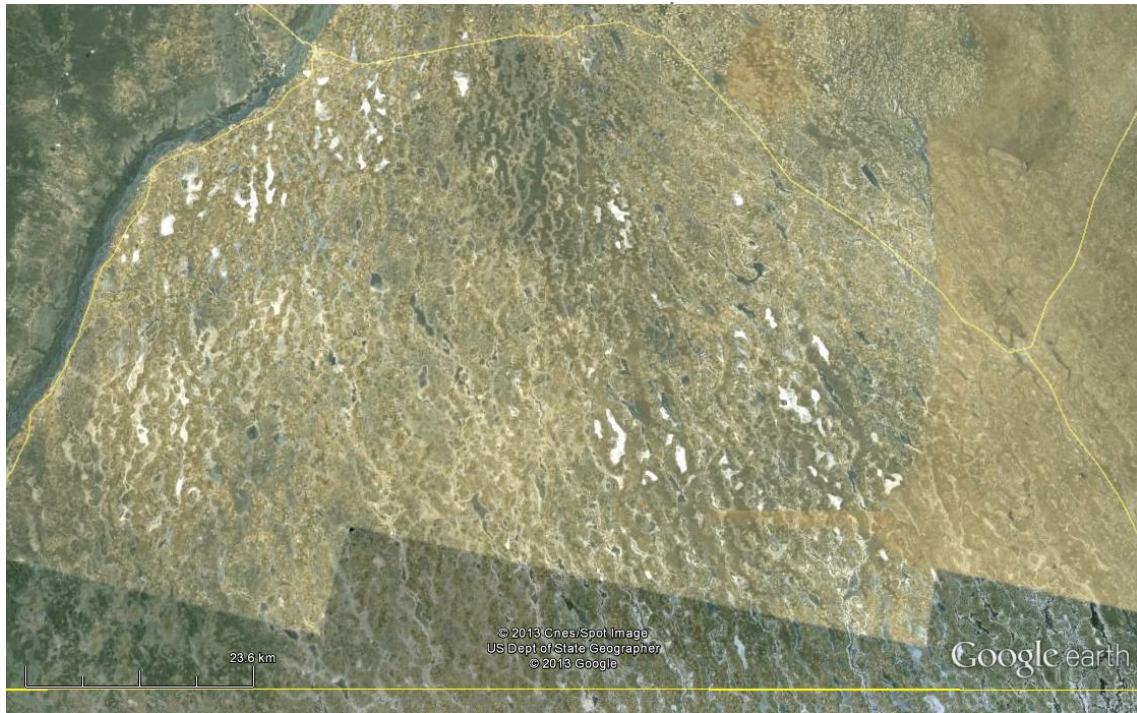


Figura 6 – A caldeira da Etosha. Fonte: (Silva,1975:pp.104)

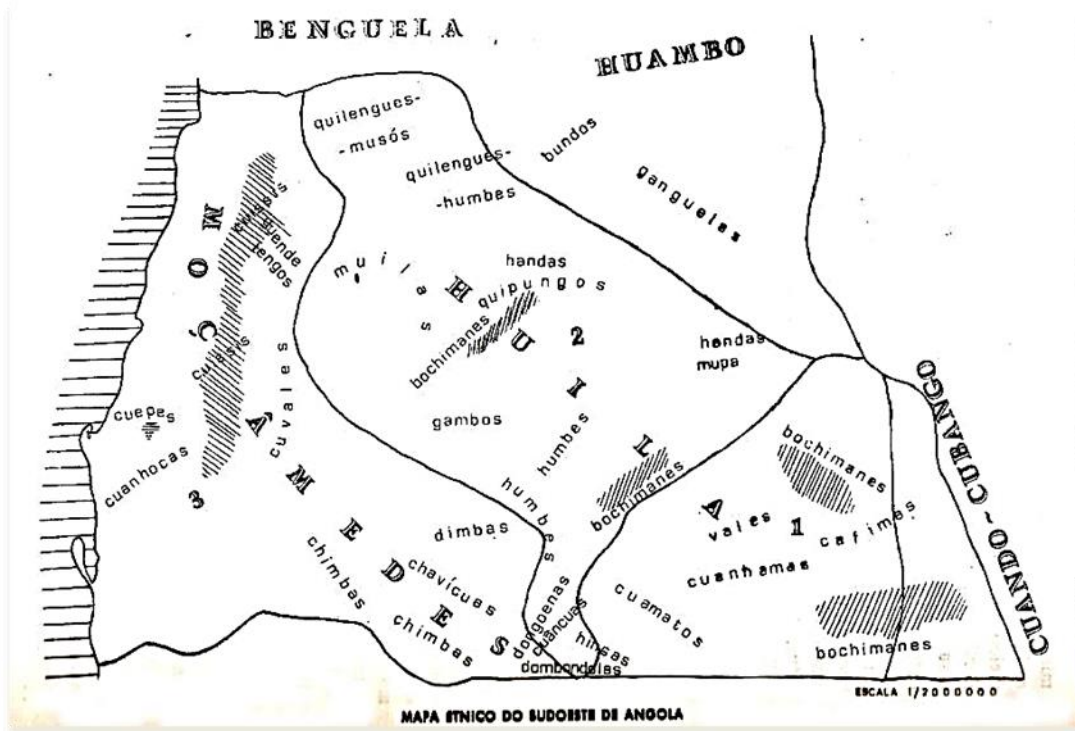


Figura 9-Mapa Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro);
 Fonte: (OLIVEIRA, 2011), consultado online no dia 23/02/2013

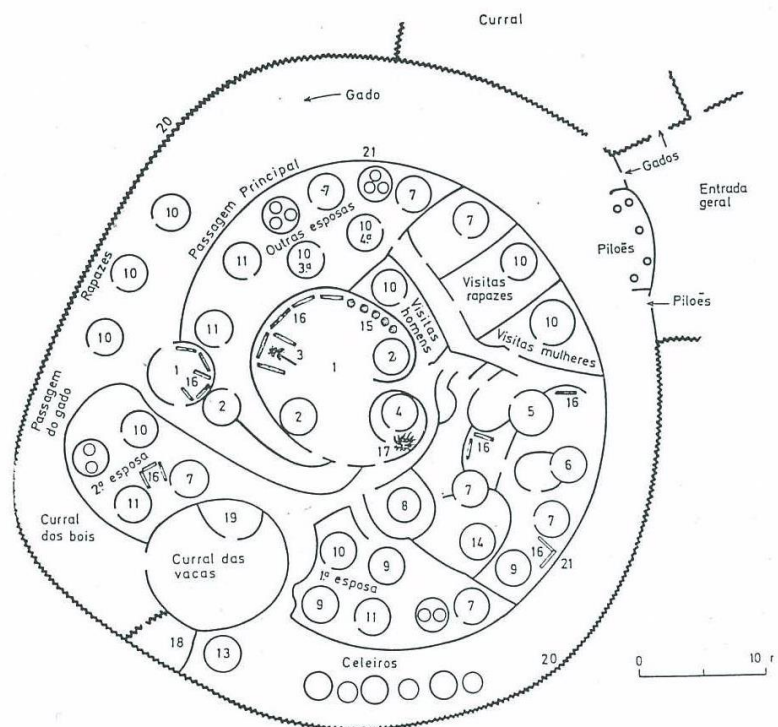


Figura 10-Eumbo Kwanyama, de um homem com quatro mulheres. Fonte: (Amaral, 2002:pp.73)

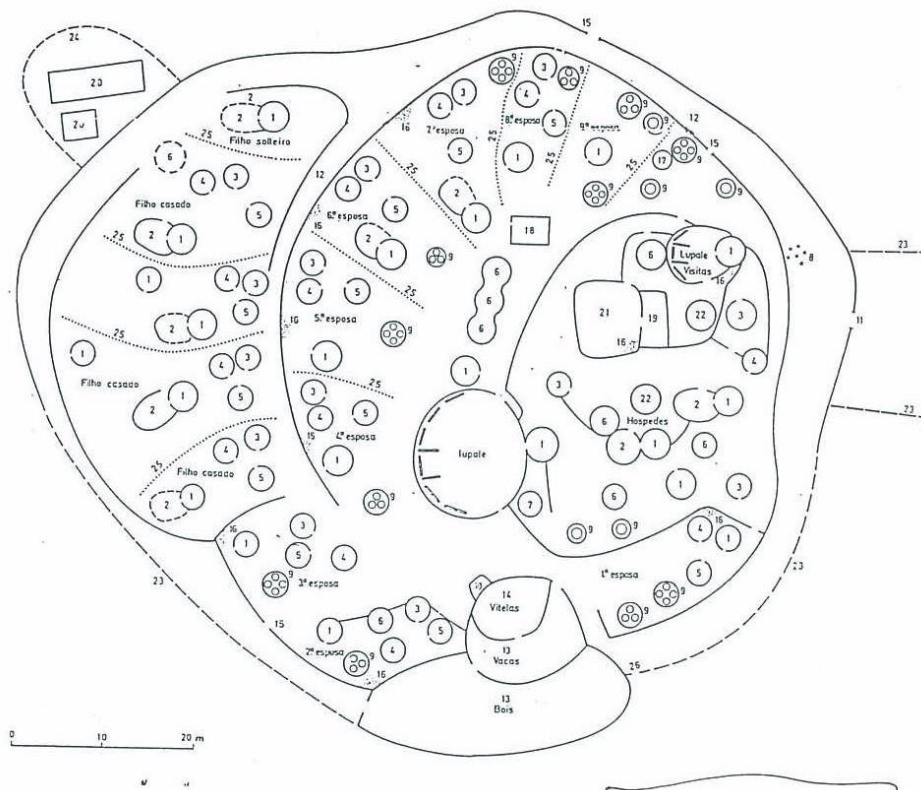


Figura 11-Eumbo kwanyama do Aimbódi, antigo chefe de uma mukunda. Um homem com nove mulheres. Fonte: (Amaral, 2002:pp.73)



Figura 12 – Esquema simplificado de uma Epata.
Fonte (Silva, 1975:pp.105)

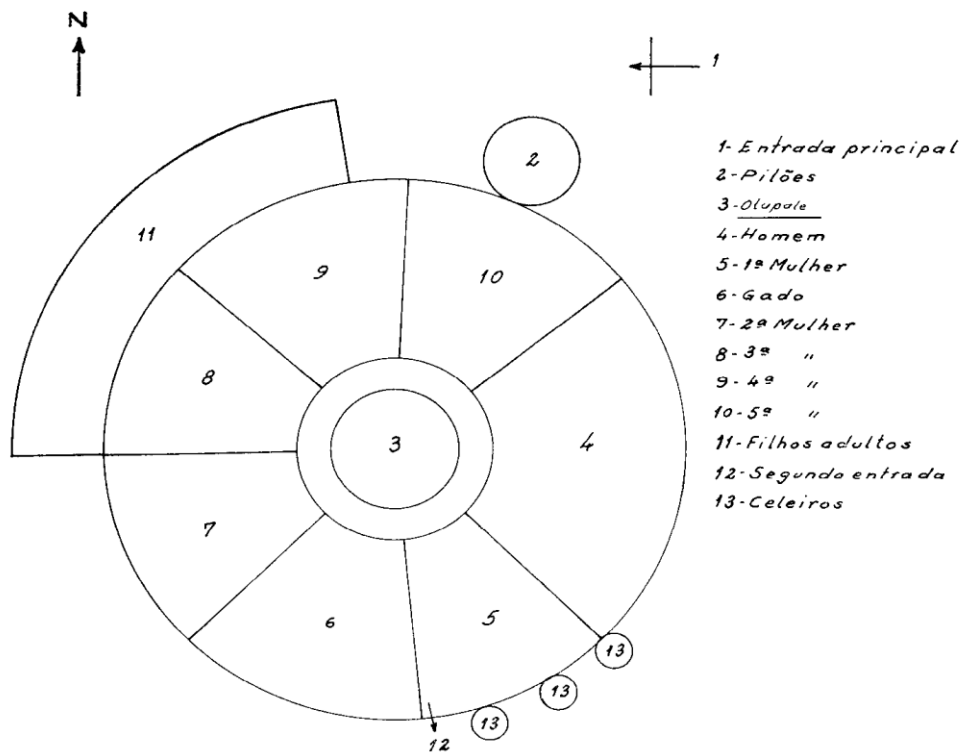


Figura 13- Esquema simplificado de Eumbo. Fonte: (Silva, 1975:pp.106)

Poder difuso, chefatura e Reino

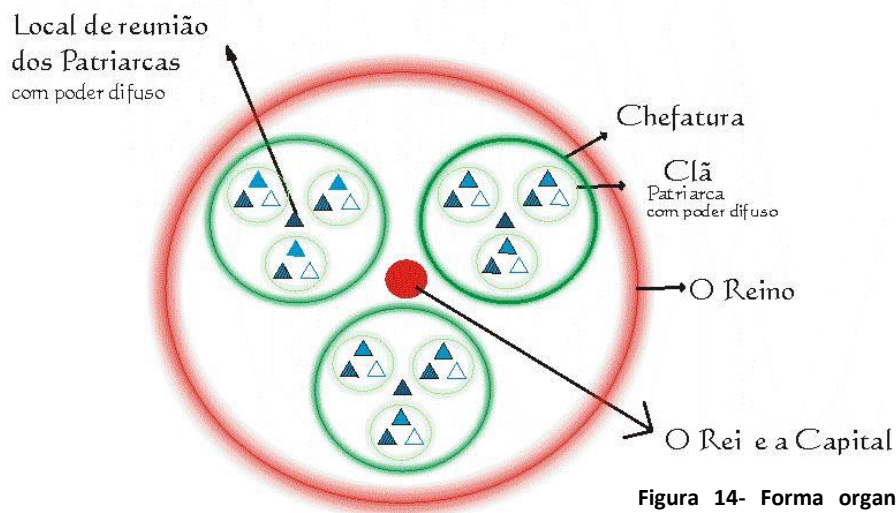


Figura 14- Forma organizativa do poder régio. Fonte: (Oliveira, 2011) consultado online no dia 23/02/2013

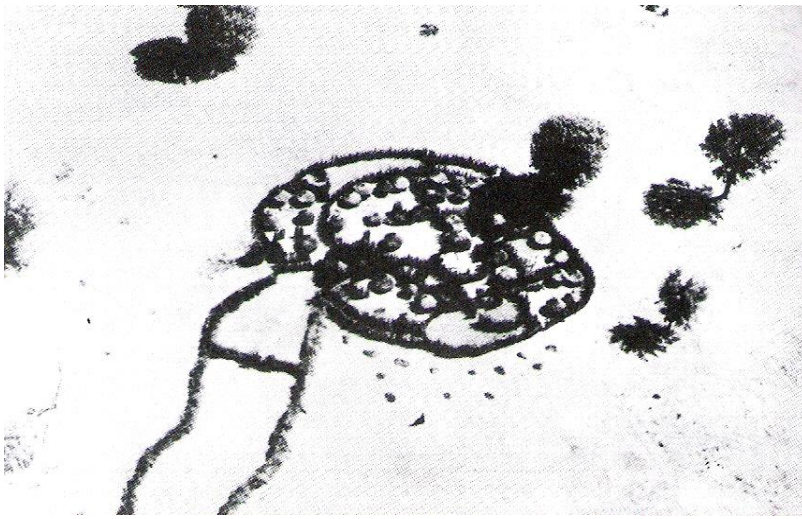


Figura 15- Forma organizativa do poder régio. Fonte: (Oliveira, 2011) consultado online no dia 23/02/2013

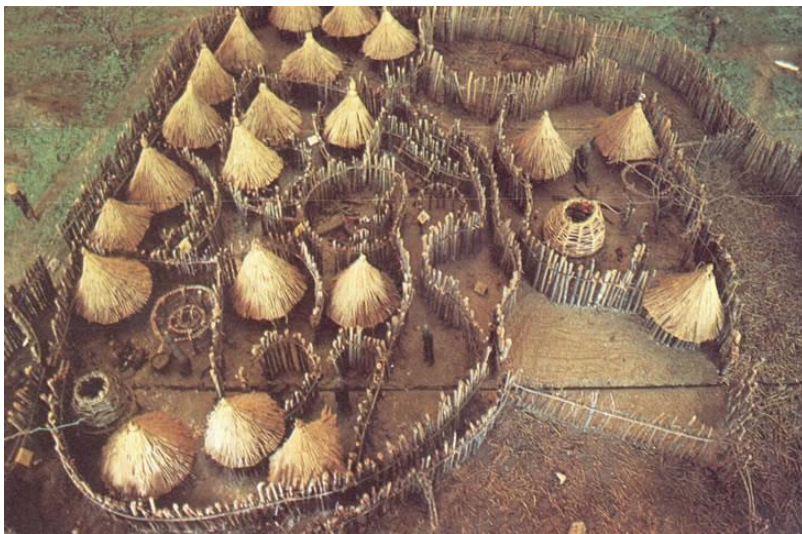


Figura 16- Maquete de um eumbo Fonte: <http://torredahistoriaiberica.blogspot.pt/2010/08/cuanhamas-do-sul-de-angola-3-um-pouco.html>



Figura 17- Teatro de Operações 1915- Ordens de marcha. Fonte: http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_01_03_Exercito.htm retirado no dia 27/12/2012 às 22h22

Figura 18- Tabela com a composição das colunas e trajetos

Coluna	Comando	Trajeto	Composição
Coluna de Naulila	Ten. Vasconcelos	Deve descer pela margem direita do Cunene, atravessar Calueque, movimentar-se para Naulila, e depois para o Forte Cuamato – aqui une-se á coluna do Cuamato.	
Coluna do Cuamato	Cor. Infantaria Veríssimo de Sousa	Deve atravessar o Cunene perto do forte Roçadas, e avançar para o Forte Cuamato. Objectivo: Reocupação do Cuamato	
Coluna de Cuanhama	General Pereira d'Eça Ten. Cor. Manuel José Pereira Caldas	Deve atravessar o Cunene em Muespa e avançar até N'giva (centro de poder de Manduma). Objectivo: Submeter Manduma e reocupar a região do Cuanhama.	Composição: 2,600 soldados (incluindo oficiais), com elementos de artilharia, cavalaria, “fuzileiros” e infantaria. Animais: 13.000 Carros: 234
Coluna do Evale	Cap. Infantaria João Carlos Pires Ferreira Chaves	Ocupar Kiteve, atravessar o Cunene, avançar para o Evale (margem esquerda do Cuvelai). Objectivo: prender o chefe Mastilefo.	640 homens.



Figura 19- Carabina de Caçadores Kropatschek m/1886. Fotografia: André Serdoura; Peça: Museu Militar do Porto

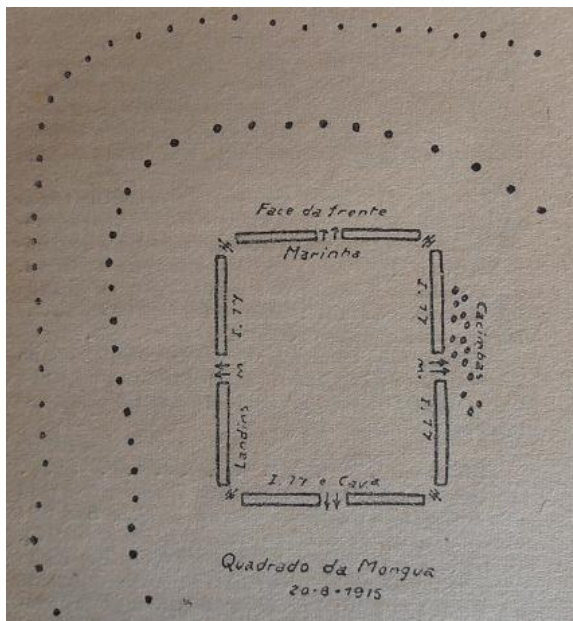


Figura 20- Quadro da Môngua. Fonte: http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_01_03_Exercito.htm retirado às 23h45 do dia 26/12/20012

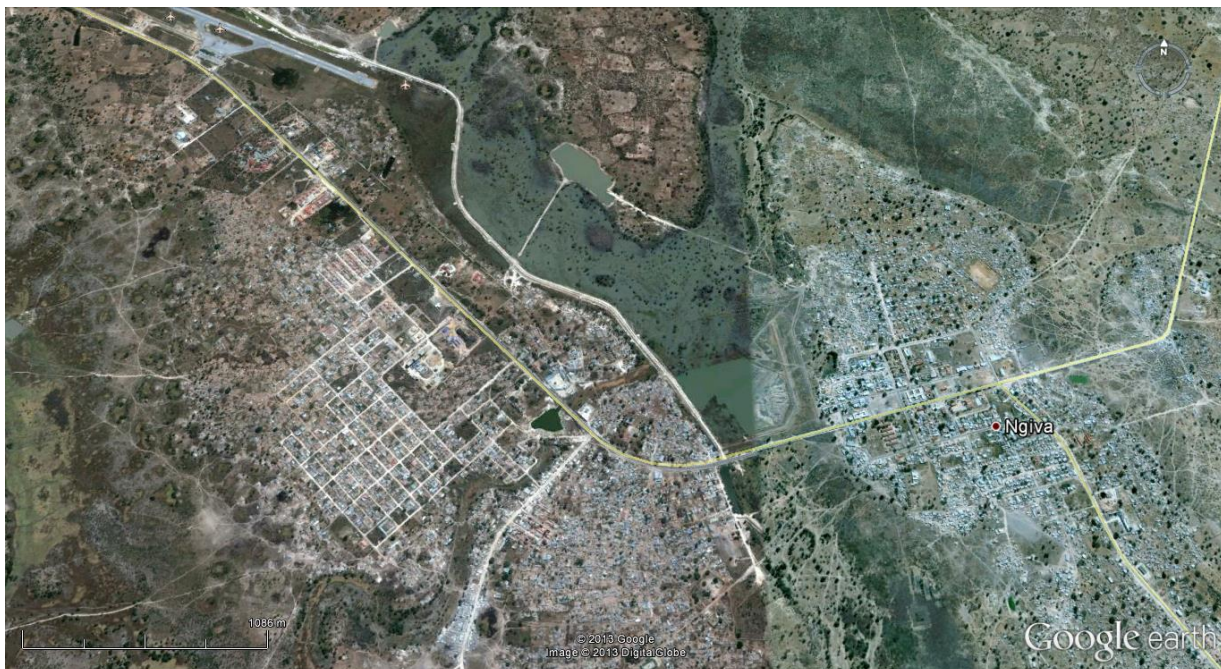


Figura 21- Cidade de N'Giva/Ondjiva. Fonte: Google Earth, Escala:1/1086m, retirado no dia 03/02/2013 às 15h34

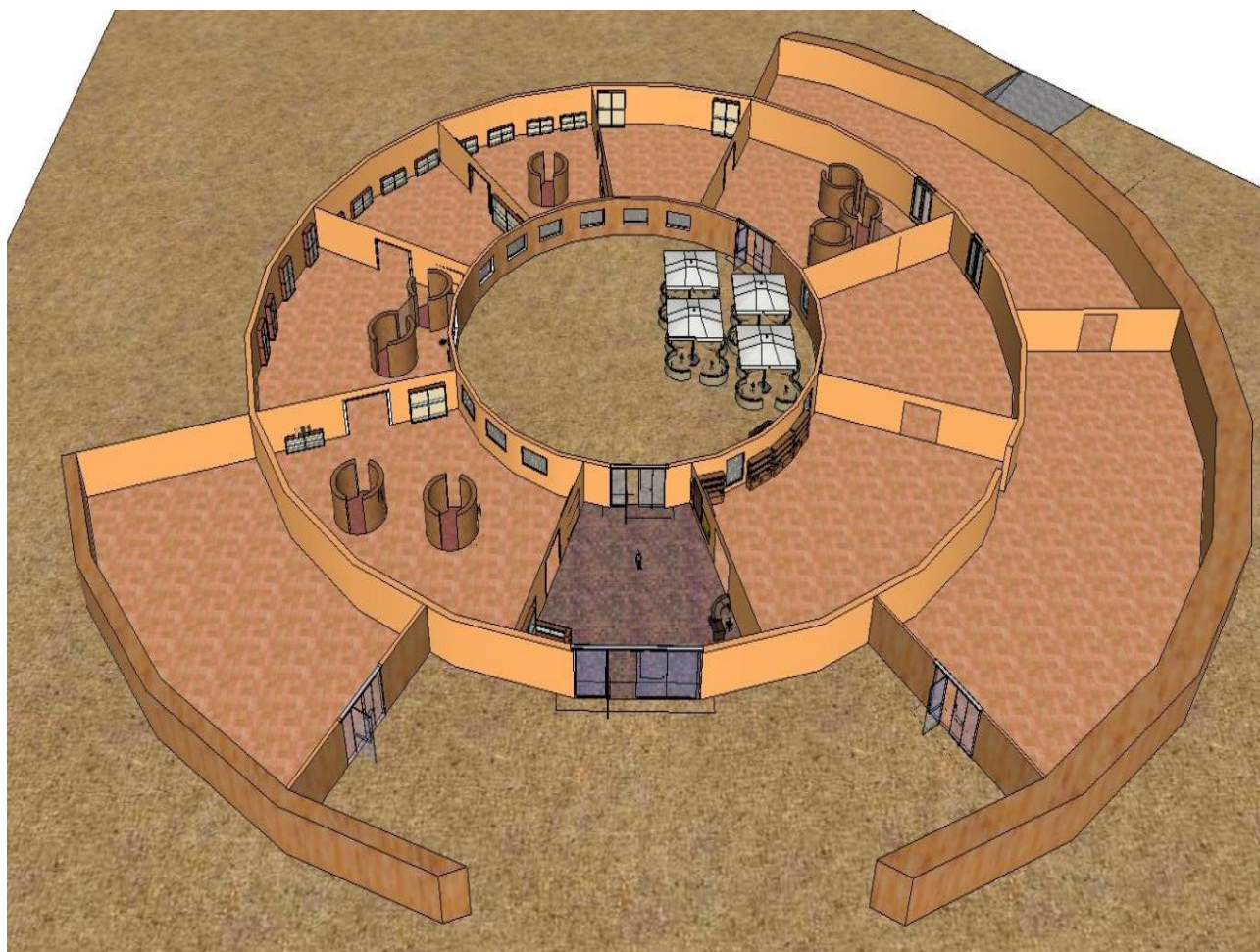


Figura 22- Planta proposta. Desenho Jorge Guimarães

Glossário

Arima- Cerca exterior de um Eumbo;

Cacimbas- Poços de água escavados no solo dentro ou próximo de um eumbo;

Chana- Depressões de pouca profundidade no solo da região do cuanhama, onde se acumula água;

Ecangos- Chanas estanques ou com passagens limitadas de água para um outro ecango;

Enhana- Designação para o espaço destinada aos vitelos;

Epatalakola- Designação atribuída aos pátios de passagem;

Epata Ehaka- Designação para a epata da segunda mulher;

Epata Elombe- Designação para a epata da primeira mulher fica a sudoeste da área do marido;

Epata Ende- Designação para a epata da terceira mulher;

Epata Pokati K'eumbo- Designação para as epatas das restantes mulheres, se existirem;

Etambu- Designação atribuída a um recinto que serve exclusivamente como celeiro, fora do recinto da primeira mulher, na vertente sul do olupale;

Eumbo- Complexo habitacional, residência de uma única família. É a unidade mais básica da estrutura social da sociedade kwanyama;

Libatas/Kubatas- Conjunto geograficamente limitado de pequenas comunidades de eumbos;

Epata- Célula individual de um eumbo, equipada com todas as estruturas necessárias à sobrevivência;

Lenga- Título atribuído a um membro da família real nomeado para governar um conjunto de mukundas;

Manda- Designação atribuída de uma forma geral os celeiros;

Mufito- Pequena elevação sobranceira a uma chana, com uma altura nunca superior a três metros;

Mukunda- Conjunto geograficamente delimitado de libatas/kubatas;

Sekulo- Título atribuído ao chefe de uma mukunda;

Soba- Título atribuído ao chefe de um libata/kubata;

Ohambo yahove- Designação atribuída ao curral dos bois;

Ohambo yo kalukilo- Designação atribuída ao curral especial destinado a guardar os bois dos visitantes de um Eumbo;

Oipunde- Bancos de madeira, formados por troncos deitados, dispostos na forma de U no olupale;

Olupale- Designação atribuída ao pátio principal, centro virtual do eumbo;

Oluvanda- Designação atribuída à entrada principal de um eumbo; encontra-se voltada sempre para nascente;

Omweneumbo- Designação atribuída ao chefe de um eumbo;

Omudingililo- Espaço que serve para reter os animais;

Ongubo- Terreno desmatado, vedado com ramos de árvores, destinado às culturas e a abrigar pessoas e animais domésticos;

Oñu- Designação atribuída à entrada que desagua no corredor principal;

Osihuhwilu- Designação atribuída aos urinóis dentro de um eumbo;

Osini- Designação atribuída aos pilões de madeira usados para pisar as sementes dos cereais;

Osikuku- Designação atribuída ao estrado de madeira dentro do eumbo encostado ao curral das vacas destinado às galinhas;

Osiñongo so ikombo- Designação atribuída aos currais das cabras;

Osunda- Designação atribuída ao curral das vacas.